UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NADIA CARDOSO SEDORKO

ESTUDO COMPARATIVO DOS DETERMINANTES DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL EM EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO E CAPITAL FECHADO

CURITIBA

2021

NADIA CARDOSO SEDORKO

ESTUDO COMPARATIVO DOS DETERMINANTES DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL EM EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO E CAPITAL FECHADO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade – Área de Concentração Contabilidade Financeira e Finanças, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Contabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Márcio Scherer.

CURITIBA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – SIBI/UFPR COM DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)
Bibliotecária: Maria Lidiane Herculano Graciosa – CRB 9/2018

Sedorko, Nadia Cardoso
Estudo comparativo dos determinantes da qualidade da informação contábil em empresas de capital aberto e capital fechado / Nadia Cardoso Sedorko. – 2021.
146 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas.

Orientador: Luciano Márcio Scherer.

Defesa: Curitiba, 2021.

1. Contabilidade. 2. Informação contábil. 3. Sociedades comerciais. 4. Cooperativas. I. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. II. Scherer, Luciano Márcio. III. Título.

CDD 657

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CONTABILIDADE - 40001016050P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CONTABILIDADE da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **NADIA CARDOSO SEDORKO** intitulada: **Estudo comparativo dos determinantes da Qualidade da Informação Contábil em empresas de capital aberto e capital fechado**, sob orientação do Prof. Dr. LUCIANO MARCIO SCHERER, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 30 de Agosto de 2021.

Assinatura Eletrônica
31/08/2021 10:03:35.0
LUCIANO MARCIO SCHERER
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
30/08/2021 17:35:12.0
CLAUDIO MARCELO EDWARDS BARROS
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
31/08/2021 16:22:01.0
JOYCE MENEZES DA FONSECA TONIN
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ)

Assinatura Eletrônica
31/08/2021 11:38:40.0
ANELISE KRAUSPENHAR PINTO FIGARI
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 108937
Para autenticar este documento/assinatura, acesse https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp e insira o codigo 108937

Dedico essa dissertação ao meu pai Ambrósio Sedorko (in memoriam).
À minha mãe Eini Cardoso Sedorko, aos irmãos Lubina Cardoso Sedorko e Arsênio Sedorko, aos afilhados Letícia e Pedro Henrique, e ao Ailson Aurélio, pelo amor, companheirismo, amizade, paciência e apoio irrestrito.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo dom da vida, a Nossa Senhora das Graças e a Jesus Misericordioso, por ter me dado perseverança, coragem, paciência e força na caminhada e superação de mais uma etapa dos meus estudos.

Ao meu pai (*in memoriam)* Ambrósio Sedorko e minha mãe Eini Cardoso Sedorko, que é uma grande apoiadora e motivadora dos meus sonhos, um exemplo de luta, amor e simplicidade. Aos meus irmãos Lubina e Arsênio, às sobrinhas Mariana e Letícia, aos compadres Irineia e Esmael, ao meu afilhado Pedro Henrique, e ao Ailson Aurélio, obrigada pelo apoio, amizade e amor incondicional. Ao Luiz Fernando, pela acolhida, amizade, apoio e moradia em Curitiba, nesse período de mestrado.

A todos os colegas da turma de 2019, pela convivência, aprendizados, trocas de conhecimentos, partilha de vida e a ajuda mútua. Também quero agradecer a todos os colegas de mestrado e doutorado de outras turmas, de modo especial, Alessandro Lepchak, Alison Meurer, Cassiana Bortoli, Elisane Brandt, Luciane Dagostini, Renata Orsato e o Michel Teixeira Pereira. Obrigada a cada um de vocês, por discutirem pesquisa comigo, por realizarem leitura do que eu escrevia e por apontarem melhorias sem preconceitos, além de ouvirem os anseios e angústias no processo de aprendizado, e procuraram ajudar da melhor forma possível. Foi muito bom ouvir, suas experiências, conhecimentos, ensinamentos, dicas e sugestões. Obrigada, aprendi muito com cada um de vocês e tornaram a árdua caminhada do mestrado na leveza do aprendizado. Vocês me transformaram em uma pessoa melhor, sem perder a minha identidade pessoal, imensamente agradecida por serem dadivosos.

Aos colaboradores do administrativo, Camila e Márcio, pela disponibilidade no atendimento na secretaria. A todos os bibliotecários que estavam sempre dispostos para encontrar os livros solicitados para essa pesquisa, de modo especial o Dr. Eduardo que ajudou tanto na revisão de literatura, com dicas valiosas, quanto ao acesso de material no período de pandemia. A todas as pessoas dos serviços gerais que preparavam o local para o bom andamento das atividades acadêmicas.

A todos os professores do PPGCONT-UFPR, muito obrigada por contribuírem na minha formação acadêmica. De modo especial ao meu orientador Prof. Dr. Luciano Márcio Scherer, obrigada pela sua enorme paciência, preocupação, ética e dedicação nos ensinamentos e por me trazer luz e esperança no momento, em que tudo parecia escuro. Obrigada pela compreensão e ajudas nas superações das minhas limitações. Obrigada por todas às vezes, mesmo *online*, doava seu tempo para ler comigo a dissertação, sendo fundamental para a evolução da pesquisa, bem como ao crescimento pessoal e profissional. Também agradeço aos integrantes da banca avaliadora, Profa. Dra. Joyce, Profa. Dra. Anelise e o Prof. Dr. Claudio Marcelo, por proporcionarem contribuições de melhorias na pesquisa.

Agradeço também as todas as pessoas que ajudaram de alguma forma, de modo especial, ao Prof. Dr. John Christensen no encaminhamento do seu livro, à Profa. Maria Anice na leitura e contribuição do português, à Me. Josiane Rodrigues na observação se não estava faltando alguma referência bibliográfica citada no texto, à Profa. Me. Mônica Mazur na correção ortográfica e lapidação do português, ao Prof. Dr. Flávio Ribeiro e à Profa. Me. Marli Kuasoski pela leitura geral e sugestões de melhoria finais. São detalhes, que fez muita diferença na versão final, imensamente agradecida pela disponibilidade de cada um de vocês.

Agradeço ao PPGCONT-UFPR pela oportunidade e à CAPES, pelo apoio financeiro no período do Mestrado, sem o qual não seria possível concretizar esse sonho.

“Ando devagar porque já tive pressa
E levo esse sorriso
Porque já chorei demais
Hoje me sinto mais forte
Mais feliz, quem sabe
Só levo a certeza
De que muito pouco sei
Ou nada sei
Conhecer as manhas e as manhãs
O sabor das massas e das maçãs
Um dia a gente chega
E no outro vai embora
Cada um de nós compõe a sua história
E cada ser em si carrega o dom de ser capaz [...]”

(Almir Sater e Renato Teixeira, 1990)

RESUMO

A pesquisa teve o propósito de verificar os fatores que evidenciam a qualidade da informação contábil, nas sociedades cooperativas e nas sociedades anônimas de capital aberto, do segmento de alimento do consumo humano. O referencial teórico refere-se à explanação das sociedades anônimas de capital aberto e sociedades cooperativas e suas características. Seguindo a temática da qualidade da informação de modo que, revisitou-se a teoria contábil e o conceito sobre contabilidade para o embasamento na compreensão da qualidade da informação contábil. Posteriormente, foi apresentado o conceito da informação contábil, as características qualitativas fundamentais e de melhoria, bem como, os estudos empíricos e as métricas da qualidade da informação contábil encontrada na literatura e a hipótese teórica da pesquisa. Quanto a metodologia, possui uma abordagem metodológica positivista, é descritiva, bibliográfica e documental, com abordagem quantitativa, coleta de dados qualitativa e quantitativa, análise de Regressão Múltipla com dados em Painel e o período analisado foi de 2015 a 2020. A delimitação da amostra do estudo deu-se por duas etapas: empresas pertencentes a sociedade anônimas de capital aberto, com dados disponível no *websites* da [B]³; e as sociedades cooperativas com listagens constantes nos *websites* da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC) e da Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (OCERGS), das quais extraiu-se uma amostra composta por cooperativas agroindustriais da Região Sul do Brasil, que realizam divulgação dos seus relatórios financeiros ao público. Salienta-se, que tanto as sociedades anônimas de capital aberto, quanto as sociedades cooperativas que atuam com produção e venda de produtos alimentícios para consumo humano. A variável dependente é a qualidade da informação contábil, mensurada pela Métrica da qualidade da informação contábil, construída pela Barbosa (2014); Barbosa, Scherer, Scarpin e Murcia (2015) e as variáveis independente são os fatores explicativos da qualidade da informação contábil, evidenciados na literatura empírica nacional e internacional, como o tamanho da empresa, rentabilidade, endividamento, oportunidade de crescimento, internacionalização e auditoria. Conclui-se que os fatores, rentabilidade e o endividamento, tendem a aumentar a qualidade da informação contábil, nas sociedades anônimas de capital aberto. Já o fator auditoria realizada pela Big Four, tende a uma melhor qualidade da informação contábil nas sociedades cooperativas. E os conjuntos de dados das amostras, simultaneamente, evidenciou-se que os fatores tamanho e auditoria, realizadas pelas Big Four, tendem a apresentar uma maior qualidade da informação contábil, nas empresas do segmento de alimento do consumo humano.

Palavras-chave: Qualidade da informação contábil – Características qualitativas - Fatores determinantes – Sociedades Anônimas de Capital Aberto – Sociedades Cooperativas

ABSTRACT

The research aimed to verify the factors that evidence the quality of accounting information, in cooperative societies and publicly traded corporations, in the food of human consumption segment. The theoretical framework refers to the explanation of publicly traded corporations and cooperative societies and their characteristics. Following the theme of information quality so that the accounting theory and the concept of accounting were revisited for the understanding of the quality of accounting information. Subsequently, the concept of accounting information, the fundamental and improvement qualitative characteristics, as well as empirical studies and metrics of accounting information quality found in the literature and the theoretical research hypothesis were presented. As for the methodology, it has a positivist methodological approach, is descriptive, bibliographical, and documentary, with a quantitative approach, qualitative and quantitative data collection, Multiple Regression analysis with panel data and the period analyzed was from 2015 to 2020. The delimitation of the sample The study took place in two stages: companies belonging to publicly traded corporations, with data available on the [B]³ Websites; and cooperative societies with listings on the websites of the Organization of Cooperatives of the State of Paraná (OCEPAR), the Organization of Cooperatives of the State of Santa Catarina (OCESC) and the Organization of Cooperatives of Rio Grande do Sul (OCERGS), from which he extracted a sample composed of agro-industrial cooperatives in the southern region of Brazil, which disseminate their financial reports to the public, was used. Noteworthy are both publicly traded corporations and cooperative societies that operate with the production and sale of food products for human consumption.
The dependent variable is the quality of accounting information measured by the Accounting Information Quality Metric, constructed by Barbosa (2014); Barbosa, Scherer, Scarpin and Murcia (2015) and the independent variables are the explanatory factors for the quality of accounting information, evidenced in national and international empirical literature, such as company size, profitability, indebtedness, growth opportunity, internationalization, and auditing. The conclusions are that the factors, profitability, and indebtedness, tend to increase the quality of accounting information in publicly traded corporations. The auditing factor conducted by the Big Four, on the other hand, tends to a better quality of accounting information in cooperative societies. And the data sets of the samples, simultaneously, it was evidenced that the size and auditing factors, conducted by the Big Four, tend to present a better quality of the accounting information, in the companies of the food for human consumption segment.

Keywords: Quality of accounting information - Qualitative characteristics - Determining factors - Publicly traded corporations - Cooperatives Societies

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.Características das sociedades anônimas de capital aberto.....28
Figura 2. Características das sociedades cooperativas 32
Figura 3. Características das cooperativas agropecuárias.....33
Figura 4. Diferenças entre sociedades anônimas de capital aberto e sociedades cooperativas.....35
Figura 5. Semelhanças entre as sociedades anônimas de capital aberto e sociedades cooperativas.....37
Figura 6. Definições e características da pesquisa 71
Figura 7. Síntese da amostra da pesquisa.....77
Figura 8. Quesitos considerados na análise de conteúdo da MQIC.....78
Figura 9. Síntese da operacionalização das variáveis da pesquisa 85
Figura 10. Modelos em dados de painel 89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Métrica de qualidade da informação contábil 66
Tabela 2. Critérios de seleção da amostra das sociedades cooperativas.....74
Tabela 3. Cooperativas integrantes da amostra final 74
Tabela 4. Amostra das sociedades anônimas de capital aberto 75
Tabela 5. Empresas de capital aberto integrantes da amostra final.....75
Tabela 6. Síntese da amostra da pesquisa 76
Tabela 7. Protocolo de Análise dos Dados 89
Tabela 8. Médias gerais de MQIC por característica qualitativa 93
Tabela 9. Estatística descritiva da MQIC por característica qualitativa 96
Tabela 10. Resultado da métrica da qualidade da informação contábil 101
Tabela 11. Ativo total das empresas e cooperativas 104
Tabela 12. Estatística descritivas das variáveis não-binárias.....107
Tabela 13. Frequências das variáveis binárias 110
Tabela 14. Normalidade das distribuições 111
Tabela 15. Matriz de correlação das variáveis e multicolinearidade 113
Tabela 16. Estimação de dados em painéis e teste de diagnósticos 116
Tabela 17. Regressão MQIC com dados em painel.....118
Tabela 18. Teste de normalidade dos resíduos 125
Tabela 19. Diagnóstico de autocorrelação e heterocedasticidade 126

LISTA DE ABREVIATURAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
Aud	Auditoria
B3	Brasil, Bolsa, Bolsa
CNC	Conselho Nacional de Cooperativismo
Coef. V.	Coeficiente da Variância
Desv.P.	Desvio Padrão
End	Endividamento
FASB	Financial Accounting Standards Board
GLS	Generalized Least Squares
HHI	Índice de Herfindahl
IASB	International Accounting Standards Board
IFAC	International Federation of Accountants
IFRS	International Financial Reporting Standards
Intern	Internacionalização
LL	Lucro Líquido
Máx	Máximo
Min	Mínimo
MQG –	Mínimos Quadrados Generalizados
MQIC	Métrica de Qualidade da Informação Contábil
NC	Necessidade de crescimento
Ncomp	Nível de competição
Obs	Observação
OC	Oportunidade de crescimento
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCEPAR	Organização Das Cooperativas Do Estado Do Paraná
OCERGS	Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul
OCESC	Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Santa Catarina
PLM	Patrimônio líquido médio
Rent	Rentabilidade
ROE	Rentabilidade do Patrimônio Líquido
SBF	Société des Bourses Françaises

SICOOB	Sistema Cooperativo de Crédito do Brasil
SOBER	Sociedade Brasileira de economia, Administração e Sociologia Rural
SOL	Sobra Operacional Líquida
Tam	Tamanho da empresa.
TRcp	Taxa de retorno médio sobre o capital Próprio

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA 14
1.2 OBJETIVOS 21
1.2.1 Objetivo geral 21
1.2.2 Objetivos específicos 22
1.3 JUSTIFICATIVAS 22
1.4 CONTRIBUIÇÃO E LIMITAÇÃO ESPERADA 24
2 REFERENCIAL TEÓRICO 26
2.1 SOCIEDADES COOPERATIVAS E SOCIEDADES ANÔNIMAS DE CAPITAL ABERTO E SUAS CARACTERÍSTICAS. 26
2.1.1 Sociedades Anônimas e suas características 26
2.1.2 Sociedades Cooperativas e suas características. 29
2.1.3 Diferenças e semelhanças entre as Sociedades Anônimas de Capital Aberto e Sociedades Cooperativas 34
2.2 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL 38
2.2.1 Relevância da informação contábil 44
2.2.2 Representação fidedigna 46
2.2.3 Comparabilidade da informação contábil 47
2.2.4 Verificabilidade da informação contábil 49
2.2.5 Tempestividade da informação contábil 50
2.2.6 Compreensibilidade da qualidade da informação 50
2.3 ESTUDOS EMPÍRICOS 51
2.3.1 Estudos sobre qualidade da informação contábil relacionados às Sociedades Anônimas de Capital aberto 51
2.3.2 Estudos sobre qualidade da informação contábil relacionados às Sociedades Cooperativas 58
2.3.3 Estudos sobre fatores determinantes da qualidade da informação contábil 60
2.4 MÉTRICA DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL 64
2.5 HIPÓTESE DA PESQUISA 68
3 METODOLOGIA 71
3.1 DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA 71
3.2 PARÂMETROS DE SELEÇÃO DA POPULAÇÃO E AMOSTRA DO ESTUDO 72

3.2.1 Parâmetros de seleção da amostra das Sociedades Cooperativas 73
3.2.2 Parâmetros de seleção da amostra das Sociedades Anônimas de Capital Aberto 75
3.3 PARÂMETROS DA COLETA DOS DADOS.....76
3.4 VARIÁVEIS DA PESQUISA 77
3.4.1 Variável dependente 77
3.4.2 Variáveis independentes 79
3.4.2.1 Tipo de empresas 79
3.4.2.2 Tamanho da empresa.....80
3.4.2.3 Rentabilidade.....80
3.4.2.4 Endividamento 81
3.4.2.5 Oportunidade de crescimento.....82
3.4.2.6 Auditoria efetiva 82
3.4.2.7 Internacionalização.....83
3.5 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS.....87
3.6 PROTOCOLO DE ANÁLISE 89
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS 91
4.1 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISE DA MENSURAÇÃO DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL.....92
4.2 RESULTADO E ANÁLISE DE DADOS DA MQIC E DOS FATORES QUE EVIDENCIAM A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL 106
4.2.1 Estatística descritiva da MQIC e fatores que evidenciam a qualidade da informação contábil 106
4.2.2 Normalidade das distribuições, verificação de outliers, correlações entre as variáveis e multicolinearidade 111
4.2.3 Estimações e testes de diagnóstico de dados em painel 115
4.2.4 Resultado e análise das regressões de dados em Painel 117
4.2.5 Normalidade dos resíduos, diagnóstico de autocorrelação e heterocedasticidade 125
5 CONSIDERAÇÃO FINAL 127
REFERÊNCIAS.....131

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

As Sociedades Cooperativas são regulamentadas pela Lei n. 5.764 (1971), definidas no Art. 4º como “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados [...]”.

No Brasil existem 5.314 cooperativas registradas, totalizando 15.539.376 milhões de cooperados e cerca de 427.576 funcionários (Organização das Cooperativas Brasileiras [OCB], 2020). A atuação se dá em sete setores distintos: agropecuário, consumo, crédito, trabalho e produção de bens e serviços, infraestrutura, transporte e saúde (OCB, 2020). Juntas, as cooperativas apresentaram em 2019 o montante de R$ 494,3 bilhões em Ativos, dos quais R$ 52,7 bilhões de ativo imobilizado, além de R$ 126,4 bilhões de patrimônio líquido, dos quais R$ 49,5 bilhões de capital social e R$14,8 bilhões de sobras do exercício (Organização das Cooperativas Brasileiras, Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo e a Confederação Nacional das Cooperativas [Sistema OCB], 2020).

É necessário salientar que parte significativa do conjunto total das cooperativas pertence ao setor agropecuário brasileiro; ao todo, são 1.223 cooperativas, 992.111 cooperados e 207.201 empregados (Sistema OCB, 2020). Essas cooperativas possuem ativos totais de cerca de R$ 132,2 bilhões, ativos imobilizados de R$ 37,2 bilhões, patrimônio líquido de R$ 46,2 bilhões, capital social de R$ 9,8 bilhões, sobras do exercício de R$5,5 bilhões, além de R$ 11 bilhões em tributos e despesas com pessoal (Sistema OCB, 2020).

Em relação à localização geográfica, são 231 cooperativas, com 570.297 cooperados e 162.226 empregados em cooperativas agropecuárias situadas na região Sul do Brasil (Sistema OCB, 2020). Importante salientar que algumas dessas cooperativas estão entre as maiores empresas do agronegócio do país (Mezzadri et al., 2021).

Importante observar que as sociedades cooperativas não se confundem com outros tipos de jurídicos de empresas (Santos, Gouveia, & Vieira, 2018), em razão da característica adotada na finalidade da sua constituição, ou seja, a mudança do meio econômico-social (Pinho, 2001). Dentre as diferenças mais significativas em relação

às demais sociedades econômicas está o princípio da cooperação, uma vez que o objetivo principal é a prestação de serviços sem fim lucrativo (Santos, Gouveia, & Vieira, 2018). Constituída por sociedade de pessoas, o retorno é proporcional ao valor das operações dos seus cooperados, de modo que os resultados correspondem às sobras ou perdas líquidas do exercício (Lei n. 5.764 (1971); Bialoskorski Neto,1994; Menegário, 2000; Panzutti, 2005; Santos, Gouveia, & Vieira, 2018).

Entretanto, para a concretização da transformação econômico-social (Pinho, 2001), pensada por um grupo de pessoas produtoras, buscam um instrumento econômico, que desempenha o papel de intermediadora entre o mercado e o cooperado, e é compreendida como uma organização empresarial estruturada e regulamentada, para atender os seus cooperados, de tal forma, que, a doutrina e princípio se consolidem nesse instrumento econômico (Bialoskorski Neto, 1994; Rodrigues, 1995, Menegário, 2000; Pinho, 2001; Chaddad, 2012; Paixão, Costa Fernandes, & Rosalem, 2017).

Em função do instrumento econômico, as sociedades cooperativas precisam ter uma "[...] visão empresarial de conhecimento do mercado e de visão técnico administrativa" (Schneider, 2012, p. 252). De modo que conseguem pautar seus objetivos e meios por meio de planejamento, tecnologia, recursos, organização estrutural, ordem e hierarquia na concretização dos objetivos coletivos, o que lhes torna semelhantes às sociedades anônimas de capital aberto (Schneider, 2012). A semelhança está no instrumento econômico (Pinho, 2001) adotado para desenvolver as suas atividades empresariais, controlar as operações econômicas e avaliar o desempenho dos investimentos.

As semelhanças entre sociedades cooperativas e as sociedades de capital aberto referem-se aos aspectos do mecanismo de hierarquia, controle administrativo e desenho organizacional (Ménard, 2007; Chaddad, 2012; Londero & Santos, 2018). Dentro desses aspectos pode-se destacar o estatuto social, conselho administrativo, conselho fiscal, auditoria, diretoria responsável pelos atos de gestão dos negócios e registro dos eventos econômicos conforme a Lei n. 11638 (2007) e as normas contábeis (Zangheri, 2001; Zdanowicz, 2014).

Além disso, Zdanowicz (2014) menciona que a assembleia geral dos associados é o órgão supremo para deliberações e prestação de contas, onde são apresentados e aprovados os relatórios administrativos, demonstrações contábeis e os pareceres, situações de liquidez e rentabilidade da organização, e as mutações

patrimoniais. Na assembleia dos cooperados são apresentadas as demonstrações contábeis, de forma análoga às assembleias dos acionistas nas sociedades anônimas.

Tendo em vista que as sociedades cooperativas se enquadram-se no grupo das empresas de capital fechado, logo, não possuem a obrigatoriedade da divulgação das informações contábeis. Porém, precisam registrar seus atos, fatos e eventos econômicos de acordo com a Lei n. 11.638 (2007) e as normas contábeis (Zdanowicz, 2014) nos mesmos padrões adotados pelas sociedades anônimas de capital aberto.

Ademais, é necessário esclarecer que as sociedades cooperativas são orientadas a utilizar as normas contábeis para a elaboração e divulgação dos seus relatórios contábeis. Dickel (2014) publicou uma versão atualizada do “Manual de contabilidade para as cooperativas agropecuárias”, com o objetivo de “estabelecer um modelo básico de Contabilidade para as Cooperativas Agropecuárias” e orientar a observância das normas fiscais da legislação brasileira e o processo contábil, para que estejam em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade.

Outra semelhança que merece destaque diz a respeito às orientações do “Manual de contabilidade para as cooperativas agropecuárias,” ele possui como propósito permitir a comparabilidade dos números e indicadores com outras cooperativas; avaliação, monitoramento e análise gerencial; correção de rumos nos negócios; tanto em relação ao desempenho operacional, quanto aos indicadores sociais; maior transparência, confiabilidade e credibilidade nas informações (Dickel, 2014). Ao seguir tais orientações, as cooperativas demonstram preocupação em divulgar os relatórios financeiros adotados, com qualidade, ou seja, com informações contábeis capazes de contribuir na tomada de decisões de seus usuários, da mesma forma que nas sociedades anônimas de capital aberto.

Por último, observa-se o papel que a contabilidade desenvolve, tanto nas sociedades cooperativas, quanto nas sociedades anônimas de capital aberto, pela habilidade em fornecer informações oportunas e relevantes para o monitoramento da função administrativa da empresa (Beatty & Harris, 1999); comunicar a informação e os procedimentos adotados nos relatórios contábeis (Watts & Zimmermann, 1986; Hendriksen & Van Breda, 1999; Christensen & Demski, 2003; Iudícibus, 2010; Scott, 2015; Schroeder, Clark, & Cathey, 2019); por fim, contribuir nas avaliações das atividades econômicas realizadas nas empresas e ajudar os seus diversos usuários na tomada de decisão dos seus investimentos (Hendriksen & Van Breda,1999).

Assim sendo, é possível afirmar que a contabilidade é a comunicadora das informações financeiras das empresas, ao reportar as informações que detém potencial para acompanhar a realidade, perpassar pelos princípios e normas, registrar, organizar, sintetizar e transmitir as informações úteis e oportunas aos seus diversos usuários (Hendriksen & Van Breda,1999; Christensen & Demski, 2003; Iudícibus, 2010; Scott, 2015).

A contabilidade não é a única fonte de informação (Christensen & Demski, 2003; Scott, 2015), mas uma importante fonte de comunicação regulamentada, que organiza, controla e transmite a qualidade da informação contábil (Christensen, 2010).

No que diz respeito à qualidade da informação contábil, ela é formada do resultado do processo contábil, compreendido como a identificação do evento econômico, o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos recursos da entidade (Hendriksen & Van Breda, 1999; Lopes & Martins, 2017; Flores, Braunbeck, & Carvalho,2018), consolidação, apresentação e divulgação dos resultados (Flores, Braunbeck, & Carvalho, 2018).

Além disso, reflete a substância econômica e permite a realização da análise de previsões futuras, baseadas em dados completos, neutros, livres de erros, com uma capacidade técnica de fazer diferenças positivas no momento do investimento (Comitê Pronunciamentos Contábeis [CPC] 00_R2, 2019; Ball, 2016), bem como, fornece informações contábil–financeiras, acerca da companhia que reporta a informação, para compreender o retorno dos investimentos e orientar os investidores na tomada de decisão (CPC 00_R2, 2019).

Ademais, a qualidade da informação contábil, além de atender os diversos tipos de usuários de informação contábil, diminui os custos da informação, reduz o conservadorismo, o lucro contábil fica mais próximo do lucro econômico, aumenta a qualidade do lucro para as empresas de capital aberto, incrementa o poder de explicação do preço da ação e o lucro líquido por ação, e, consequentemente fortalece o mercado de capital (Lima, 2010; Macedo, Machado Veras, & Machado Reis, 2013; Gonçalves, Batista, Macedo, & Marques, 2014; Silva, Bonfim, Niyama, & Tibúrcio Silva, 2017). Permite julgar e interpretar os dados para diminuir as incertezas e obter o melhor retorno dos investimentos (Mazzioni & Klann, 2018), facilita a contratação eficiente entre empresas e credores (Ball, 2016).

Para propiciar resultados a qualidade da informação contábil deve representar características qualitativas, para tornar-se útil aos seus diversos usuários (Hendriksen

& Van Breda,1999; Christensen, 2010) facilitando o processo de interpretação, a comunicação ao receptor e o uso da informação contábil dos relatórios financeiros (Christensen, 2010; Silva, 2018).

Importante destacar que as características qualitativas têm origem na decisão e são propriedade da informação contábil, pelo contexto do fenômeno econômico (Cho, Kim, & Lim, 2010). Assim, as duas principais propriedades da qualidade da informação contábil, consideradas fundamentais, são a relevância e a representação fidedigna (Kam, 1990; *Financial Accounting Standards Board* [FASB] 2008; Christensen, 2010, CPC 00_R2, 2019). Além disso, para melhorar a informação financeira e aumentar a utilidade, é necessário que a informação seja tempestiva, confiável, comparável e compreensível (Christensen, 2010, CPC 00_R2, 2019).

Desse modo, os atributos da qualidade da informação mencionados, garantem a apresentação do fenômeno econômico nos relatórios contábeis, o quais são instrumentos de análise dos investimentos, da situação econômica e financeira da empresa, utilizados para orientar o investidor na tomada de decisão (Iudícibus, 2010).

Outro benefício dos atributos da qualidade da informação contábil apresentado na estrutura conceitual (CPC 00_R2, 2019) é discutido na literatura teórica e empírica (Kam, 1990; Hendriksen & Van Breda, 1999; Obaidat, 2007; Cho, Kim, & Lim, 2010; Schroeder, Clark & Cathey, 2019, Lopes & Martins, 2017), é a habilidade de contribuir na objetividade dos relatórios contábeis.

Schroeder, Clark e Cathey (2019) mencionam que o objetivo do relatório contábil, é relatar as atividades desenvolvidas pela companhia e seu papel no ambiente social, os quais incumbem informações úteis para a tomada de decisões econômicas. E servir os seus diversos usuários, pois oferecem informações sobre atividades econômicas, que permitem aos investidores e credores prever, comparar e avaliar o potencial dos fluxos de caixa, em termo de valor, prazo e incerteza relacionada, bem como, avaliar a capacidade da administração no uso eficaz dos recursos disponíveis na empresa, e assim, alcançar os seus objetivos planejados (Schroeder, Clark, & Cathey, 2019).

Em relação ao atributo de prever, comparar e avaliar o poder aquisitivo da empresa, Schroeder, Clark e Cathey (2019) pontuam que o conjunto de informações divulgadas deverá disponibilizar dados dos fatos como: transações, avaliações, interpretações, precisão ou estimativa e eventos relevantes; declaração da posição financeira, dos ganhos periódicos, das atividades financeiras da companhia, com

relato das consequências significativas da moeda, com o mínimo de julgamento e interpretação por parte do preparador.

Os estudos tratam a temática da qualidade da informação sobre várias vertentes como por exemplo: Efeito do *hedge accounting* na qualidade das informações contábeis, no *disclosure* dos instrumentos financeiros derivativos e na assimetria de informação (Potin, Bortolon, & Sarlo Neto, 2016); efeitos das hipóteses da teoria positiva da contabilidade na qualidade da informação contábil (Queiroz & Almeida, 2017); efeitos da adoção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) na qualidade da informação contábil no Brasil (Damascena, Duarte, & Paulo, 2017); aspectos da qualidade da informação contábil no contexto internacional (Mazzioni & Klann, 2018); a relação dos gastos com pesquisa e desenvolvimento e a qualidade da informação contábil (Gonçalves & Lemes, 2018); qualidade da informação contábil e as características organizacionais das entidades do terceiro setor (Ramos & Klann, 2019); a influência da estrutura de auditoria, conselho de administração e qualidade da informação contábil no índice *Market to Book Value* de empresas brasileiras listadas na Bolsa de Valores, Brasil, Bolsa e Balcão [B]³ (Carpes, Pamplona, & Cunha, 2019). Também, há estudos que analisaram os fatores determinantes da qualidade da informação (Isidro & Raonic, 2012; Rufino & Monte, 2014; Christensen, Lee, Walker, & Zeng, 2015; Mazzioni & Klann, 2016; Moura, Ziliotto & Mazzioni, 2016; Moura, Zanchi, Mazzioni, Macêdo & Krueger, 2017; Ferreira, 2019).

Por outro lado, alguns estudos nacionais e internacionais, realizados nas empresas de capital aberto, demonstraram os seguintes aspectos sobre a qualidade da informação: empresas auditadas pelas Big Four ou auditorias independentes não apresentaram gerenciamentos de resultados significativos (Santana, Bezerra, Teixeira, & Cunha, 2014); Os gestores utilizam a tempestividade da informação contábil, de forma oportuna, a fim de gerenciar os resultados das empresas (Altoé, Ribeiro, & Colauto, 2015); a internacionalização aumenta a qualidade da informação contábil e reduz a assimetria informacional (Mazzioni & Klann, 2016a, 2018b); conselho fiscal, impacta positivamente a relevância do patrimônio líquido, enquanto a presença do comitê de auditoria na relevância do lucro (Baioco & Almeida, 2017); a qualidade da informação gera benefícios econômicos (Gonçalves & Lemes, 2018); a falta da tempestividade na qualidade da informação não auxilia os usuários em suas decisões de investimento (Nardi, Amadi, & Silva, 2019); a qualidade da informação está atrelada ao tamanho da empresa (Queiroz & Almeida, 2017; Oliveira, 2019); a

relevância e a representação fidedigna da informação contábil, possuem uma relação positiva com do lucro (Elsiddig, 2020).

Outra característica dos estudos empíricos concentra-se em empresas de capital aberto, uma vez que os pesquisadores têm maior interesse na natureza dos mercados capitais (Hendriksen & Breda, 1999), pela disponibilidade das informações ao público, fator que facilita a coleta das informações.

Diante da contextualização apresentada acerca do tema em estudo, adiante serão retomados alguns pontos considerados relevantes: i. as sociedades cooperativas movimentam um alto montante financeiro, gerado das produções, riquezas e atividades econômicas dos seus associados, que acabam tendo um papel importante na economia, assim como as sociedades anônimas de capital aberto; ii. o instrumento econômico utilizado para desenvolver as atividades empresariais, para produzir riquezas por intermédio das cooperativas aos cooperados é semelhante às sociedades anônimas de capital aberto; iii. a contabilidade é uma das fontes de informações financeiras, por isso, exerce a função de ser comunicadora das informações contábeis, tanto nas sociedades cooperativas, quanto nas sociedades anônimas de capital aberto; iv. as sociedades anônimas de capital aberto têm a obrigação de fornecer informações de qualidade para os acionistas, investidores, demais usuários, em conformidade com a Lei n 6.404 (1976) e a lei n 11. 638 (2007), e as orientações sobre as melhores práticas de elaboração e divulgação dos relatórios contábeis (Comissão de Valores Mobiliários [CVM], 2018; Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado [CODIM], 2021), e as sociedades cooperativas não possuem essa mesma obrigatoriedade da divulgação dos relatórios financeiros; contudo, são orientadas a oferecer as informações financeiras e demonstram preocupação em divulgar os relatórios contábeis, uma vez que seguem as orientações da divulgação dos relatórios contábeis (Dickel, 2014).

Entretanto, observa-se que as empresas de capital aberto, possuem mais tempo de experiência da práxis referente ao *Hall* de divulgação das informações contábeis, por serem obrigadas a realizar a publicação dos relatórios contábeis e informações relevantes. Enquanto, as cooperativas não têm essa mesma obrigatoriedade, na divulgação dos relatórios contábeis e informação relevante ao público em geral, apenas aos seus associados. Porém, por orientações, algumas grandes cooperativas do ramo agropecuário passaram a realizar publicações a partir

de 2015, evidenciando seus relatórios financeiros, nos seus próprios meios de comunicação (site e revistas online).

Diante disso, gerou-se uma inquietação a respeito dos fatores que explicam qualidade da informação contábil, apresentada pelas sociedades cooperativas e sociedades anônimas de capital aberto, que foi traduzida, na seguinte questão da pesquisa: **Quais fatores evidenciam a qualidade da informação contábil, nas sociedades cooperativas e nas sociedades anônimas de capital aberto, do segmento de alimento do consumo humano?**

A importância do presente estudo assegura-se na lacuna encontrada na revisão de literatura sobre a temática da qualidade da informação contábil. Foi verificado que a maioria dos estudos abordou as companhias de capital aberto, além disso, as *proxies* empregadas para a qualidade da informação contábil foram, na sua grande maioria, o gerenciamento de resultado, a suavização e persistência. Assim sendo, é possível afirmar que há uma oportunidade de estudos que relacionam a qualidade da informação contábil, em termos de características qualitativas, bem como, os fatores que evidenciam a qualidade da informação nas sociedades cooperativas e sociedades anônimas de capital aberto,

Espera-se que este estudo possa contribuir na evidenciação das características empresariais exógenas e endógenas capazes de explicar a qualidade da informação contábil tanto nas sociedades cooperativas quanto nas sociedades anônimas de capital. Além disso, pretende-se abordar as diferenças na qualidade da informação contábil divulgadas pelas cooperativas agroindustriais em comparação com as empresas de capital aberto listada na Bolsa de Valores brasileira, Brasil, Bolsa, Bolsa [B]³, em termo de característica qualitativas, conforme o índice elaborado pela Barbosa (2014), publicizado por Barbosa, Scherer, Scarpin e Murcia (2015).

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O presente estudo tem por objetivo verificar os fatores que evidenciam a qualidade da informação contábil, nas sociedades cooperativas e nas sociedades anônimas de capital aberto, do segmento de alimento do consumo humano**.**

1.2.2 Objetivos específicos

Considerado o objetivo geral, tem-se os seguintes objetivos específicos:

a) Mensurar a qualidade da informação contábil das sociedades cooperativas e das sociedades anônimas de capital aberto, do segmento de alimento de consumo humano;
b) Determinar os fatores explicativos da qualidade da informação contábil das sociedades cooperativas e das sociedades anônimas de capital aberto, do segmento de alimento do consumo humano.

1.3 JUSTIFICATIVAS

O presente estudo apresenta como justificativa teórica, o referencial levantado em trabalhos nacionais e internacionais que abordam a temática da qualidade da informação contábil, os quais concentram-se, em sua maioria, em estudos acerca das sociedades anônimas de capital aberto.

Em relação às pesquisas sobre a temática da qualidade da informação contábil, realizadas nas sociedades anônimas de capital aberto, verificou-se que os estudos evidenciam as características qualitativas de maneiras separadas, uma vez que, observam a qualidade da informação sobre a influência do aumento ou a diminuição de determinadas variáveis como: a governança corporativa, a estrutura de capital, o gerenciamento de resultado, enquanto fatores determinantes.

Logo, utilizam como *proxy* para a mensuração da qualidade da informação contábil, o gerenciamento de resultados, proposto por Barth, Landsman e Lang (2008), *value relevance* (Ball & Brown, 1968), o conservadorismo (Basu, 1997), a previsibilidade e persistência dos lucros (Penman & Zhang, 2002), *timeliness*, (Bushman et al., 2004), a suavização dos resultados (Eckel, 1981) e a qualidade dos *accruals* (Dechow & Dichev, 2002). Vale ressaltar que, estes tipos de mensuração da qualidade da informação contábil são considerados por Beest, Braam e Boelens (2009) como medidas indiretas para verificar a qualidade da informação contábil.

No que refere às pesquisas sobre a temática da qualidade da informação nas sociedades cooperativas, percebe-se uma lacuna na literatura empírica. Fato que pode ser confirmado pelo estudo bibliométrico realizado por Ferreira, Carmo, Zanolla,

& Moura, (2020) onde analisam o panorama das pesquisas sobre qualidade da informação contábil em cooperativas no período de 2010 a 2020 e constataram: 14 pesquisas nacionais e 3 internacionais aplicadas nas cooperativas; o método utilizado para mensurar a qualidade de informação das dezessete pesquisas, foi gerenciamento de resultado (12), a suavização (4) e persistência (1); os estudos abordaram os ramos de cooperativas de créditos (13 estudos) agropecuário (3 estudos) e saúde (1 estudo). Os autores explicam que a possível preferência pelas cooperativas de crédito dá-se em razão da facilidade de extração dos dados, disponíveis no Banco Central.

Ao abordar estudos sobre as sociedades cooperativas e sociedades anônimas conjuntamente foram encontradas três pesquisas: A primeira de Schultz, Marques e Murcia (2012) consiste em um estudo comparativo entre as demonstrações financeiras das cooperativas agropecuárias e demonstrações das companhias de capital aberto do segmento de agropecuária, para determinar o nível do *disclosure* voluntário de informações ambientais, econômicas e sociais. Scherer, Munhoz e Roth (2014), por sua vez, verificaram os fatores explicativos da divulgação de ativos biológicos e produtos agrícolas em empresas de capital aberto e fechado, em que empresas de capital fechado são as cooperativas do setor de produção agropecuário da Revista Exame Maiores e Melhores, edição 2013. Por fim, Olszak et al. (2018) pesquisaram os determinantes que afetam provisões para perdas com empréstimos no ciclo de negócios entre os bancos cooperativos e bancos comerciais da Polônia.

Diante do arcabouço teórico apurado, detecta-se a falta de estudos sobre a temática da qualidade da informação contábil nas cooperativas agroindustriais, bem como, a falta de utilização de seus atributos, orientada pela estrutura conceitual, na mensuração da qualidade da informação contábil, tanto nas sociedades cooperativas quanto nas sociedades anônimas de capital aberto. Portanto, essa pesquisa justifica-se pela evidente lacuna encontrada na literatura empírica.

Em termo da justificativa prática, o presente estudo traz uma comprovação empírica sobre a aplicabilidade das características qualitativas fundamentais e de melhoria (CPC 00 R2, 2019) nos relatórios financeiros das sociedades cooperativas e sociedades anônimas de capital aberto, do segmento de alimento de consumo humano, ao mensurar a qualidade da informação contábil, a partir da aplicação Métrica da qualidade da informação contábil construída por Barbosa (2014); Barbosa, Scherer, Scarpin e Murcia (2015).

Além disso, outros estudos realizados nas sociedades anônimas, demonstraram a existência de fatores que contribuem para a melhoria da qualidade da informação contábil (Murcia, 2009; Almeida, 2010; Christensen, 2010; Isidro & Raonic, 2012; Fathi, 2013; Christensen, Lee, Walker, & Zeng, 2015; Mazzioni & Klann, 2016; Moura, Zanchi, Mazzioni, Macêdo, & Krueger,2017; Mahboub, 2017; Echobu, Okika, & Mailafia, 2017; Albuquerque *et al*., 2019; Alves, Guedes, & Souza ,2018; Ekwueme & Aniefor, 2019), o que busca verificar a partir desses estudos, se alguns desses fatores mencionados por esses autores, ajudam a evidenciar a qualidade da informação contábil, nas sociedades anônimas de capital aberto e nas sociedades cooperativas.

1.4 CONTRIBUIÇÃO E LIMITAÇÃO ESPERADA

A presente pesquisa concorre para o desenvolvimento das pesquisas do Laboratório de Contabilidade Financeira da Universidade Federal do Paraná, ao mensurar a qualidade da informação contábil divulgada nos relatórios financeiros, embasada pela Métrica da Qualidade da Informação proposta por Barbosa (2014) e Barbosa, Scherer, Scarpin e Murcia (2015), tanto nas empresas de capital aberto, listadas na Bolsa de Valores brasileira, Brasil, Bolsa, Balcão [B]³, quanto nas cooperativas agroindústrias, ambas do segmento de alimento de consumo humano.

O presente estudo tem por objetivo verificar os fatores que evidenciam a qualidade da informação contábil nas sociedades cooperativas e nas sociedades anônimas de capital aberto do segmento de alimentos para o consumo humano, evidenciando a diferença entre ambas as informações.

Os resultados do estudo, por sua vez, são relevantes para os investidores do mercado acionário; aos administradores, gestores e profissionais envolvidos com a elaboração das demonstrações ao avaliarem suas tomadas de decisões, dentro dessas organizações empresariais. Além disso, o estudo é relevante aos órgãos e profissionais que estudam e aplicam as normas contábeis às empresas, para que observem como são considerados os atributos da qualidade da informação contábil, tanto nas sociedades cooperativas, quanto nas sociedades anônimas de capital aberto, bem com, se a obrigatoriedade garante maior qualidade da informação contábil divulgada, ou se existem fatores explicativos para maior qualidade da informação destas empresas.

Ademais, contribui para que as cooperativas continuem divulgando seus relatórios contábeis e assim possibilitem novas pesquisas, além da criação de padrões e um meio padronizado de divulgação das informações financeiras. Auxilia ainda os pesquisadores, permitindo que visualizem as possibilidades de estudos contábeis nessas grandes sociedades cooperativas, possibilitando novas discussões acadêmicas.

No que diz respeito às limitações deste estudo, as mesmas residem nos seguintes aspectos: a) em razão da não obrigatoriedade da divulgação das informações contábeis, às empresas de capital fechado, as sociedades cooperativas, nas ocasiões de assembleias, são realizadas as prestações de contas aos cooperados, mas há certa limitação de disponibilidade de acesso de informação ao público; b) não há um único meio de comunicação para todas as sociedades cooperativas, cada uma, faz a sua divulgação em sua própria plataforma digital; c) percebeu-se que não existe um padrão unificado de divulgação nas sociedades cooperativas; d) das 265 cooperativas ativas na Região Sul do Brasil, apenas em onze cooperativas identificou-se ampla disponibilidade dos relatórios da gestão e os relatórios financeiros (Demonstração de Sobras ou Perdas do Exercício, Balanço Patrimonial, Notas Explicativas, Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração Mutações Patrimoniais); e) por mais que as companhias de capital aberto e as sociedades cooperativas tenham semelhanças na estruturas organizacionais e administrativas, as companhias de capital aberto possuem mais tempo de experiência de *práxis* referente ao *hall* de divulgação das informações contábeis, por serem obrigadas a publicar relatórios contábeis e informações relevantes aos seus usuários, enquanto as cooperativas não costumam divulgar informações voluntariamente ao público em geral, mas sim de forma restritiva, aos seus cooperados. f) devido à maior disponibilidade de informações e à representatividade na economia regional e nacional, a amostra de cooperativas foi delimitada para as sociedades cooperativas localizadas na região Sul do Brasil, contudo, reconhece-se que esta é apenas uma parcela das cooperativas que atuam no segmento alimentício brasileiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente tópico refere-se à explanação das sociedades anônimas de capital aberto e sociedades cooperativas e suas características. Seguido a temática da qualidade da informação de modo que, revisitou-se a teoria contábil e o conceito sobre contabilidade para o embasamento na compreensão da qualidade da informação contábil. Posteriormente, foi apresentado o conceito da informação contábil, as características qualitativas fundamentais e de melhoria, bem como, os estudos empíricos e as métricas da qualidade da informação contábil encontrada na literatura e a hipótese teórica da pesquisa.

Dessa forma, de um lado a contabilidade é entendida como comunicadora da informação financeira e de outro, as sociedades anônimas de capital aberto e as sociedades cooperativas, como utilizadoras desta comunicação, tanto para organizar e registrar os eventos econômicos, quanto para avaliar o retorno dos investimentos e oferecer informação para a tomada de decisão dos seus usuários.

2.1 SOCIEDADES COOPERATIVAS E SOCIEDADES ANÔNIMAS DE CAPITAL ABERTO E SUAS CARACTERÍSTICAS.

2.1.1 Sociedades Anônimas e suas características

No século XIX, as sociedades anônimas se disseminaram por vários países do mundo, enquanto um mecanismo jurídico a serviço do capitalismo moderno (Pargendler, 2006). Nesse período, o Brasil buscava regulamentar a sociedade anônima, contudo havia uma certa demora no processo de regulamentação da autorização a esse tipo de organização societária. (Pargendler, 2006). Diante das exigências da empresa Fundição e Estaleiro Ponta de Areia, do Banco do Commercio e da Indústria do Brasil, buscando regulamentação para assegurar as atividades, surgiram as primeiras mudanças no código comercial brasileiro, bem como as orientações contábeis iniciais para as empresas de capital aberto no país (Iudícibus & Ricardino Filho, 2002).

No código comercial Brasileiro foi inserida a atividade de banqueiro, hipoteca e penhor mercantil, companhias e sociedades comerciais; e as orientações contábeis obrigatórias (Iudícibus & Ricardino Filho, 2002). As orientações contábeis visavam a

uniformidade, a escrituração, o registro dos livros e formação anual de um balanço geral dos ativos e passivos (Iudícibus & Ricardino Filho, 2002). Tais mudanças, no código comercial permitiam o funcionamento das sociedades anônimas de capital aberto até o surgimento da Lei n.1083 de 22 de agosto de 1860, primeira lei de orientação e regulamentação das sociedades anônimas (Iudícibus & Ricardino Filho, 2002).

Umas das principais mudanças trazidas pela nova Lei n.1083 (1860) dizia respeito ao fato de que, as sociedades anônimas só poderiam ser constituídas, depois da aprovação do estatuto, pelo parlamento e em seguida pelo executivo, posteriormente tais empresas eram fiscalizadas pelo governo, no que diz respeito às suas operações, assembleia geral dos acionistas, conselhos administrativos e as comissões, de modo que, as empresas eram obrigadas a publicar os balanços, demonstrações e documentos ao público (Lei n.1083 ,1860; Iudícibus & Ricardino Filho, 2002).

Importante salientar que a Lei n.1083 (1860) orientou as sociedades anônimas por várias décadas, revogada pela Lei n. 2.627 (1940), a qual veio a ser substituída pela Lei n. 6.404 (1976). No que diz respeito a lei n. 6.404 (1976), a mesma, está com 45 anos de aplicabilidade no território brasileiro, nesse período, passou por várias alterações e revogações em alguns dos seus artigos, com a finalidade de melhorar a divulgação da qualidade da informação contábil, como por exemplo, a lei n. 11. 638 (2007) que refere à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. A alteração recente diz a respeito à Lei n. 13.818 (2019), que traz novas orientação sobre as publicações obrigatórias.

Diante do contexto histórico das Sociedades Anônimas, na Figura 1, são apresentadas e descritas de maneira resumida, as principais características das Sociedades Anônimas de capital aberto.

Figura 1.Características das sociedades anônimas de capital aberto

Constituição da Companhia	Subscrição, pelo menos por 2 (duas) pessoas, de todas as ações em que se divide o capital social fixado no estatuto.
	Realização, como entrada, de 10% (dez por cento), no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro.
	Depósito no Banco do Brasil S/A., ou em outro estabelecimento bancário autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários, da parte do capital realizado em dinheiro.
Abertura do Capital	Ser aprovado em Assembleia Geral Extraordinária.
	Elaboração do Estatuto técnico de viabilidade da emissão e definição de suas características.
	Ter registro na Comissão de Valores Mobiliários.
	Formação de consórcio de instituições para a distribuição dos títulos junto ao público investidor.
	Registro dos títulos em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado.
	Anúncio do início da distribuição e colocação dos títulos junto aos investidores.
Pedido de Registro na CVM	Estudo de viabilidade econômica e financeira do empreendimento.
	Apresentar o Projeto do estatuto social.
	Prospecto, organizado e assinado pelos fundadores e pela instituição financeira intermediária.
Objeto Social	Empresa de fim lucrativo, não contrária à lei, à ordem pública e aos bons costumes.
	Companhia mercantil conforme as leis e usos do comércio.
	Estatuto social, definirá o objeto de modo preciso e completo.
	Pode participar de outras sociedades.
Capital Aberto	Coloca para negociação ações ou debentures no mercado (Bolsa Valores).
	Para negociação de valores mobiliários somente com Registro da companhia na Comissão de Valores Mobiliários.
	Valores Mobiliários de emissão de companhia registradas na Comissão de Valores Mobiliários podem ser negociados no mercado de valores mobiliários.
	Distribuição pública de valores mobiliários, será efetivada no mercado somente com o registro na Comissão de Valores Mobiliários.
Capital Social	Estatuto da companhia fixará o valor e expresso em moeda nacional.
	Valor corrigido anualmente.
	Acionistas responsáveis em contribuírem com bens para a formação.
	Capital dividido em ações, a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.
Acionista	Controlador - majoritário ou minoritário.
Obrigatório	Divulgações dos relatórios contábeis ao público.
Ações	Podem ser ordinárias ou preferenciais.

Fonte: Adaptado de Lei n. 6.404 (1976); Lei n. 9.457 (1997); Lei n. 10.303 (2001); lei n. 11.638 (2007); Assaf Neto (2019).

Todas as características das sociedades anônimas de capital aberto, apresentadas na Figura 1, são asseguradas por lei e fiscalizadas pelos órgãos regulamentadores, para garantir a segurança dos investidores.

2.1.2 Sociedades Cooperativas e suas características.

As sociedades cooperativas possuem uma organização a nível mundial representada pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), dispõe também uma Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e cada Estado possui suas federações ou sindicatos de representações e orientações para as cooperativas, como por exemplo no Paraná, Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), Santa Catarina a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC) e no Rio Grande do Sul a Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (OCERGS) (OCB, 2021, Sistema OCEPAR, 2021; OCESC, 2021; Sistema OCERGS, 2021).

No decorrer dos anos, a regulamentação das sociedades cooperativas no Brasil, passou por várias alterações. Em 1967, com o Decreto nº 60.597, regulamentou-se a Decreto-lei n. 59 (1966) e foi criado o Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC). No ano de 1971 definiu-se a Política Nacional de Cooperativismo e o Regime Jurídico das Sociedades cooperativas pela Lei n. 5.764 (1971), vigente até os dias atuais (Fajardo, 2016).

As sociedades cooperativas atuam em sete segmentos distintos, sendo: **agropecuários** (atividades agropecuária, extrativista, agroindustrial, aquícola ou pesqueira), **transportes** (serviços de transporte de carga e passageiros), **saúde** (médicos, odontólogos ou profissionais ligados à área de saúde humana), **infraestrutura** (fornecem serviços essenciais aos associados, como energia e telefonia), **crédito** (promover e oferecer soluções financeiras), **Trabalho, produção de Bens e Serviços** (prestação especializada a terceiros) e o **Consumo** (supermercados, farmácias, educação, turismo e lazer) (OCB, 2021). Contudo, o enfoque sobre os segmentos das sociedades cooperativas a seguir no referencial teórico dessa pesquisa, é o agropecuário, especificamente o agroindustrial da Região Sul do Brasil. Por ser uma das amostras do objeto de pesquisa, ao verificar os fatores que evidenciam a qualidade da informação contábil, nas sociedades cooperativas e nas sociedades anônimas de capital aberto, do segmento de alimento do consumo humano**.**

Além do mais, o surgimento e desenvolvimento do cooperativismo agropecuário, na região Sul do Brasil, foi impulsionado por dois fatores acontecidos: a) os produtores rurais que buscavam sobreviver e prosperar na acumulação de bens,

para isso, romperam as negociações com os grandes comerciantes da época, que se utilizavam da manipulação de preços e a classificação dos seus produtos (Farias, 2015); e b) o interesse do Estado Nacional em desenvolver o setor agrícola e industrial e financiar a estrutura agroindustrial cooperativa para ampliar o processo de substituição das importações, em função disso, houve um conjunto de políticas estratégicas como um incentivo à tecnologia, produção e industrialização dos produtos agropecuários (Farias, 2015). Essa "junção entre políticas do Estado e produtores fez com que o cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil passasse a participar de forma ativa na economia nacional" (Farias, 2015, p.6112).

Torna-se necessário ressaltar que, cada Estado da Região Sul, desenvolveu suas cooperativas agropecuárias de maneira singular, conforme o seu potencial de produção (Farias, 2015): O Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, impulsionado pelo cultivo do trigo, soja e milho; Em Santa Catarina desenvolveu-se a partir da pecuária, da produção de leite e suínos; No Paraná, por sua vez, as cooperativas tiveram diferentes fases de desenvolvimento, conforme o que era produzido em cada época. Inicialmente com a exploração da matéria-prima natural, por exemplo, a madeira e a produção de café (Farias, 2015). Por não possuir um portfólio fixo de produção, as cooperativas paranaenses não possuíam tanta visibilidade quanto as dos demais Estados da Região Sul, que estavam sempre em destaques (Farias, 2015)

No entanto, entre 1971 e 1976, o Paraná criou um projeto de reestruturação das cooperativas, realizado uma série de ação coordenadas para discutir a atuação das mesmas com as seguintes finalidades: resolver a crise financeira que assolava as cooperativas da época; aproveitar o potencial de produção agrícola presente no Estado; criar e aumentar a renda dos agricultores por região (Farjado, 2006).

Como resultado, o projeto de integração das cooperativas no Paraná proporcionou desenvolvimento e o crescimento das cooperativas no setor agroindustrial, o projeto que representou uma reestruturação econômica e permitiu a desenvolvimento de forma dirigida, de modo que os investimentos passaram a ser planejados, com o objetivo de impulsionar o surgimento de grandes empresas agroindustriais (Farjado, 2016, OCEPAR, 1997).

Logo, o projeto de reestruturação das cooperativas do Paraná foi promissor (Farjado, 2016, OCEPAR, 1997), além tornar o Paraná destaque no quesito sociedades cooperativas entre os Estados da Região Sul.

Cabe enfatizar que as sociedades cooperativas agroindustriais são uma estrutura intermediadora entre o cooperado e o mercado (Bialoskorski Neto, 1994). As quais estão inclusas no ramo das cooperativas agropecuárias e são formadas por produtores rurais, agropastoril e de pesca, donos dos meios de produção, pessoas físicas ou jurídicas, que atuam dentro da área de produção das cooperativas (Santos, Gouveia, & Vieira, 2018; Sistema OCB, 2021). Concentram-se na organização comunitária de pessoas produtoras de trabalho, as quais planejam e criam uma administração para servir os interesses dos seus cooperados (Bialoskorski Neto, 1994). Além disso, o associado possui a função de ser gestor, proprietário e usuário ao mesmo tempo (Bialoskorski Neto, 1994; Oliveira, 2019).

Entre as principais características das cooperativas são adesão livre e voluntária, gestão democrática e livre, participação econômica dos associados, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e preocupação pela responsabilidade social (Santos, Gouveia, & Vieira, 2018; Sistema OCB, 2021). Essas características das sociedades cooperativas foram reunidas das regras que movimentam o cooperativismo no mundo, chamado como princípio de Rochdale (Santos, Gouveia, & Vieira, 2018).

No que diz respeito aos princípios de Rochdale, torna-se necessário destacar que representam os princípios cooperativistas, baseados na filosofia de Robert Owen, considerado um dos pais do cooperativismo moderno e que influenciou o surgimento do primeiro estatuto, criado pelos pioneiros da cooperativa moderna, em 28 de outubro de 1844, em Rochdale na Inglaterra, pelos 28 Tecelões associados. (Bialoskorski Neto, 1994; Sistema OCB, 2021; OCEPAR, 2021; OCERGS, 2021).

Na Figura 2 seguem descritas as características das sociedades cooperativas.

Figura 2. Características das sociedades cooperativas

Adesão livre e voluntária	Adesão livre, significa estar aberta para todas as pessoas que queiram participar, estejam alinhadas ao seu objetivo econômico, e dispostas a assumir suas responsabilidades como membros. Não existe qualquer discriminação por sexo, raça, classe, crença ou ideologia.
	Caráter voluntário, significa que todos os membros estejam evolvidos com o ideal cooperativismo a fim de que possam apoiá-lo espontaneamente. Que tenha responsabilidade em conhecer a doutrina e princípios cooperativistas, saber os objetivos do estatuto e a estrutura da cooperativa, conhecer os direitos e deveres como associados, exercer o direito de voto e participar das reuniões.
Gestão democrática	As cooperativas são organizações democráticas controladas por todos os seus membros, que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões.
	Os representantes oficiais são eleitos por todo o grupo, ou seja, cada cooperado elege seu representante, com direito de administrar a sociedade cooperativa.
Participação econômica dos associados	Os membros contribuem equitativamente para o capital da organização.
	Parte do montante é, normalmente, propriedade comum da cooperativa e os membros recebem remuneração limitada ao capital integralizado, quando há.
	As sobras podem ser destinadas para o desenvolvimento das cooperativas; retorno aos cooperados nas proporções de suas transações com as cooperativas, apoio as outras atividades.
Autonomia e independência	São organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas por seus membros.
	Acordos firmados com outras instituições, sejam elas públicas ou não, ou busca por capital externo, deverão ser feitos de modo que seja assegurado o controle democrático da cooperativa, pelos seus membros e a autonomia.
Educação, formação e informação	Comprometer-se com o futuro dos cooperados, do movimento e das comunidades.
	Promover a educação e a formação para que seus membros e trabalhadores possam contribuir para o desenvolvimento dos negócios e, consequentemente, dos lugares onde estão presentes.
	Oferecer informações para o público em geral, especialmente jovens, sobre a natureza e vantagens do cooperativismo.
Intercooperação	Os empreendimentos conjuntos podem maximizar os resultados, alcançados pelas cooperativas e fortalecer o movimento como um todo.
	Trabalhos conjuntos através da estrutura local, regional, nacional e internacional, de maneira a fortalecer o cooperativismo.
Preocupação pela comunidade (responsabilidade social)	As cooperativas trabalham para o bem-estar de suas comunidades, através da execução de programas socioculturais, realizados em pareceria com o Governo e outras entidades civis.
	A intimidade entre cooperados e a cooperativa torna possível benfeitoria, de ordem econômica, social e cultural, de terminado alcance geográfico.
	As cooperativas têm a responsabilidade de zelar pela preservação ambiental dessas comunidades.

Fonte: Adaptação de Lei nº 5.764 (1971); Bialoskorski Neto (1994); Santos, Gouveia e Vieira (2018); Sistema OCB, (2021).

As características das sociedades cooperativas apresentada na Figura 2, são princípios cooperativistas, que norteiam o trabalho de todas as sociedades cooperativas, independente do ramo de atividade da cooperativa (Santos, Gouveia, & Vieira, 2018). E que também está na Lei 5.764 (1971), que orienta as atividades cooperativistas.

No cooperativismo agroindustrial, para que se estabeleça uma relação de confiança e transparência entre as pessoas envolvidas, bem como para que haja organização, desenvolvimento e crescimento da atividade econômica (Santos, Gouveia, & Vieira, 2018). Existem atribuições tanto para a empresa intermediadora que faz as negociações entre o cooperado e o mercado, quanto para os associados (Santos, Gouveia, & Vieira, 2018), tais atribuições serão apresentadas na Figura 3.

Figura 3. Características das cooperativas agropecuárias

Atribuições da cooperativa ao cooperados	Receber, transportar, classificar, padronizar, armazenar, beneficiar, industrializar e comercializar a produção dos seus cooperados;
	Adquirir e repassar aos cooperados, bens de produção e insumos necessários aos desenvolvimentos de suas atividades;
	Proceder ao registro de marcas próprias e divulgação através de propaganda ou publicidade compatível;
	Vender, em comum, sua produção agrícola e/ou pecuária em mercados diversos;
	Prestar assistência social e tecnológica aos cooperados;
	Promover, com recursos próprios ou convênios, a capacitação cooperativista e profissional do Figura social, funcional, técnico, executivo e diretivo da cooperativa;
	Prestar outros serviços relacionados com a atividade econômica da cooperativa.
Enquadramento como cooperativa	Sociedade de pessoas e não de capital, a gestão é gerida pelos associados, todos com os mesmo direitos e obrigações;
	Indenidade social, prestação de serviço ao cooperados (desenvolvimento profissional, assessoria jurídica, projetos que beneficiam os familiares dos cooperados);
	Identidade econômica, representa o cooperado no mercado, visa o desenvolvimento dos seus associados;
	Assumem de forma igualitária os riscos de empreendimento, dividindo tanto as sobras como as perdas.
Ato cooperativo	Produtor interage com o mercado, sem qualquer mediação, compete com outras empresas, para isso, assume todos os riscos envolvidos no empreendimento;
	Produtor se relaciona com o mercado por meio da cooperativa, ou seja, tem o potencial de operar em forma de cooperativa, que arca com custos de administração de contratos, tanto de vendas de mercadoria e produtos para o mercado, quanto de compra de insumos e máquinas;
	Produtor entrega a sua produção à cooperativa e a cooperativa que se encarregará nas etapas de: armazenar, beneficiar e comercializar o produto;
	A cooperativa fornece o insumo e assistência técnica aos produtores e o cooperado entrega a produção a cooperativa.
Operações em atos cooperativos	Natureza econômica, é a comercialização, em comum, da produção; captação de clientes em mercados diversos; oferta de linhas de financiamentos para que o associados invistam em maquinários e tecnologias diversas; acompanhamentos especializados de cada uma das etapas do processo produtivo, a fim de assegurar altos padrões de qualidade; fornecimentos de insumos e implementos para atividade agropecuária; assistência administrativa, assistência técnica; recepção e armazenamento; beneficiamento da produção e cuidados veterinários;
	Natureza social, é a capacitação técnico-profissional de associados e familiares, planos de seguros, convênio médico-hospitalar aos cooperados e familiares, apoio a programa educativos.
Operações aos atos não cooperados	Receita referente à venda de produtos de não associados, para completar lotes destinados aos cumprimentos de contratos ou suprir capacidade ociosa de instalações industriais das cooperativas, bem como, despesas incorridas para a realização dessa venda;
	Outras fontes de receitas das cooperativas, que estão fora dos seus objetivos sociais e as despesas incorridas dessa receita.

Fonte: Adaptação de Santos, Gouveia e Vieira (2018, pp. 31 -37).

As características das cooperativas agropecuárias apresentada na Figura 3, nas quais, enquadram as sociedades agroindustriais, são estabelecidos alguns quesitos como: a atribuições das cooperativas, de acordo com seu objeto social; enquadramento, dentro aspectos essenciais da cooperativa; ato cooperativista, dá a liberdade do cooperado interagir diretamente com o mercado ou pela intermediação da cooperativa; e a natureza das operações são econômicas e social (Santos, Gouveia, & Vieira (2018).

2.1.3 Diferenças e semelhanças entre as Sociedades Anônimas de Capital Aberto e Sociedades Cooperativas.

A diferença está no objetivo e na finalidade da constituição de cada negócio. Em que, o objetivo da constituição das sociedades cooperativas é fazer uma mudança do meio econômico-social (Pinho, 2001).

A transformação econômico-social é pensada e organizada sempre por um grupo de pessoas produtoras de bens e serviços, que tem os mesmos objetivos e pensam conjuntamente num projeto gerador de renda, que beneficie aquele grupo de pessoas, bem como a comunidade em que vivem, ou seja, estão voltados aos interesses da comunidade local, do território onde tem sua área de atuação, para isso, buscam um instrumento econômico na concretização do atendimento das necessidades econômicas e sociais dos seus cooperados (Pinho, 2001; Silva 2002; Schneider, 2012).

O instrumento econômico, compreende como uma organização intermediadora entre o mercado e os associados, para satisfazer as necessidades econômica e social dos seus cooperados (Bialoskorski Neto,1994). Com a finalidade de proporcionar o retorno financeiro, revertida aos seus associados, através das sobras do trabalho coletivo, promover o desenvolvimento local, fortalecer os produtores, gerar renda e mitigar a exclusão social (Ribeiro, Nascimento & Silva, 2013, Paixão, Costa Fernandes & Rosalem, 2017). Em função disso, necessita de uma organização estruturada e regulamentada, para atender os seus cooperados, de tal forma, que, a doutrina e princípio se consolidem, através desse instrumento econômico (Rodrigues, 1995, Menegário, 2000; Pinho, 2001; Paixão, Costa Fernandes, & Rosalem, 2017).

O objetivo da constituição das sociedades de capital aberto define como atuação do sistema econômico, respaldadas na remuneração do capital investido e

na obtenção de lucro (Panzutti, 1996), com decisões “[...] pautadas no poder do grupo controlador, sócios ou acionistas, de acordo com a quantidade de capital aplicada na empresa” (Hümmelgen, 2016, p.82). Num cenário de poder e de interesses, não dependendo do compromisso com a comunidade local, mas sim aquela região gera maior riqueza, a fim de aumentar os seus lucros (Schneider, 2012).

As sociedades anônimas de capital aberto buscam uma intermediadora financeira regularizada, com o objetivo de angariar recursos financeiros para seus investimentos, aumentar a liquidez patrimonial, restauração da situação financeira e diminuir seus custos (Assaf Neto, 2019).

Por causa dessa diferença nos objetivos e finalidades entre sociedade anônimas de capital aberto e sociedade cooperativa, existe alguns aspectos próprio de cada umas das referidas organizações empresariais apresentada na Figura 4.

Figura 4. Diferenças entre sociedades anônimas de capital aberto e sociedades cooperativas

Descrição	Sociedades Anônimas	Sociedades Cooperativas
Princípio	Competição	Cooperação
Formação	Sociedade de capital	Sociedade de pessoas
Objetivo principal	Lucro	Prestação de serviço
Número de acionista/sócio	Limitado	Ilimitado
Gestão	Cada ação um voto	Cada associado um voto
Area de atuação	Ilimitada	limitada
Investidor	Acionista	Associado
Pagamento ou recebimento	Dividendo	Sobras líquidas
Assembleia geral	Quórum baseado no capital	Quórum baseado no número de sócio
	Agregação inicial do fator produção de capital.	Agregação inicial do fator produção de trabalho e posteriormente o fator produção de capital.
	Cada investidor tem direito ao voto, conforme o seu capital investido.	O associado tem direto a um único voto.
Retorno	Dividendo proporcional ao valor das ações	Proporcional ao Valor das operações
Ações ou quotas	São permitida as Transferência das ações a terceiros.	Não é permitida a transferências das quotas a terceiros, estranhos à sociedade
Resultado	Lucro ou prejuízo líquido do exercício	Sobras ou perdas liquida dos exercícios
Empreendimento	Contribuir com bens e serviço para o exercício de uma atividade econômica, para obtenção de lucro aos seus investidores	Contribuir com bens e serviço para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum
Objetivo	Com fim Lucrativo	Sem fim lucrativo

Continua

Conclusão

Descrição	Sociedades Anônimas	Sociedades Cooperativas
Formação do Figura social	Constituída de no mínimo dois sócios.	No mínimo 20 pessoas física e pessoas jurídicas somente aquelas que tem as atividades correlatas às cooperativas.
Capital Social	Fixado e dividido entre os sócios	Variável - pois é proporcional ao número de associados
	Representado por quantidade de ações.	representado por quotas-partes.
Cessibilidade das ações/quotas	sim	não
Método de produção	Capital arrenda o trabalho	Trabalha arrenda o capital
Representatividade	Do sócio que detém maior capital social.	Por cada associados da cooperativa
Tipo de resultado obtido	Tangível: lucro	Tangível (sobras) e intangível (serviço prestado ao associado)
Órgão intermediador no mercado	Bolsa de valores	Cooperativa
Órgão fiscalizador e controlador	CVM	Ministério da Agricultura
Divulgação dos relatórios contábeis ao público	Obrigatório	Não obrigatório

Fonte: Adaptação (Lei n. 6.404, 1976; Lei n. 5.764, 1971; Bialoskorski Neto,1994; Menegário, 2000; Panzutti, 2005; Santos, Gouveia & Vieira, 2018)

Além, desse esboço das diferenças entre as sociedades cooperativas e sociedades anônimas de capital aberto. Panzutti (1999) e Schneider (2012), mencionam que nas sociedades cooperativas, a propriedade cooperativa é dos seus usuários, a gestão da cooperativa está nas mãos dos associados e possuem o poder decisório; há distribuição das sobras e o empreendimento é comum entre os associados.

Quando se trata das semelhanças entre as sociedades cooperativas e sociedades anônimas de capital. É preciso lembrar, que as sociedades cooperativas desenvolvem os seus projetos, para satisfazer as necessidades econômicas e social dos seus associados (Bialoskorski Neto,1994). Em função disso, elas precisam ter uma “visão empresarial, de conhecimento do mercado e de visão técnico administrativa” (Schneider, 2012.p.252). Para pautar os seus objetivos e meios, que demanda planejamento, tecnologia, recursos, organização estrutural, ordem e hierarquia na concretização dos objetivos coletivos, o que lhe faz semelhante as sociedades de anônimas de capital aberto (Schneider, 2012)

Essa semelhança está no instrumento econômico (Pinho, 2001) para desenvolver as suas atividades empresariais, ou seja, objetivo e finalidades são diferentes, mas a organização estrutural, que é o meio utilizado para fazer acontecer

e controlar as atividades econômicas são semelhantes as empresas de capital aberto, quais estão apresentadas na Figura 5.

Figura 5. Semelhanças entre as sociedades anônimas de capital aberto e sociedades cooperativas

Processo de constituição inicial	Assembleia geral de fundação
	Constituição do estatuto
	Aprovação do Estatuto
	Registro da Ata
	Registro nos órgãos publico
	Capital mínimo
	Escolha presidente/administradores/fiscal
Estatuto	Deverá satisfazer a todos os requisitos exigidos para os contratos das sociedades mercantis em geral
	Conterá as normas pelas quais se regerá a companhia.
	Modelo de administração
	Direitos e deveres
	Sócios fundadores
Órgãos principais	Assembleia geral
	Conselho de administração
	Diretoria
	Conselho fiscal
Assembleia geral	Assembleia Geral ordinária
	Assembleia geral extraordinária
	Instancia máxima da tomada de decisão e deliberação
	Apresentação e aprovação dos relatórios contábeis
Livros de registros	Livro de matrícula, livro atas, livro de pareceres, livros presença, livros exigidos pela legislação contábil.
Fiscalização e controle	Órgãos públicos
	Empresas de auditoria externa
Fontes de informação econômica e financeira	Relatórios contábeis

Fonte: Adaptação da Lei nº 5.764/1971; Lei nº 6.404/1976; lei nº11. 638/2007; Santos, Gouveia e Vieira (2018)

Os dois tipos de organização, são asseguradas juridicamente pelo direito brasileiro e pelas suas referidas leis de regulamentação, possuem objetivo e finalidade diferente. Porém, são semelhança na forma da organização estrutural, competem no mesmo mercado nacional e internacional e utilizam-se das mesmas as normas contábeis.

2.2 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

O conceito de teoria refere-se a “um conjunto de conhecimentos que explica, ou pretende explicar, um fenômeno. É uma descrição coerente ou conjunto de princípios que iluminam e explicam um conjunto particular de fenômenos” (Christensen & Demski, 2003, p.8 – livre tradução).

Em relação à teoria da contabilidade, a mesma, possui a função de explicar e predizer as práticas contábeis: função explicativa refere-se a justificativa, para que as práticas contábeis sejam observadas, por exemplo, explicar o porquê a empresa fez aquela escolha contábil; e o predizer a prática contábil, significa predizer o fenômeno não observado, ou seja, os fenômenos ocorreram e não foram coletadas evidências sistêmicas (Watts & Zimmerman, 1986). Portanto, os autores almejam que a observação da prática contábil possibilite o desenvolvimento de teorias úteis, que contribuam com os tomadores de decisão, de tal forma, que eles percebam as consequências de suas próprias escolhas e decisões contábeis na empresa.

Além do que, a teoria da contabilidade estabelece o objetivo da contabilidade, para que seja formulada da observação da realidade, perpassando pelos princípios e normas contábeis (Iudícibus, 2010). Assim, sua finalidade consiste em projetar e implementar conceitos e padrões que melhor combinam as funções de informar aos seus usuários e avaliar o desempenho dos gerentes e administradores (Scott, 2015).

Schroeder, Clark e Cathey (2019) por sua vez, destacam que a finalidade da teoria contábil nada mais é do que explicar a prática observada com a habilidade de fazer entender o porquê a empresa adotou aquela escolha contábil; prever as práticas do fenômeno contábil ocorrido, mas não foi observada; descrever como normativa e positiva. Em que a normativa diz a respeito, o que a contabilidade deve ser e a positiva explica o que é a contabilidade, através da observação da realidade; e ser verificável através de pesquisas (Schroeder, Clark, & Cathey, 2019).

A aplicação da teoria da contabilidade exige julgamentos coerentes conforme a cada fato específico e as escolhas contábeis adotadas (Hendriksen & Van Breda, 1999). Desse modo, as escolhas contábeis são feitas por orientação e obrigatoriedade, exigidas pelos órgãos regulamentares e pelo nível das empresas (Hendriksen & Van Breda, 1999).

Ressalta-se, ainda há três chaves para a teoria da contabilidade: i. Identificar a essência para fazer a contabilidade, a qual é projetada para transmitir informação; ii.

Reconhecer a estrutura que a contabilidade expõe em suas representações, como o processo contábil para geração da informação; iii. Estar atento aos cenários (Christensen & Demski, 2003).

Assim, a contabilidade pode ser compreendida como uma arte de apresentação financeira da empresa que reporta a informação, pois registra, classifica e sumariza os fatos, as transações e os eventos econômicos, em seguida comunica de maneira organizada e detalhada, tais informações financeiras (Hendriksen & Van Breda, 1999).

A contabilidade não é única fonte de informação, mas destaca-se pela transmissão das informações úteis, oportunas e o custo eficaz em relação a outras fontes (Christensen & Demski 2003; Scott, 2015). Além do que, carrega o potencial de controlar e transmitir o conteúdo da informação financeira, pelo fato de ser uma fonte de comunicação regulamentada, pois os relatórios contábeis são fornecedores das informações relevantes, fidedignas e oportunas (Christensen, 2010). Essas informações deverão estar disponíveis aos seus diversos usuários do mercado com o propósito de estimar o fluxo de caixa futuro para decisões dos investimentos e oferecer informação, desejáveis ou indesejáveis, capazes de avaliar os resultados das ações dos administradores e proprietários (Christensen, 2010).

A contabilidade é considera como complexa (Christensen & Demski 2002; Scott, 2015) pelos seguintes aspectos: i. possibilidade de fazer escolhas contábeis como, por exemplo, os métodos de controle de estoque (o Último Entrada, Primeiro que sai – UEPS, ou Primeiro que entra, Primeiro que sai - PEPS, ou estoque de custo médio de cálculo); depreciação acelerada ou depreciação linear; ii. apresenta de muitas formas (corporativa, municipal, gerencial); iii. os regulamentos elaborados estão em constantes mudanças (Conselho de Normas de Contabilidade Financeira); iv. o desempenho de auditoria no ambiente contábil, encontra diversas escolhas contábeis e os regulamentos elaborados em constantes mudanças (Christensen & Demski, 2003).

Pelo fato que o produto da contabilidade é a informação, uma poderosa e importante mercadoria, não há um conceito e padrões que possam ser considerados perfeitos, além disso, é um ambiente em constante mudança, evolução e conflitante diante dos diferentes grupos de usuários com interesse nos relatórios contábeis (Scott, 2015). Em função disso, considera que o resultado na prática contábil é a essência da abordagem da utilidade da decisão, que fundamenta o conceito da

contabilidade como comunicadora da informação, ajudando o investidor a tomar boas decisões de investimentos (Scott, 2015).

Ao tratar da abordagem da utilidade da decisão na contabilidade Scott (2015) destaca que é preciso ter dois aspectos essenciais: primeiro, saber quem são os usuários da informação contábil. Por mais que existam muitos usuários, é preciso caracterizar esses grupos amplos, constituído por investidores, gerentes, administradores, definidores dos padrões, governo, porque eles constituem a contabilidade. Segundo delimitar quais são os problemas de decisão desses usuários das demonstrações contábeis, para adaptar as informações nos relatórios financeiros, assim, atendam às suas necessidades específicas, que ajudarão na melhor tomada de decisão. Ainda de acordo com Scott (2015) “atender necessidade específica”, não significa processar a informação desejada, mas realizar o julgamento contábil, como por exemplo, na compra e venda de ações.

Além disso, na contabilidade é importante compreender a teoria da decisão, uma vez, que, permite apreciar o conceito de informação, entender de risco de investimento e as normas contábeis, de modo particular, a estrutura conceitual adota a necessidade de decisão como objetivo do relatório financeiro (Scott, 2015).

Scott (2015) define a informação contábil como uma evidência que possui a habilidade de ajudar a fazer suposições e estimativas para tomada de decisão de um indivíduo, com um potencial de afetar a decisão e obter utilidade. Assim, a Estrutura Conceitual apresenta os aspectos das características qualitativas da informação contábil, para tornar relatórios financeiros úteis na tomada de decisões dos diferentes usuários (Scott, 2015; CPC00_ R2, 2019).

Christensen e Demski (2003) por sua vez, conceituam a informação contábil na condição de observação que revela algo, num ambiente de avaliação e incerteza.

No que refere ao ambiente de avaliação, Christensen e Demski (2003) descrevem, que o processo de análise para um maior nível de entendimento da qualidade da informação contábil. Em função disso, Christensen e Demski (2003) mencionam cinco aspectos, assim sendo: i. torna-se necessário conhecer a empresa e seu mercado de atuação, para compreender os relatórios financeiros; ii. verificar as informações publicadas e perceber o que deixou de ser apresentado e escrito em seus relatórios contábeis; iii. verificar as categorias de informações contábeis divulgadas; iv. observar os riscos inerentes e os retornos proporcionais aos seus investimentos; e v. apreciar o relatório contábil e perceber a utilidade das informações no ambiente da

empresa, bem como, observar se as informações são úteis em ambos os ambientes da companhia ou apenas uma das configurações, ou seja, informações que são úteis em uma configuração, mas prejudiciais em outra.

Quanto à incerteza, Christensen e Demski (2002) mencionam que a mesma, não é algo determinável, porém, quando há informação contábil, existe a incerteza, uma vez que, a qualidade da informação contábil existe porque há incerteza. Logo, a informação contábil precisa ser relevante e fidedigna, de modo a reduzir as incertezas existentes.

Hendriksen e Van Breda (1999); Lopes e Martins (2017); Flores, Braunbeck e Carvalho (2018) interpretam a qualidade da informação contábil como o resultado que vem do processo da prática contábil realizado na companhia que reporta a informação, considerado como, a identificação do evento econômico, o reconhecimento, a mensuração, consolidação das transações e evidenciação dos recursos da entidade, apresentação e a divulgação aos usuários dos relatórios financeiros.

Quanto a identificação do evento econômico, enfatiza-se que o mesmo diz respeito às transações que poderão alterar a dimensão e a natureza do patrimônio líquido (Flores, Braunbeck, & Carvalho,2018); assim sendo, envolve o processo de classificação das ações de natureza econômica (Lopes & Martins, 2017), da mesma forma define a base de mensuração, que atribui o valor ao evento; A consolidação se refere a organização dos eventos e transações dos reconhecimentos, para que sejam apresentados (Flores, Lopes, & Martins, 2017); a evidenciação envolve ação de demonstrar aos usuários externos, a organização, o processo de reconhecimento e a mensuração (Flores, Lopes, & Martins, 2017); a apresentação e divulgação, são o processo de comunicar a mensagem aos usuários dos relatórios financeiros (Flores, Lopes & Martins, 2017).

Ball (2016) salienta que a qualidade da informação contábil projeta a transparência. A interpretação da informação completa e precisa, representa a materialidade econômica, pois, utiliza do valor justo, como distinto do custo histórico na aproximação do valor contábil, o mais próximo possível do econômico, informando os ganhos e perdas econômicas, a subsequência diminuindo os atos discricionários e os gerenciamentos de resultados (Ball, 2016)

De acordo com Soderstrom e Sun (2007) o interesse pela qualidade da informação contábil, vem do processo construído da observação da prática contábil,

que surgiu no Reino Unido, “Visão justa e verdadeira”. A intenção de adotar uma visão verdadeira e justa, foi tornar as informações contábeis relevantes e úteis, para determinar os preços das ações, avaliar o desempenho da atividade econômica, projetar o futuro da entidade empresarial e atender a demanda dos usuários da informação contábil (Soderstrom & Sun, 2007).

Scott (2015) caracteriza a informação contábil como produto da contabilidade por três razões: primeira, como mercadoria que é produzida e vendida, que considera o custo e benefício da informação, para isso, é preciso divulgar a informação refinada, que significa, a divulgação completa e com uma maior discriminação dos fatos relevantes ocorridos na empresa (Scott,2015). Segunda, são as informações adicionais como divulgação da análise de desempenho, contabilizado pelo valor justo ou custo histórico, investimentos, projeções, risco do negócio (Scott, 2015). Terceira, é pensar a produção de informação em termo de credibilidade, em que o receptor saiba da existência de incentivo ao fornecedor, no que diz a respeito à divulgação da informação correta e verdadeira, devidamente auditadas (Scott, 2015).

No que refere a divulgação da qualidade da informação, Verrecchia (2001) apresenta três categorias de divulgação nos mercados de capitais vindas da literatura, modelos que estabelecem uma relação entre relatórios financeiros e as consequências econômicas das atividades: a primeira se atribui a categoria de divulgação exógena associada a reação de mudanças ou interrupção nas atividades dos investidores e do mercado de capitais, para maximizar as riquezas, no momento da disseminação das informações (divulgação baseada em associação). Segunda categoria, refere-se a divulgação endógena, ou seja, atrelada aos incentivos e arbitragens que as empresas possuem na divulgação de determinadas informações financeiras do seu conhecimento (divulgação baseada em critérios discricionários); e a terceira, caracteriza como divulgação *ex-ante*, que é o compromisso com a maior qualidade da informação independente das preferências e sem evidências prévias, ou seja, é arranjo de comunicação eficiente, com habilidade de reduzir as incertezas e a assimetria, com melhor custo-benefício (divulgação baseada em eficiência).

Para atender a divulgação da qualidade da informação contábil aos seus diversos usuários, a estrutura conceitual apresenta os conceitos básicos da contabilidade, os quais estão baseados na utilidade da decisão (Scott, 2015), pelo fato de que, algumas afirmações como: o objetivo das demonstrações é fornecer informações financeiras úteis sobre a entidade que reporta a informação, para auxiliar

os seus usuários na tomada de decisão dos seus investimentos (Scott, 2015; CPC00_R2, 2019).

Cabe salientar que os investidores necessitam de informação sobre a eficiência e eficácia da gestão no uso dos recurso da entidade (Scott, 2015; CPC00_R2, 2019); tais usuários, precisam de informação tanto para avaliar o desempenho da atividade econômica atual, quanto para prever as perspectivas futuras da empresa (Scott, 2015; CPC00_R2, 2019); os relatórios contábeis devem refletir a perspectiva da empresa como um todo, comunicar as informações úteis para o mercado e não apenas atender os anseios dos acionistas da entidade (Scott, 2015).

Em função da utilidade da informação para fins da tomada de decisão, a estrutura conceitual descreve características qualitativas para as demonstrações contábeis (Scott, 2015). Características estas que orientam a divulgação de informações financeiras como parte do processo de decisão política da empresa, capazes de influenciar e restringir o conteúdo de fontes oportunas, com utilidade de decisão e controle, para que, permitam a tomada de decisão econômica, avaliem e promovam uma gestão eficiente e eficaz na expansão de proteger e melhorar os investimentos dos provedores de capital (Christensen, 2010; FASB, 2008).

As características qualitativas não dependem somente de natureza técnica, mas do equilíbrio das preferências dos envolvidos no processo de decisão das companhias, sejam eles, administradores, colaboradores, proprietários e da atividade desenvolvida pela empresa (Christensen, 2010). Por outro lado, quanto mais informação específica a empresa repassa ao mercado ou associados, menor será a assimetria informacional (Christensen, 2010).

Além do mais, as características qualitativas da informação contábil afetam diretamente a capacidade de decisão, (Christensen, 2010) uma vez que, esses atributos tornam as informações úteis para os usuários (IASB, 2008) e ajudam os investidores a formarem as suas próprias previsões referentes aos investimentos e retornos financeiros (Scott, 2015).

Por fim, conforme Christensen, (2010) e o CPC 00_R2, (2019) as características qualitativas fundamentais são duas: a relevância da informação e sua representação fidedigna. além dessas, os autores também enfatizam as características de melhoria da utilidade da informação financeira, tempestiva, confiável, comparável e compreensível.

2.2.1 Relevância da informação contábil

A relevância é uma das qualidades primária na contabilidade (FASB,1980), torna útil a informação contábil na tomada de decisão dos seus usuários (Schroeder, Clark, & Cathey, 2019), demonstra a realidade econômica da atividade (Lopes & Martins, 2017). Possui a capacidade de fazer diferença na tomada de decisão, realizada pelos seus usuários (Kam, 1990; CPC 00_R2, 2019; Gelbcke, Santos, Iudícibus & Martins, 2018), para isso, deve apresentar os dados como medidas ou descrições dos eventos contábeis e ser inédita, para informação, ter a característica de surpresa (Hendriksen & Van Breda, 1999).

Importante salientar que a relevância de uma informação contábil está diretamente associada a uma tomada de uma decisão (Kam, 1990), logo, torna-se intrínseca à utilidade desta decisão (CPC 00_R2, 2019; Azar, Zakaria, & Sulaiman, 2019) e a pertinência do fenômeno econômico (Cho, Kim, & Lim, 2010).

No que diz respeito à utilidade da decisão, enfatiza-se que a mesma é determinada pelo usuário, sendo avaliada a partir da diferença que faz nas tomadas de suas decisões (Hendriksen e Van Breda, 1999; Cho, Kim, & Lim, 2010) mediante a habilidade de contribuir na formação das previsões sobre os resultados de eventos passado, presentes e futuros, tanto para confirmar ou corrigir as expectativas, reduzir as incertezas das variáveis envolvidas e auxiliar na previsão das futuras atividades econômicas (Kam, 1990; Hendriksen & Van Breda, 1999).

Em relação à pertinência do fenômeno econômico escolhido, torna relevante a propriedade da informação contábil e retrata a informação útil aos seus usuários, para a tomada de decisão (Cho, Kim, & Lim, 2010). Além disso, Hendriksen e Van Breda (1999) mencionam, que a definição de relevância, enquanto informação pertinente analisada, caracteriza-se pela aptidão de afetar metas, compreensões e decisões, as quais são alcançadas quando a informação permite que os seus usuários das informações contábeis, atinjam as suas metas, compreendam a informação divulgada e facilitem a sua tomada de decisão.

Ademais, a informação relevante capaz de fazer diferença para os administradores, investidores e os credores, tendo em vista que ostenta o valor preditivo, o valor confirmatório (CPC 00_R2, 2019). Além disso é oportuna (Kam, 1990, Obaidat, 2007) e possui materialidade (Kam, 1990; CPC 00_R2, 2019).

O valor preditivo permite avaliação do desempenho da companhia (Gelbcke, Santos, Iudícibus, & Martins, 2018), prevê a tendência de ganhos e do resultado de eventos passados e presentes (Kam, 1990), para desse modo predizer futuros resultados (CPC 00_R2, 2019). Tal previsibilidade dos ganhos refere-se à capacidade dos ganhos atuais, ganhos futuros e fluxos de caixa futuros, que poderá inclusive influenciar as decisões (Barua, 2006).

Hendriksen e Van Breda, (1999) definem o valor preditivo com quatro finalidades: i. predição direta, oferecimento das previsões aos administradores (fluxo de caixa projetados); ii. predição indireta, fornecimento de dados aos usuários (fluxos de caixa passado); iii. indicadores adiantados, fornecimento de dados derivados da movimentação dos eventos previstos (aumento dos índices do endividamento); IV. Informação comprobatória, fornecimento dos dados contábeis que podem anunciar outras variáveis (aumento de taxa de retorno dos ativos).

No que diz respeito ao valor confirmatório, é necessário enfatizar que o mesmo, serve de *feedback*, tendo em vista que faz avaliação prévia da informação contábil e em seguida confirma ou corrige (CPC 00_R2, 2019), o que lhe faz diferença em suas previsões, relacionada aos investimentos (Unuigbokhai & Ohenhen, 2014). Assim, para Hendriksen e Van Breda (1999) o "*feedback* desempenha um papel importante em termos de confirmação ou correção de expectativas anteriores". Bem como, para os autores, o valor confirmatório não é apenas uma decisão, mas consiste no monitoramento das informações, o que permite os ajustes das estratégias de investimento com o passar do tempo.

Em relação a informação relevante, esta poderá ter valor preditivo, valor confirmatório, ou ambos, tendo em vista que geralmente estão inter-relacionados (CPC 00_R2, 2019), pelo fato que ambos são fornecidos simultaneamente (Kam,1990). Exemplo: a "informação sobre receita para o ano corrente, a qual pode ser utilizada como base para predizer receitas para anos futuros, também pode ser comparada com predições de receita para o ano corrente que foram feitas nos anos anteriores" (CPC 00_R2, 2019), isso auxilia o usuário na avaliação e na predição dos eventos contábeis (Kam, 1990; CPC 00_R2, 2019; Schroeder, Clark, & Cathey, 2019).

Em relação informação oportuna, é necessário esclarecer que esta não garante a relevância, uma vez que, não é relevante quando a informação não é oportuna (Hendriksen & Van Breda, 1999). Para ser oportuna, a informação deve estar disponível em tempo hábil (Barua, 2006; Obaidat, 2007), para permitir ao usuário sua

utilização no processo decisório (Unuigbokhai & Ohenhen, 2014). Para tal, a informação oportuna requer que as companhias forneçam informações periodicamente aos usuários externos (Unuigbokhai & Ohenhen, 2014), antes que perca a habilidade de influenciar as decisões (Kam, 1990).

Ainda de acordo com Kam (1990), a materialidade torna a informação relevante e é “específico da entidade baseado na natureza ou na magnitude, ou em ambos” (CPC 00_R2, 2019). A materialidade diz respeito ao evento que merece atenção no processo contábil, seria o julgamento por parte dos elaboradores das demonstrações, baseado no “isso realmente importa” e a importância para os usuários nas suas tomadas de decisões (Kam, 1990).

2.2.2 Representação fidedigna

A representação fidedigna trata da correspondência entre a medida ou descrição da mensuração e o objeto ou evento econômico da maneira que pretende representá-lo nos relatórios contábeis (Kam, 1990; Christensen, 2010; CPC 00_R2, 2019). Importante destacar que os objetos descritos são as contas, os ativos e passivos. Enquanto, os eventos econômicos dizem respeito às variações de valor, como por exemplo: receitas, despesas, ganhos e perdas. Todas estas informações devem ser evidenciadas e apresentadas da maneira pela qual existiu ou ocorreu o fato (Kam, 1990; Obaidat, 2007; CPC 00_R2, 2019).

Para Hendriksen e Van Breda (1999) a confiabilidade dos relatórios contábeis está na essência do fenômeno fielmente constituído e requer que a mensuração do fenômeno seja verificável, fiel e neutra. Para isso, os autores consideram, como desejáveis os requisitos: verificável, livre de avaliações subjetivas e vieses pessoais, e que as evidências sejam objetivas e corroboradas pelo consenso da intersubjetividade dos medidores (especialistas); fiel, representar crédito de confiança, e para isso, é necessário descrever os objetos e eventos econômicos exatamente como eles são; e quanto a neutralidade, consiste na ausência de viés, que diz a respeito à capacidade dos procedimentos mensurados, para possibilitar uma descrição apropriadas dos relatórios.

A representação fidedigna compreende a confiabilidade da informação contábil como duas maneiras conjuntas: a) a medida de mensuração deve assegurar a

relevância da informação; e b) a realidade econômica retratada necessita apresentar-se como completa, neutra e livre de erro (Kam,1990; CPC 00_R2, 2019).

Sobre o aspecto da mensuração assegurar a relevância da informação (Kam,1990). Cho, Kim e Lim (2010) esclarece que, tanto a relevância como a representação fidedigna são características qualitativas fundamentais interligadas e dependentes uma da outra. São propriedades da informação contábil no contexto do fenômeno econômico escolhido, para gerar e oferecer as informações úteis para a tomada de decisão, contudo, com papéis distintos no que diz a respeito na sua aplicabilidade (Cho, Kim, & Lim, 2010). Assim, a relevância faz conexão entre o fenômeno econômico à decisão, detectando qual o fenômeno econômico que carece ser retratado nos relatórios financeiros, enquanto a representação fidedigna aborda a maneira pela qual fenômeno econômico retrato, vai ser apresentado, da forma como existiu, os números e descrições dos fatos contábeis (Obaidat, 2007; Cho, Kim & Lim, 2010).

No que se refere a apresentação da realidade econômica retratada, esta deverá ser: completa, em apresentar todas as informações que corroborem na compreensão do fenômeno retratado, como as descrições e explicações dos fatos significativos, fatores influenciadores na informação e o processo aplicado para determinar a representação (CPC 00_R1, 2019; Schroeder, Clark, & Cathey, 2019). Neutra, entende-se que a informação relevante, com a habilidade de fazer a diferença nas decisões, mas sem o viés na seleção, distorção e manipulação dos fatos ou eventos financeiros, apresentados aos seus usuários (CPC 00_R2, 2019; Schroeder, Clark & Cathey, 2019). Por fim, para garantir a fidedignidade da representação dos relatórios contábeis, deve estar livre de erro e omissões na descrição do fenômeno e no processo utilizado para produzir a informação reportada (CPC 00_R2, 2019; Schroeder, Clark, & Cathey, 2019).

2.2.3 Comparabilidade da informação contábil

A comparabilidade está intrínseca na representação fidedigna, pois, ao representar o fenômeno econômico relevante, deve oferecer o grau de comparabilidade (CPC 00_R2, 2019), dos eventos passados, de período em período, bem como ao longo tempo (Obaidat, 2007). Para que, dessa forma, possa auxiliar os investidores, credores, administradores na análise da realidade econômica e

financeira da empresa, no processo decisório de escolha dos ativos a serem investidos ou na alocação dos seus recursos e no julgamento das informações contábeis (Barth, 2013; Unuigbokhai & Ohenhen, 2014; Ribeiro, Carmo, Fávero, & Carvalho, 2016).

Assim, a comparabilidade é uma das características qualitativas relacionadas com dois ou mais itens semelhantes e diferentes, que contribui na melhoria e ampliação da utilidade da qualidade da informação (Hendriksen & Van Breda, 1999; CPC 00_R2, 2019). Pois, proporciona aos seus usuários a identificação e compreensão, tanto nas similaridades dos itens, como nas diferenças entre os elementos do fenômeno econômico, referentes a duas companhias ou a mesma companhia ao longo do tempo, conforme a base de mensuração e apresentação correspondente a sua realidade econômica (CPC 00_R2, 2019; Unuigbokhai & Ohenhen, 2014; Ribeiro, Carmo, Fávero, & Carvalho, 2016).

No que tange às semelhanças e diferenças (Hendriksen & Van Breda, 1999; Barth, 2013) chama atenção para o aspecto da uniformidade e da consistência da informação contábil, de modo que, a uniformidade compreende que os eventos sejam representados de maneiras iguais e considera os elementos relevantes (Hendriksen & Van Breda,1999), ou seja, trata as coisas da mesma forma (Barth, 2013). A consistência, por sua vez, refere-se ao uso dos mesmos procedimentos contábeis ou os mesmos métodos contábeis, por uma companha durante longos períodos (Hendriksen & Van Breda, 1999; Barth, 2013). Ambas não garantem a comparabilidade da qualidade da informação contábil, mas ajudam a obter e atingir o objetivo (Barth, 2013).

É necessário destacar, ainda, que a uniformidade e a consistência da informação, vão além dos procedimentos contábeis, tendo em vista que abrange o aspecto da divulgação das demonstrações contábeis, permitindo que as caraterísticas semelhantes tornem a comparação apropriada, capaz de facilitar as predições e decisões financeiras dos administradores, investidores, credores e outros usuários (Hendriksen & Van Breda, 1999) nas decisões da alocação eficiente do capital ou dos recursos investidos (Barth, 2013).

Portanto, a comparabilidade é uma propriedade essencial dos números contábeis, que beneficia o mercado (Ross, Shi & Xie, 2019), ajuda a cumprir a objetividade dos relatórios contábeis (Barth, 2013), permite análise financeira e econômica ao longo do tempo (Ribeiro, Carmo, Fávero, & de Carvalho, 2016),

identifica dois conjuntos de fenômeno econômico (Hendriksen & Van Breda, 1999), para que a qualidade da informação contábil seja compreendida e utilizada na tomada de decisão pelos seus diversos usuários (Hendriksen & Van Breda, 1999; Unuigbokhai & Ohenhen, 2014; CPC 00_R2, 2019).

2.2.4 Verificabilidade da informação contábil

O vocábulo “verificar” origina-se do latim *versus que* significa estabelecer e confirmar se é verdadeiro, sem a avaliação subjetiva e o viés pessoal (Hendriksen & Van Breda, 1999).

A verificabilidade é um processo importante na contabilidade, pois faz um mecanismo de controle dos procedimentos contábeis aplicados na organização empresarial, em que, a informação contábil só é verificável se os procedimentos utilizados forem aceitáveis como válidos (Kam,1990).

Sendo assim, a essência da informação verificável está na mensuração, na o evento o evento mensurado assegure que, o método utilizado está sem erro ou viés e segue as regras contábeis (Kam,1990; Hendriksen & Van Breda, 1999). De modo que, corrobore no consenso dos profissionais da área, ao evidenciar as informações dos relatórios contábeis, conseguem chegar às medidas e conclusões iguais (Hendriksen & Van Breda, 1999).

A verificabilidade sustenta a informação contábil, em que, o fenômeno econômico representado seja fiel a realidade dos fatos e números contábeis ocorridos, o que significa dizer que, a informação contábil verificável concede, aos diferentes usuários, pesquisadores e profissionais da área, a reconstruírem os cálculos e chegarem ao consenso que os dados mensurados e evidenciados, foram tratados de maneira corretas e fiel, como tal, o evento contábil foi transcorrido na organização (CPC 00_R2, 2019; Schroeder, Clark, & Cathey, 2019; Salotti *et al.*, 2019), aumentando assim, o nível da qualidade da informação contábil (Salotti *et al.*, 2019).

A informação contábil verificável por si só, não garante a representação fidedigna, para que ela possa ser fidedigna, é necessário que seja verificável (Hendriksen & Van Breda, 1999; CPC 00_R2, 2019).

2.2.5 Tempestividade da informação contábil

A tempestividade é uma importante restrição na publicação dos relatórios contábeis (Hendriksen & Van Breda,1999), uma vez que, contribui para a relevância e torna a informação oportuna (Altoé, Ribeiro, & Colauto, 2015). Não garante a relevância da informação, caso esta não seja apresentada em tempo hábil, para a tomada de decisão (Hendriksen & Van Breda,1999; Iudícibus, 2010; Lopes & Martins, 2017); pois a "[...] informação deve chegar aos usuários antes que as decisões relativas sejam tomadas" (Lopes & Martins, 2017, p.115)

Além da capacidade que a tempestividade das informações dispõe para influenciar nas tomadas de decisões (CPC 00_R2, 2019) importante destacar que a mesma, requer rapidez da disponibilidade dos dados atualizados e com um intervalo frequente de apresentação dos relatórios (Hendriksen & Van Breda,1999), para que os seus usuários possam extrair o máximo de informação útil (Iudícibus, 2010). De modo que, a tempestividade possui a capacidade de tornar a informação oportuna, para que sirva ao seu usuário no momento que ele necessita e após o encerramento contábil, contribua na identificação e avaliação das tendências de mercado (CPC 00_R2, 2019; Schroeder, Clark, & Cathey, 2019; Salotti *et al.*, 2019).

Portanto, a informação tempestiva está correlacionada com as decisões dos gestores, na medida em que esses profissionais priorizam a representação fidedigna, livre de erros e vieses, bem como, quando realizar a divulgação dos relatórios contábil (Altoé, Ribeiro, & Colauto, 2015).

2.2.6 Compreensibilidade da qualidade da informação

A compreensibilidade envolve os aspectos da classificação, caracterização e apresentação da informação contábil clara e concisa, sem excluir as informações complexas dos relatórios contábeis (CPC 00_R2, 2019; Schroeder, Clark, & Cathey, 2019; Niyama & Silva, 2018).

A compreensibilidade estabelece uma relação direta entre a informação contábil e os usuários dos relatórios contábeis (Schroeder, Clark, & Cathey, 2019), em que o emissor (contador e empresa) transmite os aspectos descritivos do fenômeno econômico e o receptor (investidor, credor, administrador, governo e outros) entende

essa comunicação, como realmente os fatos transcorridos e divulgados pela organização ocorreram (Góis, Flores, Oliveiras, & Nasu, 2018).

Portanto, a informação contábil exposta de maneira compreensiva aos seus diversos usuários, contribui na utilização dos dados, auxiliando no processo decisório e elevando a qualidade da informação (Iudícibus, 2010).

2.3 ESTUDOS EMPÍRICOS

Os estudos empíricos sobre a qualidade da informação contábil estão divididos em três tópicos: o primeiro diz a respeito às pesquisas sobre a qualidade da informação contábil das sociedades anônimas de capital aberto, a segunda, à qualidade da informação contábil das sociedades cooperativas e a terceira, relacionada às pesquisas que buscam compreender os possíveis fatores influenciadores ou determinantes no aumento ou diminuição da qualidade da informação contábil, aplicadas em ambas as empresas.

2.3.1 Estudos sobre qualidade da informação contábil relacionados às Sociedades Anônimas de Capital aberto

Em se tratando da qualidade da informação contábil, Obaidat (2007) revela que, tanto auditores quanto investidores concordam com a importância das características qualitativas nos relatórios contábeis, ainda que os auditores possuam uma maior preocupação, com a questão, pelo fato de que compreendem o papel da contabilidade e a relevância da qualidade da informação, para o desenvolvimento da atividade econômica.

Christensen (2010) salienta em seu estudo, que as características qualitativas, por si só, não garantem a qualidade da informação contábil das demonstrações contábeis, mas outras fontes contribuem, para assegurar os dados dos números contábeis, conforme o fato econômico o ocorrido, como por exemplo, os relatórios financeiros passarem por auditoria.

Unuigbokhai e Ohenhen (2014) pesquisaram sobre as possíveis expectativas de lacunas nas características qualitativas, colocada pela estrutura conceitual da IFRS, como elementos das demonstrações financeiras, para isso, contaram com a participação de 25 investidores e 29 auditores. Concluíram que há uma lacuna de

expectativa de auditoria existente entre os auditores externos e os investidores em termos das características qualitativas da informação contábil, ao constarem que usuários de informações contábeis buscam serviços com auditores externos, responsáveis por expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras divulgadas pelas empresas. Por outro lado, os autores observaram uma maior preocupação, por parte dos auditores, com as características qualitativas do que os investidores.

Yurisandi & Puspitasari (2015) evidenciaram nas empresas listadas na Bolsa de Valores da Indonésia com a maior capitalização do mercado, a presença das características qualitativas nos relatórios financeiros. Os quais constataram que o nível de relevância, compreensibilidade e comparabilidade dos referidos relatórios, aumentaram, após a adoção dos IFRS. Por outro lado, o nível de representação fidedigna apresentou uma tendência de queda, e o nível de tempestividade manteve no período analisado.

Nobes e Stadler (2015) pesquisaram a evidência sobre o papel das características qualitativas das informações financeiras em decisões contábeis da administração, nas maiores empresas da Austrália, Suíça, China, Alemanha, Espanha, França, Reino Unido, Hong Kong, Itália e África do Sul. Os autores demonstraram que a, relevância, representação fidedigna, compreensibilidade e comparabilidade, explicam as mudanças de políticas contábeis em termo de melhoria da qualidade e aumenta a transparência, bem com está relacionada à visibilidade das informações financeiras.

Krismiaji, Arai e Suhardjanto (2016) analisaram o impacto da adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) na qualidade contábil, em termos de relevância e representação fiel. Para isso, os autores consideraram como proxies as características qualitativas para mensurar a qualidade contábil nas empresas da Bolsa de Valores da Indonésia, evidenciaram que há associação positiva da adoção das IFRS e da governança corporativa, tanto na relevância como para a representação fidedigna da informação, concluído que, houve um aumento da relevância da informação contábil após a adoção da IFRS.

Osasere e Ilaboya (2018) pesquisaram sobre as características qualitativas (relevância, representação fidedigna, comparabilidade, compreensibilidade e tempestividade), evidenciaram o aumento significativo na qualidade da informação

contábil, nos relatórios financeiros dos Bancos de Depósitos de Dinheiro da Nigéria, após a aplicabilidade da estrutura conceitual proposto pelo IASB.

Ross, Shi e Xie (2019) investigaram os determinantes, a nível de país e de empresa, acerca da comparabilidade contábil para 16 países da União Europeia mais os Estados Unidos da América, no período pós-adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro. Os autores descobriram que as empresas em países com contabilidade baseada em regras, ambientes de trabalho de auditores públicos de melhor qualidade, aplicação mais rígida dos padrões contábeis e mais confiança no financiamento do mercado de ações têm maior comparabilidade dentro do país entre si. No nível da empresa, os autores descobriram que as empresas maiores, se envolvem em menos gerenciamento de resultados, têm menor volatilidade de retorno sobre os ativos e maior comparabilidade dentro do país.

Krismiaji, Wiratno & Ashari (2019) evidenciaram nas empresas de manufatura listadas na Bolsa da Indonésia, que a concentração de propriedades afeta positivamente a relevância do valor da informação, enquanto o tamanho da empresa não afeta a relevância do valor da informação.

Elsiddig (2020) avaliou a relação da qualidade dos relatórios financeiros e a qualidade de lucro, do setor bancário Islâmico, em termo de características qualitativas, no qual constatou que: há uma relação positiva entre a qualidade de lucro e a relevância, confiabilidade e qualidade geral das informações contábeis; por outro lado, apresentou uma relação negativa entre a qualidade de lucro e a compreensibilidade; não há relação significativa entre a qualidade de lucro e a comparabilidade.

Ao tratar dos estudos nacionais sobre a qualidade da informação contábil nas empresas de capital aberto, percebe-se um número significativo de pesquisas, cujas apresentam os principais estudos no período de 2014 a 2020, que mencionaram de alguma maneira a qualidade da informação contábil, bem como características qualitativas.

Com a finalidade de verificar os níveis de gerenciamento dos resultados entre empresas brasileiras, auditadas por firmas de auditoria Big Four e empresas auditadas por demais firmas de auditoria, em sua pesquisa Santana, Bezerra, Teixeira e Cunha (2014) evidenciaram que a qualidade da informação contábil, nas empresas auditadas pelas Big Four não apresentou níveis de gerenciamento de resultado

significativamente diverso, daquelas auditadas pelas demais firmas de auditorias, ou seja, não foi evidenciada diferença significativa entre as médias dos grupos.

Por sua vez, Altoé, Ribeiro e Colauto (2015) investigaram a influência da tempestividade da informação contábil nas práticas de suavização de resultados em companhias de capital aberto com ações negociadas na BM&FBovespa. Nesse sentido, identificaram que a tempestividade da informação contábil influenciou as práticas de suavização de resultados. Concluíram ainda, que os gestores se utilizam da característica tempestiva da informação contábil de forma oportuna, a fim de, gerenciar os resultados das empresas.

Potin, Bortolon e Sarlo Neto (2016) em sua pesquisa, demonstraram evidências empíricas que o *hedge accounting* impacta de maneira positiva, com significância na relevância da informação contábil nas empresas não financeiras, do mercado acionário brasileiro.

Ribeiro, Carmo, Fávero, & Carvalho (2016) pesquisaram sobre a comparabilidade e a uniformidade dos relatórios financeiros nas empresas brasileiras de capital aberto. Para isso, os autores analisaram durante e após período de adoção das normas internacional, os quais evidenciaram que, o após adoção das normas contábeis, os relatórios financeiros das empresas analisadas obtiveram um ganho significativo em termos de comparabilidade, enquanto a uniformidade teve uma queda significativa.

No estudo em que analisam a relação entre o grau de internacionalização das empresas e a qualidade das informações contábeis, Mazzioni e Klann (2016) consideram os fatores normativos e incentivos empresariais, concluindo que a internacionalização gera incentivos para a produção de informações contábeis de qualidade mais elevada, diante da redução de assimetrias. Os autores também observaram, que os atributos utilizados para decisões de investimentos e de avaliação patrimonial, tais como o volume de vendas ao exterior e a presença de ativos no exterior, mostrou-se uma determinante relevante do melhor posicionamento no ranking da qualidade da informação contábil. De modo que, o maior grau de internacionalização está positivamente associado com melhores posições no escore da qualidade da informação contábil das empresas.

No estudo sobre qualidade da informação contábil, entre empresas de controle estatal e o controle privado Rodrigues, Ferreira, Mantovani e Krauter (2016) apontaram que a diferença não é significativa. Para os autores, o controle acionário

do estado apresenta adoção menor nas práticas de relacionadas à falta do parecer limpo de auditoria, republicação das demonstrações contábeis, elaboração da informação contábil em padrão internacional, publicação fora do prazo legal, reavaliação de ativos imobilizados e publicação da demonstração do fluxo de Caixa. Por outro lado, nas empresas com controle privado ocorre adoção superior das práticas de divulgação da demonstração do valor adicionado, remuneração dos executivos e medida de lucro econômico (Rodrigues, Ferreira, Mantovani, & Krauter, 2016).

Baioco e Almeida (2017) avaliaram os efeitos do comitê de auditoria e do conselho fiscal com suas diferentes características na qualidade da informação contábil no Brasil, utilizaram as proxies da qualidade da informação, relevância da informação contábil, tempestividade e conservadorismo condicional. Nos resultados foram identificados que os diferentes arranjos do conselho fiscal e a existência do comitê de auditoria, impactam diferentemente as propriedades da informação contábil. Assim, a presença do conselho fiscal impactou positivamente a relevância do patrimônio líquido, enquanto a presença do comitê de auditoria na relevância do lucro. Já, o conservadorismo apresentou lucros relevantes para o mercado, o tempestivo não expõe restrição à relevância encontrada; e o conselho fiscal turbinado, apresentou associação positiva somente na relevância do patrimônio líquido.

A relação entre o risco de mercado e a qualidade das informações contábeis das instituições financeiras brasileiras foi tratada por Ramos e Caramori (2017), os resultados da pesquisa demonstram que empresas com maior nível de evidência, possuem menor volatilidade do retorno das ações, efetivando-se dessa maneira, a importância da qualidade das informações contábeis atribuída ao mercado.

Damascena, Duarte e Paulo (2017) analisaram por meio das *proxies* conservadorismo condicional, gerenciamento de resultados e *value relevance* para verificar o efeito da adoção das IFRS na qualidade da informação contábil no Brasil. Desse modo, constataram que, após a adoção das normas internacionais no mercado brasileiro não foi possível obter evidências suficientes que confirmem o aumento no grau do conservadorismo contábil, a redução das práticas de gerenciamento de resultados e no *value relevance*. Os modelos de preços para o lucro líquido e o patrimônio líquido indicaram o aumento de conteúdo informacional relevante e os lucros manifestaram-se mais relevantes do que o valor contábil do patrimônio, quando avaliado por meio de modelos de preços e retorno.

Em relação às características do ambiente de negócios Mazzioni e Klann (2018) avaliaram fatores que provocam diferenças na qualidade das informações contábeis no contexto internacional. Os autores concluíram que as empresas localizadas em países com menor carga tributária, ambiente legal mais forte, maior índice de desenvolvimento econômico e financeiro, de origem legal *common law* e com maior grau de internacionalização influenciam positivamente na qualidade das informações contábeis. Outrossim, o grau de internacionalização se constitui em uma determinante explicativa relevante da qualidade da informação contábil, uma vez que tais atividades submetem as empresas para enfrentar forças de mercado que demandam níveis de informação mais elevados em relação ao ambiente doméstico.

Quanto aos efeitos do reconhecimento dos gastos com pesquisa e desenvolvimento, sobre a qualidade da informação contábil, de companhias abertas brasileiras, Gonçalves e Lemes (2018) apontam que a qualidade da informação contábil foi testada pelo *value relevance* e pela persistência. Os autores indicam no método de *value relevance* que, tanto o gasto, quanto a despesa de pesquisa e desenvolvimento, reconhecido como ativo, podem gerar benefícios econômicos no futuro. Por outro lado, o gasto reconhecido como despesa demonstrou ser persistente ao longo do tempo, indicando que, nem todos os projetos de pesquisa e desenvolvimento de produtos nas empresas são capazes de gerar benefícios econômicos futuros, contudo, são informações contábeis úteis aos investidores.

No estudo de Nardi, Amadi e da Silva (2019) são discutidas a relação entre as características qualitativas da informação contábil (conservadorismo, persistência, relevância e tempestividade) e o atraso na entrega das demonstrações financeiras padronizadas no período de 2010 a 2017. Desse modo, constatou-se que, quanto maior o atraso na entrega das demonstrações financeiras padronizadas menor é o conservadorismo, a persistência, a relevância e a tempestividade da informação contábil, ou seja, o atraso das demonstrações financeiras, indicam que a informação contábil contidas, nas mesmas, não apresenta características qualitativas, e assim, tornam pouco eficiente no auxílio aos usuários em suas decisões de investimento.

Por sua vez, Santos, Guimarães e Macedo (2019) investigaram o impacto da agressividade tributária na qualidade das informações contábeis no Brasil. Ao longo do estudo, demonstraram que, a partir do momento em que a empresa apresenta agressividade tributária para reduzir o lucro tributável, visando diminuir o imposto de renda e contribuição sobre o lucro líquido, o lucro líquido por ação se torna menos

relevante para o mercado de capitais, logo, a agressividade tributária reduz o conteúdo informacional da contabilidade e as informações reportadas passam a serem menos representativas da realidade econômica das empresas.

Sobre a influência do *Board Interlocking* na qualidade da informação sobre as medidas de Gerenciamento de resultados, conservadorismo contábil, tempestividade e relevância da Informação contábil Barros e Colauto, (2019) demonstraram em seu estudo que 79,34% das empresas abertas brasileiras realizam *Board Interlocking*. Ademais, o estudo não permitiu afirmar que o *Board Interlocking* é capaz de propagar práticas de diminuição ou aumento na qualidade da informação contábil. Saliente-se ainda que, as empresas brasileiras em geral não são conservadoras no reconhecimento de perdas e há indícios de que companhias envolvidas em *Board Interlocking* e sobrecarga tendem a priorizar o reconhecimento de ganhos em detrimento das perdas.

Oliveira (2019) ressalta que a qualidade da informação contábil pode estar atrelada ao tamanho da empresa, pois compreende que quanto maior a empresa, maior será a qualidade da informação contábil. Nessa mesma linha, Queiroz e Almeida (2017) afirmaram que o tamanho da empresa impacta de maneira positiva na qualidade da informação contábil.

Por fim, Vallim, Macedo e Kolozsvari (2020) avaliaram o impacto das diferenças de alongamento dos *accruals* em sua capacidade preditiva de fluxos de caixas futuros. Concluíram que, quanto mais alongados os *accruals* correntes ou não correntes, resultam em mais incertezas para as projeções e estimativas realizadas, portanto, menor é a capacidade preditiva deles, ou seja, o *accruals* impacta sua capacidade preditiva e a própria qualidade da informação contábil.

2.3.2 Estudos sobre qualidade da informação contábil relacionados às Sociedades Cooperativas

Bressan, Lopes e Menezes (2013) analisaram o desempenho das cooperativas de crédito filiadas ao Sistema Cooperativo de Crédito do Brasil (SICOOB), tendo identificado que um dos fatores associados à eficiência delas, é a relevância da informação contábil. Contudo, não foi apurada a relação entre o desempenho e o tamanho, o tempo de existência dessas cooperativas.

Por sua vez, Maia, Bressan, Lamounier e Braga (2013) evidenciaram em seu estudo a ocorrência de suavização e gerenciamento de resultados, nas cooperativas de crédito filiadas ao Sistema Cooperativo de Crédito do Brasil (SICOOB), para evitar perdas por parte das instituições, o que consequentemente aponta indício de menor qualidade da informação divulgada aos usuários.

Em estudo de caso sobre uma cooperativa de produção do Noroeste do Rio Grande do Sul, Klann e Salla (2014) identificaram que a adesão voluntária ao padrão IFRS contribuiu para o aprimoramento dos conhecimentos por parte dos profissionais da área contábil, que atuam nas organizações, o que contribuiu na melhoria da qualidade das informações divulgada nos relatórios financeiros.

Munhoz (2015) verificou a prática do gerenciamento de resultado, motivada pela realização de eleições para o Conselho de Administração; nestas instituições no período de 2010 a 2013, em 40 cooperativas agropecuárias no Estado do Paraná, não constatou relação entre os *accruals* discricionários e as eleições realizadas nas cooperativas agropecuárias, mas evidenciou que as cooperativas agropecuárias maiores, possuem menos incentivos ao gerenciamento de resultados, comparadas com as cooperativas agropecuárias de menor porte, no decorrer do período pesquisado.

Ademais, no período de 2008 a 2013, Bortoletto (2015) investigou 44 cooperativas SICOOB do Estado do Paraná, buscando observar se os gestores utilizam de seu poder discricionário para gerenciar resultados, contudo, apenas evidenciou gerenciamento de resultado para reportar perda.

Do mesmo modo, Bressan, Santos, Zaniah, Bressan e Aureliano Angel (2015) em seu estudo, demonstraram práticas de gerenciamento de resultado para evitar divulgação de perdas na Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (CONFESOL).

Bressan, Bressan e Silva Júnior (2015) demonstraram práticas de gerenciamento de resultados para não divulgar perdas nas cooperativas de crédito filiadas ao Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI).

No período de 2009 a 2014, Santos e Guerra (2018) constaram em 15 cooperativas de crédito ligadas à Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred's (UNICRED), que não houve gerenciamento de resultado para evitar divulgação de perdas nas cooperativas, que apresentam 100% de eficiência, mas as cooperativas que apresentaram entre 60% e 80% de eficiência, foram que mais houve a prática do gerenciamento de resultado, para não demonstrar as perdas ocorridas, ou seja, as cooperativas de créditos que atingiram 100% de eficiência, possuem a tendência de apresentar uma maior qualidade da informação contábil, em relação às que apresentaram uma menor porcentagem de eficiência.

Souza Junior, Costa, Richetti e Asta (2018) identificaram no período de 2008 a 2017, práticas significativas de gerenciamento de resultado dos gestores nas decisões operacionais, para manipulação dos resultados reportados em 14 cooperativas agropecuárias do estado do Paraná. Fato este que resultou em impactos nos resultados contábeis reportados, e consequentemente a afeta a qualidade da informação contábil divulgada e a tomada de decisões dos usuários.

Ao utilizarem a persistência como proxy da qualidade da informação, para verificar a persistência das sobras das cooperativas de crédito brasileiras, Diniz e Girão (2019), no período de 2000 a 2017, demonstraram em seu trabalho resultados de que as sobras das cooperativas maiores apresentaram qualidade superior e resultado mais persistente, em relação às cooperativas menores. Conforme os autores, a persistência das sobras auxilia nas previsões dos resultados futuros, valoriza a cooperativa no mercado, gerando maior expectativa do retorno dos investimentos.

Por fim, Brandalize, Flach e Sallaberry (2021) ao comprovar que o grau de aderência das cooperativas de crédito ao *disclosure* de riscos de crédito, é inferior ao grau auferido pelas instituições financeiras tradicionais, constataram que aumentos na divulgação de informações estão relacionados ao tamanho das cooperativas. Os autores entenderam que os altos custos de implantação e funcionamento de controles internos, atrelados ao aumento nas divulgações, contribuem para que apenas as cooperativas maiores consigam disponibilizar mais informações.

2.3.3 Estudos sobre fatores determinantes da qualidade da informação contábil

Murcia e Santos (2009) pesquisaram os fatores que explicam o nível de *disclosure* voluntário de companhias abertas no Brasil e consideram como característica das empresas as seguintes variáveis: auditoria, rentabilidade, internacionalização, tamanho, governança corporativa, endividamento, concentração do controle acionário, emissão de ações e o setor. Dentre as referidas características, o setor, internacionalização, tamanho e governança apresentaram significância estatísticas, ademais não há significância estatísticas. De modo, que os autores concluíram que os fatores, como o, setor, internacionalização, tamanho e governança, comprometem-se com uma maior transparência e a melhores práticas de divulgação de caráter econômico.

Almeida (2010) investigou o efeito do ambiente competitivo na qualidade da informação contábil divulgada pelas companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA. Concluiu que, as empresas em ambientes com alta competição, não aumentam a relevância dos números contábeis e nem reduzem as práticas de gerenciamento de resultados, mas aumentam a tempestividade das informações contábeis e o grau de conservadorismo. Também o autor observou que há incentivos para a divulgação da qualidade da informação contábeis superior, nas empresas que possuem a interação do ambiente de alta competitividade e a adoção de práticas de governança corporativa.

Acerca dos incentivos de relatórios das empresas e a forma pela qual os fatores institucionais afetam na qualidade contábil Isidro e Raonic (2012) investigaram empresas de 26 países, nos quais é obrigatório que os relatórios sigam os padrões internacionais. Os autores observaram que aumenta a qualidade dos relatórios financeiros na presença de fortes mecanismos de monitoramento por meio de concentração de propriedade, análise dos analistas, auditoria efetiva, necessidades de financiamento externo e alavancagem. Além disso, há uma melhor qualidade de contabilidade para empresas de ambientes regulatórios com instituições, níveis mais altos de desenvolvimento econômico, maior sofisticação de negócios e muito mais mercados globalizados.

Para avaliar os fatores determinantes do *disclosure* de *guidance* das companhias listadas na BM & FBOVESPA em seu estudo Brandão, Assunção, Ponte e Rebouças (2013) evidenciaram que as empresas de porte maior, melhor nível de

governança e remuneração de seus gestores por meio de *stock options*, são mais propensas a divulgar informações do *guidance*.

Para detectar os determinantes da qualidade da informação divulgada pelas empresas francesas listadas no SBF 250, Fathi (2013) consideram como proxy da qualidade da informação o accruals discricionários e os fatores foram: alavancagem, número de membros do conselho, diretores independentes, total de membros do conselho, porcentagem de presença dos membros nas reuniões, dualidade de função para gerente, investidores institucionais, percentual de propriedade do acionista majoritário, Comitê de Auditoria e presença de auditor pertencente à *Big Four*. O autor encontrou uma relação positiva entre a qualidade da informação e alguns fatores, como o, tamanho do Conselho, a presença dos membros nas reuniões do Conselho, e a presença dos auditores pertencentes à *Big four,* ou seja, tais características influenciam em uma maior qualidade da informação divulgada.

Rover e Santos (2014) por sua vez, pesquisaram sobre o *disclosure* socioambiental das empresas do Índice Brasil (IBrX) de 2011, para tanto consideram na analise o tamanho, endividamento, rentabilidade, oportunidade crescimento, desempenho no mercado de capitais, concentração de controle, governança corporativa, emissão de ações, auditoria, internacionalização, setor elétrico, origem do controle, índice de sustentabilidade empresarial e setores poluidores, como fatores determinantes. Dentre esses fatores determinantes, os autores identificaram que o tamanho, auditoria Big-Four, setor elétrico, origem de controle estatal e participar do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), refletem *disclosure* voluntário socioambiental no Brasil.

Christensen, Lee, Walker e Zeng, (2015) examinaram se o IFRS por si só leva a melhorias na qualidade contábil, para isso foram considerados dois grupos de empresas: (i) aquelas que supostamente percebem os benefícios líquidos das IFRS (adotantes voluntários); (ii) aquelas que não têm incentivos para adotar e são forçadas a cumprir (adotantes obrigatórios). Os autores avaliaram a qualidade contábil por meio do gerenciamento de resultados, reconhecimento oportuno de perdas e relevância do valor, concluíram que as empresas que receberam ou perceberam os incentivos das IFRS, refletiram uma melhor qualidade contábil.

No que diz respeito às características empresariais determinantes da qualidade da informação contábil no contexto das empresas internacionalizadas e sob a perspectiva de diferentes padrões contábeis, Mazzioni e Klann (2016) analisaram os

atributos da qualidade dos *accruals*, persistência, previsibilidade e suavização dos lucros e os fatores explicativos, a partir dos padrões contábeis, incentivos empresariais e a intensidade da internacionalização das atividades econômicas. Concluíram que a intensidade da internacionalização das atividades empresariais consiste em uma determinante significativa para explicar a qualidade da informação contábil reportada no contexto internacional.

Em seu estudo, Moura, Ziliotto e Mazzioni (2016) analisaram os fatores determinantes da qualidade da informação contábil em companhias abertas listadas na BM & FBOVESPA. A qualidade da informação contábil foi apresentada em razão do gerenciamento de resultado e fatores determinantes, tais como: concentração acionária, governança corporativa, nível de competição do mercado e proporção de ativos intangíveis. Como resultado, a pesquisa indicou que a menor competitividade do mercado estava relacionada com maior gerenciamento de resultados, ademais, evidenciou-se que as maiores proporções de ativos intangíveis nos ativos totais, representam menores índices de gerenciamento dos resultados.

Mahboub (2017) investigou os principais determinantes da qualidade dos relatórios financeiros no setor bancário Libanês. Concluiu que, a alavancagem financeira, a estrutura de propriedade e o tamanho do conselho, possui uma relação significativa e positiva com a qualidade dos relatórios financeiros, e dados também demonstraram que, o maior endividamento, proporciona uma melhor qualidade dos relatórios financeiros dos relatórios. Por outro lado, o tamanho, a lucratividade e a independência do conselho não foram estatisticamente significativas para explicar a qualidade dos relatórios.

Echobu, Okika, & Mailafia (2017) investigaram os determinantes da qualidade dos relatórios financeiros nas empresas da Agricultura e Firmas de recursos naturais na Nigéria, de modo que, evidenciaram as características corporativas, especialmente a alavancagem, a liquidez e o tamanho do conselho determinam a qualidade dos relatórios financeiros das empresas da pesquisa.

Moura, Zanchi, Mazzioni, Macêdo e Krueger (2017) também identificaram os fatores que influenciam na qualidade da informação contábil das 100 maiores empresas listadas na BM&FBovespa e para a qualidade da informação utilizaram o índice desenvolvido por Fathi (2013), que contempla informação obrigatórias e voluntárias. Os fatores observados foram governança corporativa, empresa de auditoria, existência de comitê de auditoria, concentração acionária, investidores

institucionais e internacionalização da empresa. Como resultado concluíram que, a melhor qualidade da informação contábil, pertence às empresas auditadas por *big four*, as que possuem Comitê de Auditoria, participação acionária de investidores institucionais e que negociam ações em bolsa americana.

Alves, Guedes e Souza (2018) pesquisaram a política de dividendos e analisaram os fatores determinantes da distribuição de dividendos das empresas brasileiras, atuantes no setor de Utilidade Pública. Concluíram que a distribuição de dividendo é influenciada pela rentabilidade e o tamanho das empresas, os valores dos dividendos são influenciados pela existência de acordo de acionistas.

Em sua pesquisa sobre a governança corporativa, competitividade, tamanho e o crescimento como os fatores determinantes da intangibilidade em companhias abertas familiares listadas na B3, Albuquerque *et al*., 2019, analisaram no período compreendido entre 2010 e 2015, demonstraram que os fatores determinantes influenciadores do nível de intangibilidade das empresas, somente a governança e o tamanho influenciaram positivamente, enquanto a competitividade e o crescimento não, compreendido, quanto melhor forem às práticas de governança e maior o tamanho das empresas, consequentemente, maior será o nível de intangibilidade.

Ross, Shi e Xie (2019) evidenciaram que as empresas em países com contabilidade baseada em regras, ambientes de trabalho de auditores públicos de melhor qualidade, aplicação mais rígida dos padrões contábeis e com mais confiança no financiamento do mercado de ações, têm maior comparabilidade da informação dentro do país entre si. No nível da empresa, os autores descobriram que as empresas maiores, que se envolvem em menos gerenciamento de resultado, têm menor volatilidade de retorno sobre os ativos, maior comparabilidade dentro do país.

Ekwueme e Aniefor (2019) investigaram os determinantes da qualidade dos relatórios financeiros nas companhias de manufatura cotadas na Nigéria. Os quais, consideram a idade da empresa, tamanho da empresa e do conselho, bem como a estrutura de propriedade, sendo as características explicativas da qualidade da informação. De modo que, os autores constataram que os fatores, como, idade da empresa, tamanho da empresa, tamanho do Conselho, estrutura de propriedade, apresentaram uma relação significativa positiva entre a qualidade dos relatórios financeiros.

2.4 MÉTRICA DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A literatura empírica apresenta várias métricas para mensurar a qualidade da informação contábil. Esses diversos modelos foram construídos e testados pelos pesquisadores no mercado internacional e nacional, para capturar diferentes propriedade da contabilidade (Almeida, 2010). Dentre elas, estão as medidas de: *value relevance* (Ball & Brown, 1968; Almeida, 2010; Baioco & Almeida, 2017); o conservadorismo (Basu, 1997; Ball, Kothari & Robin, 2000; Almeida, 2010; Dhaliwal et al, 2014;, Baioco & Almeida, 2017); previsibilidade e persistência dos lucros (Penman & Zhang, 2002, Mazzioni e Klann, 2016); *timeliness,* (Bushman et al., 2004, Almeida, 2010; Dhaliwal et al, 2014; Baioco & Almeida, 2017); suavização dos resultados (Eckel, 1981; Demski, 1998; Kirschenheiter & Melumad, 2002; Myers, Myers Skinner, 2007; Altoé, Ribeiro & Colauto, 2015, Mazzioni e Klann, 2016); qualidade dos *accruals* (Dechow & Dichev, 2002; McNichols, 2002; Bharath, Sunder, & Sunder, 2008; Baptista, 2008; Dechow, Ge, & Schrand, 2010; Carvalho, 2012, Mazzioni e Klann, 2016; Vallim, Macedo, & Kolozsvari, 2020); gerenciamento de resultado (*Earnings Management*) (Schipper,1989; Healy & Wahlen, 1999; Dechow & Skinner, 2000; Schipper & Vincent, 2003; Barth et.al., 2008; Marciukaityte & Park, 2009; Almeida, 2010; Christensen, Lee, Walker & Zeng, 2015; Moura, Ziliotto & Mazzioni, 2016).

No que diz a respeito às métricas, Van Beest, Braam e Boelens (2009) fazem referência a mensuração de maneira indireta, visto que os pesquisadores se concentraram nos atributos, que consideram capazes de influenciar no aumento ou diminuição da qualidade dos relatórios contábeis. Desse modo, os autores discutem a necessidade de focalizar em uma métrica que mede as características qualitativas discutidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (2008), como uma maneira direta de constatar a qualidade da informação contábil dos relatórios financeiros, divulgados pelas empresas.

Para mensurar a qualidade da informação contábil, Van Beest, Braam e Boelens (2009), construíram a métrica baseada na definição dos relatórios financeiros em termo das características qualitativas fundamentais e na utilidade de decisão, encontrada na literatura teórica e empírica. De modo que, o Índice permite avaliar de forma abrangente e separada, as características qualitativas fundamentais (relevância e representação fidedigna) e de melhorias (compreensibilidade, comparabilidade,

verificabilidade e tempestividade), proposta pela estrutura conceitual FASB e IASB (2008).

Seguindo a mesma vertente de Van Beest, Braam e Boelens (2009), de mensurar a qualidade da informação contábil, considerando os atributos, presentes nas características qualitativas fundamentais e de melhorias, discutidas e revisadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB). Gabriel (2011) desenvolveu o Índice da Qualidade da Informação Contábil (IQIC) para a realidade das empresas brasileira e Barbosa (2014) elaborou a Métrica de Qualidade da Informação Contábil (MQIC) sobre a percepção dos usuários da informação.

O IQIC foi desenvolvido seguindo como base conceitos teóricos, evidências empíricas e normas contábeis capazes de capturar a informação nas empresas de capital aberto no Brasil (Gabriel, 2011). Necessário esclarecer que o autor adaptou o índice à realidade brasileira, com ênfase nas questões ligadas à adesão de práticas de Governança Corporativa, aspectos da dimensão de confiabilidade e à relevância da informação contábil contidas no conjunto das demonstrações contábeis anuais, publicadas pelas companhias.

Barbosa (2014) elaborou a métrica de qualidade da informação contábil (MQIC) a partir da revisão da literatura teórica, normativa e empírica. Para isso, a autora considerou o processo de divulgação ou não das informações contábeis, e a composição dos gestores das empresas, na elaboração de dezessetes questões no total. Destas, dez questões tratam das características qualitativas fundamentais (representação fidedigna e relevância) e sete referem-se aos atributos da melhoria da utilidade da informação (comparabilidade). O diferencial nessa métrica em relação as demais, diz respeito ao fato de a autora considerar na construção e validação do questionário para o índice, a percepção dos analistas fundamentalistas (especialistas), enquanto usuários das demonstrações contábeis.

Assim, para a realização do presente estudo, no intuído de verificar os fatores que evidenciam a qualidade da informação contábil, das sociedades cooperativas agroindustriais, como para sociedades anônimas de capital aberto do segmento alimentício listada na [B]³, foi selecionada a métrica construída pela Barbosa (2014). Tal escolha justifica-se em razão da fundamentação baseada na literatura teórica, empírica e normativa, bem como captou a percepção dos analistas fundamentalistas na construção e validação das questões Barbosa (2014). Ademais, métrica escolhida

contempla as características qualitativas, discutidas e sugeridas pelo FASB (2008) e na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (CPC 00_ R2, 2019). Vale salientar que, a referida pesquisa originou a publicação do artigo “Construção de métrica para avaliação da qualidade da informação contábil, sob a ótica de analistas fundamentalistas”, com autoria da Barbosa, Scherer, Scarpin e Murcia (2015).

A Tabela 1 conforme segue abaixo, foi extraída do trabalho da Barbosa (2014) sendo composta pelas questões do índice, onde foram respondidas após leitura e observação dos relatórios financeiros, divulgados pelas empresas cooperativas agroindustriais e as companhias do segmento alimentício listadas na [B]³. A pontuação para as respostas positivas, peso, a pontuação máxima de escala de 100, no qual a pontuação e pesos dão a origem ao valor do índice, que vai de 0 a 100.

Segue, na Tabela 1, a métrica de qualidade da informação contábil, proposta por Barbosa (2014), adotada para a realização da presente pesquisa. Necessário enfatizar que a pontuação máxima absoluta da MQIC varia entre 0 e 104,8. Porém, a pontuação final foi transformada para uma escala de 0 a 100. Desse modo, quanto maior for a pontuação da MQIC, melhor é a qualidade da informação contábil divulgada pela empresa (Barbosa, 2014).

Tabela 1. Métrica de qualidade da informação contábil

	Pergunta	Pontuação	Peso	Pontuação máxima	P.M (Escala de 100)
Representação fidedigna	1 - A empresa possui cobertura dos analistas de mercado?	1	4,2	4,2	4
	2 - O conselho de administração possui a presença de membros independentes (conselheiros externos)?	1	4,5	4,5	4,3
	3 - O presidente do conselho de administração e o diretor geral da empresa são pessoas diferentes?	1	4	4	3,8
	4 - A auditoria é realizada por uma das *big four* (Pricewaterhouse Coopers, Deloitte Touche Tohmatsu, KPMG e Ernst & Young)?	1	3,8	3,8	3,6
Relevância	5 - A companhia divulga informações prospectivas para vendas, lucros e fluxo de caixa?	3	3,8	11,5	11
	6 - A companhia divulga informações de *feedback* sobre os eventos e transações de mercado que afetaram a empresa no período findo?	1	4,2	4,2	4
	7 - A companhia divulga aspectos positivos e negativos relacionados ao resultado do período?	2	4,2	8,3	7,9
	8 - A companhia divulga informações sobre risco de negócios e oportunidade de negócios?	2	4,3	8,7	8,3

Continua

Conclusão

	Pergunta	Pontuação	Peso	Pontuação máxima	P.M (Escala de 100)
Relevância	9 - A companhia divulga informações sobre objetivos e estratégias de gerenciamento de risco?	1	4,5	4,5	4,3
	10 - A companhia divulga o custo de capital próprio e/ou alguma medida de lucro econômico (EVA®, valor agregado para o acionista, lucro residual)?	1	4,2	4,2	4
Comparabilidade	11 - A companhia divulga informações sobre as escolhas dos princípios e políticas contábeis?	1	4,2	4,2	4
	12 - A companhia divulga os resultados do exercício em forma comparativa (do exercício atual em relação aos anteriores)?	1	4,7	4,7	4,5
	13 - A companhia divulga indicadores financeiros (rentabilidade, liquidez, endividamento e EBITDA)?	4	4,8	19,3	18,4
	14 - A companhia divulga a Dívida Bruta / Patrimônio Líquido em forma comparativa (do exercício atual em relação aos anteriores)?	1	4,8	4,8	4,6
	15 - A companhia divulga o EBITDA em forma comparativa (do exercício atual em relação aos anteriores)?	1	4,8	4,8	4,6
	16 - A companhia divulga a Receita Líquida em forma comparativa (do exercício atual em relação aos anteriores)?	1	4,8	4,8	4,6
	17 - A companhia divulga a Liquidez Corrente em forma comparativa (do exercício atual em relação aos anteriores)?	1	4,4	4,4	4,2
	Pontuação máxima da MQIC	**24**	**0**	**104,8**	**100**

Fonte: Barbosa (2014, p.p.63-64); Barbosa, Scherer, Scarpin e Murcia (2015, p.50)

A métrica de qualidade da informação contábil, construída pelos autores, atende as caraterísticas qualitativas fundamentais, considerada como, a relevância e representação fidedigna, e, também contempla a comparabilidade, como um dos atributos de melhoria na utilidade da informação contábil.

Importante salientar que a informação relevante faz a diferença na tomada de decisão dos seus usuários (Kam, 1990, CPC 00_R2, 2019) uma vez que propicia a avaliação e formação de previsões dos eventos econômicos (Kam, 1990). A representação fidedigna deve refletir em conjunto à essência do fenômeno econômico e da forma legal (CPC 00_R2, 2019), a comparabilidade permite a identificação e a compreensão da similaridade e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos econômicos (Kam, 1990; CPC 00_R1, 2011, Barth, 2013).

2.5 HIPÓTESE DA PESQUISA

A semelhança entre sociedades cooperativas e sociedades anônimas de capital aberto, está no instrumento econômico (Pinho, 2001), chamado organização empresarial para desenvolver as atividades econômicas.

As características semelhantes dizem respeito ao mecanismo de hierarquia, controle administrativo e desenho organizacional (Ménard, 2007; Chaddad, 2012; Londero & Santos, 2017).

De acordo com as leis (Lei n. 5.764, 1971; Lei n. 6.404, 1976; lei n.11. 638, 2007; Zdanowicz, 2014; Santos, Gouveia & Vieira, 2018): o **processo de constituição inicial** de uma sociedade cooperativa e sociedades anônimas de capital aberto requerem a assembleia geral de fundação, constituição do estatuto, aprovação do estatuto, registro de ata, registro nos órgãos público, capital mínimo, escolha do presidente, administradores e fiscais**.**

Quanto ao estatuto, o mesmo, deverá satisfazer todos os requisitos exigidos para os contratos das sociedades mercantis em geral, conterá as normas pelas quais se regerá a companhia, direitos e deveres, sócios fundadores. Desse modo, os **principais órgãos** desse tipo de organização são as assembleias gerais, o conselho de administração, a diretoria e conselho fiscal (Lei n. 5.764, 1971; Lei n. 6.404, 1976; lei n. 11. 638, 2007; Zdanowicz, 2014; Santos, Gouveia, & Vieira, 2018). A **assembleia geral,** por sua vez, pode ser definida enquanto instância máxima da tomada de decisão e deliberação e apresentação e aprovação dos relatórios contábeis. Importante salientar que os registros são realizados nos **livros de registros**, ou seja, livros de matrículas, livros de pareceres, livros de presenças e os livros exigidos pela legislação contábil; quanto à **fiscalização e controle,** estas são desempenhadas pelos órgãos públicos e auditoria externa (Lei n. 5.764, 1971; Lei n. 6.404, 1976; Lei n. 11.638, 2007; Zdanowicz, 2014; Santos, Gouveia & Vieira, 2018). Por fim, os **relatórios contábeis** constituem a fonte de informações financeiras e econômicas destas instituições (Lei n. 5.764, 1971; Lei n. 6.404, 1976; Lei n. 11.638, 2007; Zdanowicz, 2014; Santos, Gouveia & Vieira, 2018).

Ademais, a finalidade e objetivo de ambas é distinto (Pinho, 2001; Panzutti, 2005; Santos, Gouveia, & Vieira, 2018). De modo que, o que difere uma sociedade cooperativa de uma sociedade anônima de capital aberto são: uma os princípios é de competição e a outra cooperação; uma é formada por sociedade de capital e a outra

sociedade de pessoas; uma o objetivo principal de ter lucro e a outra é a prestação de serviço; uma os resultados são lucro ou prejuízo líquido do exercício e a outra são as sobras ou perdas líquidas dos exercícios (Lei n. 6.404, 1976; Lei n. 5.764, 1971; Bialoskorski Neto,1994; Menegário, 2000; Panzutti, 2005; Santos, Gouveia, & Vieira, 2018).

Outra diferença está na divulgação dos relatórios contábeis, tanto as sociedades anônimas, quanto as sociedades cooperativas, seguem normas internacionais de contabilidade, mas as empresas abertas são obrigadas a divulgarem os relatórios contábeis em conformidade com a Lei n. 6.404, 1976 e a lei n 11.638, 2007, e as orientações sobre as melhores práticas de elaboração e divulgação dos relatórios contábeis (CVM, 2018; CODIM, 2021), e as sociedades cooperativas não possuem a mesma obrigatoriedade.

Por outro lado, os estudos realizados em sociedades anônimas demonstraram que: a internacionalização aumenta a qualidade da informação contábil e reduz a assimetria informacional (Mazzioni & Klann, 2016a, 2018b). O conselho fiscal impacta positivamente a relevância do patrimônio líquido, enquanto a presença do comitê de auditoria na relevância do lucro (Baioco & Almeida, 2017). Assim, as empresas com maior nível de evidenciação das informação contábeis, possuem menor volatilidade do retorno das ações (Ramos & Caramori, 2017) e a falta da tempestividade na qualidade da informação não auxilia os usuários em suas decisões de investimentos (Nardi, Amadi & da Silva, 2019). Quanto a qualidade da informação, ela está atrelada ao tamanho da empresa (Queiroz & Almeida, 2017; Oliveira, 2019); de modo que, quanto maior a empresa menor é o gerenciamento de resultado e maior é a comparabilidade da informação contábil (Ross, Shi, & Xie, 2019); a relevância e a representação fidedigna das informações contábeis, possuem uma relação positiva com lucro (Elsiddig, 2020).

As pesquisas de Múrcia e Santos (2009); Isidro e Raonic (2012); Rover e Santos (2014), Christensen, Lee, Walker e Zeng (2015), Moura, Ziliotto e Mazzioni (2016), Mazzioni e Klann (2016), (Mazzioni & Klann (2016), Moura, Zanchi, Mazzioni, Macêdo e Krueger (2017), Queiroz e Almeida (2017), Mahboub (2017), Ross, Shi e Xie (2019), Oliveira (2019), Brandalize, Flach e Sallaberry (2021) evidenciaram a existência de fatores que influenciam na divulgação da informação contábil e no aumento ou diminuição da qualidade da informação contábil nas sociedades anônimas de capital aberto. Os referidos estudos, possibilitaram apontar os fatores

que influenciam na qualidade da informação. Desse modo, pretende-se verificar se os fatores evidenciados nos referidos, também evidenciam a qualidade da informação das sociedades cooperativas e sociedades anônimas de capital aberto do segmento de alimentos para consumo humano.

Portanto, diante das semelhanças e diferenças encontradas entre as sociedades anônimas de capital aberto e sociedades cooperativas, bem como, os fatores determinantes da qualidade da informação contábil encontrados na literatura empírica, definiu-se a hipótese teórica da presente pesquisa.

H1: Fatores determinantes evidenciam a qualidade da informação contábil das Sociedade Anônima de capital aberto e Sociedades Cooperativas do segmento de alimentos do consumo humano.

3 METODOLOGIA

A estrutura metodológica do presente estudo apresenta, inicialmente, as definições e características da pesquisa, os parâmetros de seleção da população e a amostra do estudo, parâmetro da coleta de dados, as variáveis da pesquisa, a operacionalização, o modelo econométrico e por fim, os procedimentos para análise dos dados.

3.1 DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

Existem várias classificações que fundamentam uma pesquisa, as quais devem ser definidas pelo pesquisador. Assim, o Figura 6 apresenta os aspectos levantados, as estratégias utilizadas e os autores que auxiliaram nas definições e características adotadas na presente pesquisa.

Figura 6. Definições e características da pesquisa

Aspecto	Estratégia	Autores
Abordagem Metodológica	Positivista	Martins e Theóphilo (2018)
Objetivo	Pesquisa descritiva	(Sampieri, Collado e Lucio, (2006); Cooper e Schindler (2003)
Procedimentos	Bibliográfica e documental	Gil (2002); Martins e Theóphilo, (2018)
Abordagem do problema	Quantitativa	Beuren (2010)
Técnica de coleta de dados	Dados Secundários	Martins e Theóphilo (2018)
Técnica para avaliação quantitativa	Estatística inferencial	Martins e Theóphilo (2018)
Método de análise	Regressão Múltipla com dados em Painel	Wooldridge (2016)

Fonte: organizada pela autora

Conforme as definições e caraterísticas da pesquisa, adiante serão apresentadas a descrição dos parâmetros de seleção da população e amostra, variáveis utilizadas e a técnica de análise de dados.

3.2 PARÂMETROS DE SELEÇÃO DA POPULAÇÃO E AMOSTRA DO ESTUDO

Inicialmente, cabe destacar que a população da pesquisa é constituída pelas empresas de capital aberto, listadas na Bolsa de Valores brasileira, Brasil, Bolsa e Balcão [B]³ e as Sociedades Cooperativas Agropecuárias. De maneira que, foram selecionadas para compor a amostra, as sociedades cooperativas agroindustriais e as sociedades anônimas de capital, do segmento de alimentos destinados ao consumo humano.

Salienta-se os relatórios contábeis das sociedades cooperativas, poderá ter acesso, via protocolo, juntos a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC) e a Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (OCERGS). Em função das questões da métrica da qualidade da informação contábil, por necessitar de informações, além dos relatórios contábeis, optou-se pelas cooperativas, que possuem informações financeiras completas e divulgadas ao público.

Para a seleção da amostra, considerou-se as seguintes etapas: i) realizou-se o levantamento das quantidades e nomes de todas as sociedades cooperativas agropecuárias da Região Sul do Brasil, para isso, recorreu-se aos *websites das* organizações cooperativas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; ii) visitou-se o site de cada sociedade cooperativa agropecuária, a fim de verificar a disponibilidade das informações ao público, em que procurou-se constar os tipos de informações divulgadas, tais como: relatórios contábeis (balanço patrimonial, demonstração das sobras e perdas, notas explicativas), bem como, relatórios da administração e gestão; iii) fez-se um levantamento prévio do período de divulgação das informações econômicas e financeiras, valor do patrimônio líquido, informações auditadas e os tipos das atividades econômicas desempenhadas pelas sociedades cooperativas.

O levantamento da quantidade e nomes das sociedades cooperativas agropecuárias foi realizada no dia 27 de dezembro de 2019. A seleção das sociedades cooperativas da amostra, deu-se no período de janeiro a março de 2020 e fevereiro de 2021. Foram aceitas as cooperativas que disponibilizaram as informações completas no período de 2015 a 2020 e que desenvolvem como atividades econômicas, a produção de quaisquer tipos de alimentos para o consumo humano.

Optou-se pelo período inicial de 2015 pelo fato de que abrange a maior quantidade de cooperativas agroindustriais do segmento alimentício de consumo humano. Como período final, optou-se na escolha pelo ano de 2020. Salienta-se os dados da amostra são anuais, porque as sociedades cooperativas não disponibilizam informações trimestrais.

Em relação à amostra das sociedades anônimas de capital aberto, é importante mencionar que são empresas do setor não cíclico, subsetor, agropecuária e alimentos processados, dos segmentos da agricultura, alimentos diversos, carnes e derivados, relacionados à produção e vendas de alimentos para o consumo dos humanos. Justifica-se a escolha das referidas empresas de capital aberto do segmento de alimentos, pelo fato de serem as companhias que possuem similaridades entre as sociedades cooperativas agroindustriais, produtoras de alimentos, que desenvolvem a mesma atividade econômica e competem no mercado nacional e internacional.

Entretanto, como uma das amostras, são empresas que possuem como característica, capital aberto e a outra, representada por sociedades cooperativas, a construção da base de dados é diferente. Logo, em função disso, utilizou-se parâmetros de seleção das amostras separadas, uma das sociedades cooperativas, e outra, para as sociedades anônimas de capital aberto, conforme será descrito a seguir.

3.2.1 Parâmetros de seleção da amostra das Sociedades Cooperativas

A delimitação da amostra foi efetuada com base nas listagens constantes nos *websites* da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC) e da Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (OCERGS). Extraiu-se uma amostra composta pelas cooperativas industriais da Região Sul do Brasil, que atuam com produção e venda de produtos alimentícios para consumo humano, as quais se enquadram no segmento das cooperativas agropecuárias.

Os dados anuais foram coletados dos demonstrativos contábeis disponíveis nos sítios institucionais, no período entre 2015 e 2020. Salienta-se que, as 10 cooperativas que compuseram a amostra final, todas apresentaram demonstrativos nos períodos de 2015 a 2020, portanto, obteve-se a 60 observações. A Tabela 2 demonstra os critérios de seleção da amostra.

Tabela 2. Critérios de seleção da amostra das sociedades cooperativas

Cooperativas elencadas pela OCEPAR	63
(+) Cooperativas elencadas pela OCESC	45
(+) Cooperativas elencadas pela OCERGS	129
(=) Total das cooperativas da Região do Brasil	***237***
(-) Cooperativas elencadas pela OCEPAR que não disponibilizaram os dados nos sites	52
(-) Cooperativas elencadas pela OCESC que não disponibilizaram os dados nos sites	43
(-) Cooperativas elencadas pela OCERGS que não disponibilizaram os dados nos sites	123
(=) Total de cooperativas que realizaram a divulgação dos relatórios contábeis na Região Sul	*19*
(-) Cooperativas elencadas pela OCEPAR que atuam com outras atividades	1
(-) Cooperativas elencadas pela OCESC que atuam com outras atividades	0
(-) Cooperativas elencadas pela OCERGS que atuam com outras atividades	4
(=) Subtotal de cooperativas do segmento alimentício, Região Sul	*14*
(-) Cooperativas elencadas pela OCEPAR com dados faltantes no período	2
(-) Cooperativas elencadas pela OCESC com dados faltantes no período	1
(-) Cooperativa elencada simultaneamente pela OCEPAR e pela OCERGS	1
(=) Total de cooperativas do segmento alimentício, Região Sul	*10*
(=) Cooperativas integrantes da amostra final	**10**

Fonte: Dados da pesquisa

Das dez cooperativas componentes da amostra, oito encontram-se no Estado do Paraná, uma no Estado de Santa Catarina e uma no Estado do Rio Grande do Sul. A relação das cooperativas que compuseram a amostra final é apresentada na Tabela 3.

Tabela 3. Cooperativas integrantes da amostra final

Nome	Razão social	Estado
CAMNPAL	Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda.	RS
CASTROLANDA	Castrolanda - Cooperativa Agroindustrial Ltda	PR
COAMO	Coamo Agroindustrial Cooperativa	PR
COPACOL	Copacol Cooperativa Agroindustrial Consolata	PR
COPAGRIL	Cooperativa Agroindustrial Copagril	PR
COOPERALFA	Cooperativa Agroindustrial Alfa	SC
C.VALE	C. Vale Cooperativa Agroindustrial	PR
FRÍSIA	Frísia Cooperativa Agroindustrial	PR
LAR	Cooperativa Agroindustrial Lar	PR
UNITA	Unita Cooperativa Central	PR

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Portanto, as sociedades cooperativas compõem dez cooperativas agroindustriais, para a amostra final da pesquisa, as quais constituem 60 observações.

3.2.2 Parâmetros de seleção da amostra das Sociedades Anônimas de Capital Aberto

Para a seleção da amostra das sociedades de capital aberto realizou-se o levantamento no *website* da [B]³ das empresas que, possuem como atividades econômicas, produção e vendas de quaisquer alimentos destinado ao consumo humano, de modo que a permitir um parâmetro de comparação com as sociedades cooperativas agroindustriais. Conforme dados encontrados, foi construída a seleção da amostra apresentada na Tabela 4.

Tabela 4. Amostra das sociedades anônimas de capital aberto

Amostra inicial	13
(-) Empresas com informação incompleta	2
(-) Empresas com o PL negativo	3
(=) Amostra final	**8**

Fonte: Dados da pesquisa

Observou-se que a empresa Forno de Minas Alimentos S.A. e a Camil Alimentos S.A não possuem informações completas no período analisado, e por este motivo, foram excluídas da amostra. Já as empresas Pomifrutas S/A, Minerva S.A, Minupar Participações S.A. apresentaram o patrimônio líquido (PL) negativo, nesse caso, a retirada da amostra ocorreu pelo fato de que o PL negativo pode influenciar nos cálculos das variáveis independentes (rentabilidade e endividamento), utilizadas no teste do modelo econométrico, a exemplo das pesquisas, Queiroz e Almeida (2017); de Oliveira (2019); foram excluídas as empresas de PL negativo, por não terem os dados suficientes para o cálculos das variáveis.

Na Tabela 5 são apresentadas as sociedades anônimas de capital aberto componentes da amostra final da pesquisa:

Tabela 5. Empresas de capital aberto integrantes da amostra final

Nome das empresas	**Estado**
Brf S.A.	Pr
Conservas Oderich S.A.	RS
Excelsior Alimentos S.A.	RS
Jbs S.A.	SP* (SC e PR) **
J. Macedo S.A.	CE* (PR)**
Josapar-Joaquim Oliveira S.A.	RS
Marfrig Global Foods S.A.	PR
M.Dias Branco S.A. Ind Com De Alimentos	SP* (PR)**

Nota: * Matriz da empresa, ** Filiais.

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

As sociedades anônimas de capital aberto que compõem a amostra de dados, pertencem a Região Sul do Brasil. Exceto as empresas, Jbs S.A., J. Macedo S.A. e a M. Dias Branco S.A. Ind Com De Alimentos, que possuem suas matrizes em outros estados e estão presentes com algumas das suas fábricas de produção na Região Sul do Brasil.

Portanto, a amostra final da pesquisa as sociedades anônimas de capital aberto são representadas por 8 empresas as quais constituem 48 observações.

Diante do esboço da seleção da população e amostra, ao referir-se conjuntamente à coleta dos dados, a Tabela 6 demonstra uma síntese de como ficou composta a amostra da pesquisa:

Tabela 6. Síntese da amostra da pesquisa

Dados	Sociedade Cooperativa	%	Sociedade de Capital Aberto	%	Total	%
Amostra Inicial	19	100%	13	100%	32	100
PL negativo	0	0%	-3	23%	-3	9,375
Informação incompleta	-3	15,79%	-2	15%	-5	15,625
Filiais	-1	5,26%	0	0%	-1	3,125
Outras atividades	-5	26,32%	0	0%	-5	15,625
Amostra final	**10**	**52,63%**	**8**	**61,62%**	**18**	**56,25**

Fonte: Dados da pesquisa

Portanto, o conjunto total das amostras são compostas por 18 empresas, sendo 10 cooperativas e 8 empresas de capital aberto, as quais compõem no total108 observações.

3.3 PARÂMETROS DA COLETA DOS DADOS

A pesquisa é composta por dois grupos distintos de empresas, uma das sociedades cooperativas agroindustriais e a outra das sociedades anônimas de Capital aberto do segmento de alimento para consumo humano, logo, são bases de dados diferentes.

Desse modo, na Figura 7, são descritas as bases de dados utilizadas para a coleta das variáveis: dependente e independente, referentes às sociedades cooperativas e sociedades anônimas de capital aberto:

Figura 7. Síntese da amostra da pesquisa

Empresas	Variável dependente	Variáveis independente
Sociedades Cooperativas	*Websites* das cooperativas - Relatórios financeiros e administrativos ou de gestão	*Websites* das cooperativas (Balanço Patrimonial, demonstração de Sobras e Perdas, Notas explicativas).
Sociedades anônimas de Capital Aberto	*Websites* da CVM - Formulário de referência e Relatório da administração	*Websites* das [B]³ (Balanço Patrimonial, Demonstração de resultado do exercício e notas explicativas).

Fonte: Organizado pela autora

A coleta dos dados das sociedades anônimas de capital aberto, ocorreu mediante a consulta e leitura dos formulários de referência, relatórios da administração, demonstrações financeiras e notas explicativas publicadas pelas empresas da amostra da pesquisa.

Em relação às sociedades cooperativas agroindustriais, coleta de dados deu-se por meio de relatórios de administração e gestão, demonstrações financeiras e notas explicativas divulgadas nos *websites* de cada cooperativa da amostra.

3.4 VARIÁVEIS DA PESQUISA

3.4.1 Variável dependente

No que diz respeito à variável dependente, a mesma, é a qualidade da informação contábil, a qual constitui-se em métrica de qualidade da informação contábil, proposto por pela Barbosa (2014, p.p.63-64); Barbosa, Scherer, Scarpin e Murcia (2015, p.50).

No decorrer do estudo, seguiu-se as mesmas questões colocadas por Barbosa (2014); Barbosa, Scherer, Scarpin e Murcia (2015), no que diz a respeito à representação fidedigna, relevância e comparabilidade, tanto para as sociedades cooperativas agroindustriais, quanto, às sociedades anônimas de capital aberto. Salienta-se que, não houve alteração nos itens propostos pelos autores originais da MQIC, fato que a MQIC atendeu a mensuração da qualidade da informação contábil, nas empresas utilizadas na amostra.

No que se refere a pontuação das questões da MQIC, foram respondidas após leituras e observações das informações divulgadas pelas empresas que compõem a amostra da pesquisa. Para isso, estabeleceu-se alguns quesitos na observação e

captação das informações contábeis divulgadas para a obtenção do índice, conforme descrito na Figura 8.

Figura 8. Quesitos considerados na análise de conteúdo da MQIC

Questão	Itens estabelecido na captação da informação de algumas questões.
1	Adotou-se a mesma informação recente para todos os anos.
5	Cada um dos itens configura, uma pontuação (vendas, lucros e fluxo de caixa)
6	Eventos que impactaram os mercados em termos de localização e setor, bem como feedbacks sobre transações de fusões, aquisições e incorporações que tenham causado grande impacto sobre o capital social da empresa.
8	As oportunidades foram interpretadas como informações sobre aumento ou redução de participação em mercados, sejam retrospectivas ou futuras, investimentos em instalações com ampliação de capacidade produtiva ou modernização, ou gastos com desenvolvimento de novos produtos/serviços. Ainda foram consideradas, aquisições de participações em outras empresas, que aumentassem a participação no mercado ou permitissem a entrada em um novo mercado.
12	Considerou-se o exercício atual, em relação aos anteriores.
13	Indicadores de rentabilidade margem EBITDA, margem líquida, margem bruta, retorno sobre ativo; (ROA) retorno sobre patrimônio líquido; (ROE); retorno sobre investimento; (ROI) e produtos da divisão entre lucros e receitas; Indicadores de liquidez: corrente, geral, seca e imediata; além dos citados, foram aceitos: dívida líquida, caixa líquido, endividamento líquido, disponibilidade líquida e posição financeira líquida. O EBITDA também aparece como LAJIDA, EBIT.
16	Receita líquida ou receita operacional líquida ou receita de vendas líquida
17	Capital circulante líquido como uma medida de liquidez corrente, por este ser a diferença entre ativos e passivos circulantes.

Fonte: Adaptado de Orsato (2020. p. 68 -69); Barbosa (2014); Barbosa, Scherer, Scarpin e Murcia, (2015).

Após respondidas as questões extraídas dos estudos de Barbosa (2014, p.p.63-64), Barbosa, Scherer, Scarpin e Murcia (2015, p.50), no intuito da obtenção do índice da qualidade da informação contábil, realizou-se a tabulação dos dados no *software Excel,* com a pontuação máxima de escala de 100, no qual a pontuação e pesos dão a origem ao valor do índice, que vai de 0 a 100. Os quais foram multiplicados pelas pontuações obtidas, conforme a equação (1) (Barbosa, 2014; Barbosa, Scherer, Scarpin & Murcia, 2015).

$$MQIC_x = \frac{\sum_{k=1}^{n} P_{xk} W_k}{\sum_{k=1}^{n} P_k W_k} \quad X\ 100 \qquad (1)$$

Em que:

MQICx é a Métrica de Qualidade da Informação Contábil da empresa x;

n é a quantidade de componentes k;

pxk é a pontuação p obtida pela empresa x no componente k;
wk é peso w do componente k;
pk é a pontuação p máxima do componente k.

3.4.2 Variáveis independentes

As variáveis independentes são os fatores explicativos da qualidade da informação contábil, evidenciados na literatura empírica nacional e internacional, como o tamanho da empresa, rentabilidade, endividamento, oportunidade de crescimento, internacionalização e auditoria. Ao utiliza-se a duas amostras simultaneamente acrescentou-se a variável tipo de empresa, considerado como características das empresas, capital aberto ou sociedades cooperativas.

3.4.2.1 Tipo de empresas

Constituiu-se a variável pelas caraterísticas das empresas, consideradas, nesse caso como, capital aberto e sociedade cooperativa. As empresas de capital aberto são as sociedades anônimas de capital aberto, listadas na [B]³ e as sociedades cooperativas, são as sociedades cooperativas agroindustriais. De modo que, Capital aberto ou sociedade cooperativa é uma característica da própria empresa e constituem atributos que podem explicar a qualidade da informação (Murcia, 2009).

Ademais, estudos de Schultz, Marques e Murcia (2012), Scherer, Munhoz e Roth (2014), Olszak et al. (2018), demonstraram indícios de que as variáveis, capital aberto ou fechado (sociedade cooperativa), influenciaram na divulgação das informações. Da mesma forma que tais resultados foram obtidos nos três estudos citados, o mesmo poderá ocorrer na presente pesquisa, em que a companhia tiver como atributo capital aberto, pode apresentar uma maior qualidade da informação, em relação a companhia que possui como atributo capital fechado (sociedade cooperativa).

Corroboram neste sentido, com o que Christensen, Lee, Walker e Zeng (2015) de que é normal que as empresas de capital aberto oferecerem uma maior qualidade da informação contábil, pelo fato das obrigatoriedades de divulgação colocadas a estás companhias, com esse tipo de característica e a consequente regulamentação

das normas influência no aumenta a qualidade da informação nos mercados de capitais.

A operacionalização dessa variável está ilustrada na equação (2).

$$TipEmp = Variável\ Dummy_{it} \quad (2)$$

TipEmpr = Sociedades anônimas de capital aberto e sociedades cooperativas

Variável *dummy* = valor 1 (um) se a empresa i da amostra do período t for sociedades anônimas de capital aberto e 0 (zero) se a empresa i da amostra for sociedades cooperativas.

3.4.2.2 Tamanho da empresa

O tamanho é uma característica própria de cada empresa e poderá identificar maior qualidade da informação contábil (Murcia, 2009). Estudos demonstraram que empresas maiores tendem a apresentar melhor qualidade da informação contábil em relação às companhias menores (Rover & Santos, 2014; Queiroz & de Almeida, 2017; Oliveira, 2019; Nardi, Amadi & da Silva, 2019; Brandalize, Flach & Sallaberry, 2021). Tais resultados são explicados pelo fato de que, as empresas maiores, por divulgar melhor qualidade da informação contábil, tendem a receber benefícios maiores (Murcia, 2009).

Tamanho é o logaritmo natural do valor contábil do ativo total no final do período (Mazzioni & Klann, 2016), conforme apresentado na equação 3.

$$Tam_{it} = Ln\ Ativo\ Total_{it} \quad (3)$$

Em que:

Tamit = tamanho da empresa i da amostra no período t

Ln = Logaritmos natural do ativo total da empresa i da amostra no período t.

3.4.2.3 Rentabilidade

A rentabilidade permite avaliar a representação de quanto a companhia obteve de lucro em relação aos seus investimentos (Silva, 2010). Com isso, as empresas com maior rentabilidade, tendem a apresentar uma qualidade mais elevada na divulgação

da informação contábil, pois o indicador de retorno sobre o investimento proporciona a interpretação das perspectivas financeiras positivas (Rufino & Monte, 2015).

Para a mensuração dessa variável foi utilizada a Rentabilidade do Patrimônio Líquido (ROE) para as sociedades anônimas de capital aberto (Matarazzo, 2017) e a Taxa de retorno médio sobre o capital Próprio (TRcp) para às sociedades cooperativas conforme (Zdanowicz, 2014), de acordo com a equação (4).

$$ROE_{it} = \frac{LL}{PLM} \quad \text{ou} \; TRcp_{it} = \frac{SOL}{PLM} \tag{4}$$

Em que,

ROE é aplicado para as sociedades anônimas de capital aberto e o TRcp às sociedades cooperativas.

ROEit= Rentabilidade do Patrimônio Líquido da empresa i da amostra no período t.

LL= Lucro Líquido

PLM= Patrimônio líquido médio

TRcpit= Taxa de retorno médio sobre o capital Próprio da cooperativa i da amostra no período t.

SOL= Sobra Operacional Líquida

PLM= Patrimônio líquido médio

3.4.2.4 Endividamento

Companhias com maiores níveis de endividamentos, tendem a divulgar uma melhor qualidade da informação e um volume maior de informação, pelo fato de serem monitoradas rigorosamente pelas instituições financeiras (Murcia, 2009). Isso faz com que, haja um ganho informacional na predição do valor de mercado das empresas (Marques, Silva Bicalho, Peixoto & Amaral, 2017). Por outro lado, o endividamento poderá influenciar negativamente na qualidade da informação, ao gerenciar os resultados, para evitar barreiras nos financiamentos junto as instituições financeiras (Moura et al., 2017).

A operacionalização dessa variável está ilustrada na equação 5.

$$Endiv_{it} = \frac{PO}{AT} \tag{5}$$

Endiv = endividamento da empresa i da amostra no período t.

PO = Passivo oneroso.

AT = Ativo Total

3.4.2.5 Oportunidade de crescimento

A oportunidade de crescimento poderá ser uma estratégica de decisão para divulgação da informação, em que a empresa opta por adotar um ótimo nível de disponibilidade das informações para o mercado, ou divulgar parcialmente as informações contábeis (Almeida, 2010). A escolha depende dos incentivos por parte dos gestores, e da necessidade de financiamentos da companhia, referentes aos investimentos necessários para o crescimento planejado, o que pode prejudicar a qualidade da informação contábil (Moura *et al*., 2017).

A operacionalização dessa variável está ilustrada na equação (6).

$$OC_{it} = \frac{Rec_{it} - Rec_{it-1}}{Rec_{it-1}} \quad (6)$$

Em que:

OCit = é a variação da receita operacional líquida dividida pela receita operacional líquida em t-1.

Recit = Receitas operacionais líquidas da empresa i da amostra no período t.

3.4.2.6 Auditoria efetiva

A auditoria possui a função de supervisionar o processo de elaboração dos relatórios financeiros nas empresas, monitorar e certificar a qualidade deles (Miko & Kamardin, 2015; Moura et al., 2017), falto esse que resulta positivamente na qualidade da informação contábil (Baioco & Almeida, 2017). Motivado pelo fato de que, os "[...] auditores fornecem credibilidade às informações na medida em que atestam que as demonstrações foram elaboradas de acordo com os princípios e normas contábeis" (Murcia, 2009, p.95).

Além do mais, há indícios que as empresas de auditoria, denominadas *big four*, tendem a oferecer um melhor serviço de auditoria, pelo fato de serem "empresas internacionais de grande porte, possuem maior risco de litígio do que empresas

menores” (Murcia, 2009, p.95). E Moura et al., (2017), demonstra que essas grandes empresas de auditoria, podem fornecer auditoria de qualidade superior no comparativo com auditores não big four.

A operacionalização dessa variável está ilustrada na equação (7).

$$Aud_{it} = Variável\ Dummy \quad (7)$$

Audit = auditoria da empresa i da amostra do período t.

Variável *dummy* = valor 1 (um) se a empresa i da amostra do período t for auditada por uma das Big Four (Pricewaterhouse Coopers, Deloitte Touche Tohmatsu, KPMG e Ernst & Young) e 0 (zero) se a empresa i da amostra for auditada por auditoria independente.

3.4.2.7 Internacionalização

A partir da Teoria Eclética da produção Rezende, Pereira e Penedo (2020) descrevem a internacionalização de uma empresa, como um processo que pode ocorrer por meio de exportação, licenciamento, investimento externo direto e implantação de subsidiárias ou aquisição e *joint venture.*

Há evidências de que a internacionalização influencia no aumento da qualidade da informação contábil (Moura et al., 2017). Uma vez que, as companhias passam por maiores exigências regulamentadas, além da pressão exercida pelo mercado, em divulgar relatórios financeiros, adotado da qualidade da informação, em relação às empresas que atendem os seus respectivos países (Meek, Roberts & Gray ,1995; De-Múrcia, 2009).

Sobre a mensuração da internacionalização, a literatura disponibiliza vários índices. No entanto, nessa pesquisa será utilizada como variável dummy, semelhantes ao estudo de Moura et al. (2017). Para a identificação da internacionalização das sociedades cooperativas e sociedades anônimas de capital aberto, considerou-se os itens colocados por Rezende, Pereira e Penedo (2020)

A operacionalização dessa variável está ilustrada na equação (8).

$$Inter_{it} = Variável\ Dummy \quad (8)$$

Inter = Internacionalização da empresa i da amostra do período t.

Variável *dummy* = valor 1 (um) se a empresa i da amostra do período t, registrou eventos realizados para o exterior ou possui atividade econômico no exterior; 0 (zero) se a empresa i da amostra do período t não registrou eventos realizados para o exterior e nem possui atividade econômico no exterior.

Na Figura 9 é apresenta uma síntese da operacionalidade das variáveis utilizadas na da pesquisa.

Figura 9. Síntese da operacionalização das variáveis da pesquisa

Variável	Classificação	Sigla	Definição operacional	Fórmula de mensuração	Autores	Sinal
Qualidade da informação contábil	Dependente	MQIC	Verificar a existência da informação pelos itens da MQIC	$MQIC_x = \frac{\sum_{k=1}^{n} P_{xk} w_k}{\sum_{k=1}^{n} P_k w_k} \quad X\ 100$	Barbosa (2014). Barbosa, Scherer, Scarpin e Murcia (2015).	
Tipo de empresa	Independente	S. A	Dummy	1		(+)
		S.C		0		
Tamanho da empresa		Tam	Verificar o tamanho das S.A e S.C	$T_{it} = Ln\ Ativo\ Total_{it}$	Múrcia (2009).	(+)
Rentabilidade		Rent	Verificar o retorno do investimento, ROE das S.A e o TRcp das S.C	$ROE = \frac{LL}{PLM} \quad ou \quad TRcp = \frac{SOL}{PLM}$	Matarazzo (2017) Zdanowicz (2014) Rufino & Monte (2015)	(+)
Endividamento		Endiv	Verificar o endividamento das S.A e S.C	$Endiv_{it} = \frac{PO}{AT}$	Múrcia (2009); Moura et al. (2017).	(+)
Oportunidade de crescimento		OC	Verificar o crescimento percentual das receitas operacional da S.A e S.C	$OC_{it} = \frac{Rec_{it} - Rec_{it-1}}{Rec_{it-1}}$	Moura et al. (2017). Almeida (2010).	(+)
Auditoria efetiva		Aud	Verificar a existência da auditoria da Big Four.	0 = Não 1= Sim	Múrcia (2009); Moura et al. (2017)	(+)
Internacionalização		Itern.	Verificar a existência de internacionalidade.	0 = Não 1= Sim	Moura et al. (2017), Rezende, Pereira e Penedo (2020)	(+)

Fonte: Dados da pesquisa

Sendo assim, foram formulados os seguintes modelos econométricos para o estudo.

O modelo econométrico 1, representado na equação 9, como modelo de dados em painel de efeito fixo, aplicado, tanto nos conjuntos de dados das Sociedades Anônimas de Capital aberto, quanto no conjunto de dados das Sociedades cooperativas, de maneira separada.

$$MQICx = \beta_0 + \beta_1\, Tam_{it} + \beta_2 Rent_{it} + \beta_3\, Endiv_{it} + \beta_4 OC_{it} + \beta_5 Inter_{it} + \beta_7 Aud_{it} + \mu \quad (9)$$

Em que:

MQICx **=** Métrica de Qualidade da Informação Contábil da empresa x

Tam$_{it}$ **=** Tamanho da empresa na data t.

Rent$_{it}$= Rentabilidade na data t

Endiv $_{it}$ = Endividamento na data t

OC$_{it}$ = Oportunidade de crescimento na data t

Intern$_{it}$ = Internacionalização na data t

Aud$_{it}$ = Auditoria na data t

μ = erro

O modelo econométrico 2, representado na equação 10, como modelo em painel de efeito aleatório, aplicado nos conjuntos das amostras, ao mesmo tempo. Para isso, considerou-se a variável tipo de empresa.

$$\widehat{MQICx} = \overline{\beta_0} + \beta_1\, TipEmpr_{it} + \beta_2\, Tam_{it} + \beta_3 Rent_{it} + \beta_4\, Endiv_{it} + \beta_5 OC_{it} + \beta_6 Inter_{it} + \beta_8 aud_{it} + \mu \quad (10)$$

Em que:

MQICx **=** Métrica de Qualidade da Informação Contábil da empresa x

TipEmp$_i$**=** variável *dummy*, que assume o valor 1 (um) se a empresa *i* da amostra for de capital aberto e 0 (zero) se a empresa *i* da amostra for de capital fechado;

Tam$_{it}$ **=** Tamanho da empresa na data t.

Rent$_{it}$= Rentabilidade na data t

Endiv $_{it}$ = Endividamento na data t

OC$_{it}$ = Oportunidade de crescimento na data t

Intern$_{it}$ = Internacionalização na data t

Aud_{it} = Auditoria na data t

μ = erro

3.5 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise de dados será operacionalizada pelo Modelo de Longitudinal de regressão para dados em painel. A escolher deu-se em razão de tal modelo permitir análise dos dados em vários períodos (Fávero & Belfiore, 2017), e realizar “corte transversal como de série temporal” (Wooldridge, 2016. P.493). A vantagem em usar esse modelo, [...] “consiste em possibilitar ao pesquisador o estudo das diferenças existentes em determinado fenômeno entre indivíduos em cada *cross-section,* além de permitir a análise da evolução temporal desde mesmo fenômeno para cada indivíduo” (Fávero & Belfiore, 2017.p 793).

Portanto, o Modelo Longitudinal de regressão permite analisar as 10 cooperativas agroindustriais da Região Sul do Brasil e oito empresas de capital da amostra, tanto forma separada, quanto conjuntamente, ao longo do tempo. Nesta pesquisa, os períodos propostos são de 2015 a 2020, de modo que, a análise em dados em painel, proporciona verificar os fatores que evidenciam a qualidade da informação contábil, nas sociedades cooperativas e nas sociedades anônimas de capital aberto, do segmento de alimento do consumo humano. E assim, permite a observação das diferenças entre as empresas de capital aberto e cooperativas com uma maior quantidade de informação, o que ajuda na profundidade das análises dos dados.

Além disso, “[...]confere maior a variabilidade aos dados [...]”, o qual “[...] pode contribuir para a redução da multicolinearidade eventualmente existente entre as variáveis” (Fávero & Belfiore, 2017.p 792). Corroboram com Gujarati e Porter (2011.p.584) em que, os dados em painel oferecem “dados mais informativos, maior variabilidade, menos colinearidade entre variáveis, mais graus de liberdade e mais eficiência”.

Para essa pesquisa escolheu-se o Modelo longitudinal linear de regressão para dados em painel, porque a variável dependente é quantitativa. Conforme colocado por Fávero e Belfiore (2017, p.797), “[...] uma variável dependente quantitativa, faz sentido a estimação de modelos longitudinais lineares de regressão.” A principal finalidade do estudo é verificar o comportamento de determinada variável dependente quantitativa

(Y), “que representa o fenômeno de interesse, com base no comportamento de variáveis explicativas” (Fávero & Belfiore, 2017, p.792).

Nesta pesquisa, o fenômeno de interesse é a qualidade da informação contábil, com base no comportamento dos fatores explicativos, que explicam a qualidade da informação contábil das sociedades cooperativas e sociedades anônimas de capital aberto do segmento de alimento do consumo humano.

Fávero e Belfiore (2017) colocam que o modelo de longitudinais de regressão para dados em painel, poderá ser curto (quantidade de indivíduos superior a quantidade de períodos) ou longo (quantidade de períodos superior a quantidade de indivíduos). Portanto, conforme a colocação dos autores, nesta pesquisa será usado Dados em Painel Curto, pelo fato de a quantidade de empresas da amostra, ser superior à quantidade do período, ou seja, são oito empresas de capital aberto e dez cooperativas, considerado o período de seis anos de análise.

Gujarati e Porter (2011) descrevem que a disposição dos dados em Painel, pode ser de modo balanceado ou desbalanceado. O “painel é dito balanceado se cada unidade de corte transversal (empresas, indivíduos etc.) em o mesmo número de observações. Se cada unidade tiver um número diferente de observações, teremos um painel desbalanceado” (Gujarati & Porter (2011, p.585). Diante da descrição dos autores, esse estudo trata como Dados em Painel Balanceado, pois, as empresas da amostra apresentam o mesmo número de observações no decorrer do período, ou seja, o estudo possui dados de todas as variáveis no período de 2015 a 2020, tanto para as sociedades cooperativas agroindustriais, quanto às sociedades anônimas de capital aberto, do segmento de alimento de consumo humano.

O modelo de longitudinal de regressão para dados em painel curto, “considera a base de dados sendo uma grande *cross-section* e, por meio de método de mínimos quadrado ordinários [...], que estima o parâmetro do modelo proposto” (Fávero & Belfiore, 2017, p.797).

Gujarati e Porter (2011) colocam que existem quatro possibilidade de Modelo em dados em Painel para serem testados, os quais estão descritos na Figura 10.

Figura 10. Modelos em dados de painel

Modelos	Descrição
Modelo MQO para dados empilhados (*pooled data).*	Empilha todas as observações e estima uma regressão “grande”, desprezando a natureza de corte transversal e de séries temporais de nossos dados.
Modelo de mínimos quadrados com variáveis dummies para efeitos fixos (MQVD)	Combina todas as observações, mas deixa que cada unidade de corte transversal (empresa aérea) tenha sua própria variável dummy (intercepto).
Modelo de efeitos fixos dentro de um grupo *(fixed effects within-grup model*)	Combina todas as observações, mas para cada empresa aérea expressa cada variável como um desvio de seu valor médio e, então, estima uma regressão de MQO contra esses valores corrigidos para a média.
Modelo de efeitos aleatórios (MEA).	Ao contrário do modelo MQVD, em que permite que cada empresa aérea tenha seu próprio valor de intercepto, pressupõe que os valores de intercepto sejam extraídos aleatoriamente de uma população bem maior de empresas aéreas.

Fonte: Adaptado de Gujarati e Porter (2011, pp. 589 - 590).

A escolha desses modelos colocados por Gujarati e Porter (2011) demonstrado na Figura 10, depende da amostra dos dados e a aplicação do teste de Chow para os três primeiros modelos colocados na Figura 10 e o teste de Hausman para a definição entre o Efeito Fixo ou Efeito aleatório. De acordo com os resultados desses testes propostos, define-se o melhor modelo para a pesquisa.

Os testes estatísticos e a análise da regressão com dados em painel serão realizados com auxílio do *software Stata 12.0* ®.

3.6 PROTOCOLO DE ANÁLISE

Os testes estatísticos aplicados para a obtenção dos resultados estão especificados na Tabela 7.

Tabela 7. Protocolo de Análise dos Dados

Aspecto verificado	Teste aplicado
Estatísticas descritivas das variáveis	Média, mediana, desvio-padrão, valores máximo e mínimo
Normalidade das distribuições	Teste de Márdia para simetria e achatamento
Diagnóstico de linearidade	Matriz de correlações
Verificação e remoção de outliers	Teste Hadi
Estimação de dados em painel	Modelos POLS, efeitos fixos e efeitos aleatórios
Diagnóstico de dados em painel	Testes de Chow, Hausman e LM de Breush-Pagan
Dados em Painel	Regressões por MQO com efeito fixo e aleatório
Normalidade dos resíduos	Testes de Kolmogorov-Smirnov
Diagnóstico de autocorrelação	Teste de Wooldridge
Diagnóstico de heterocedasticidade	Teste de Wald ou Teste *White*
Multicolinearidade	Teste fator de inflação de variância (VIF)

Fonte: Gujarati e Porter (2011), Wooldridge (2016) e Fávero e Belfiore (2017).

Como o estudo possui duas amostras, uma das sociedades cooperativas e outra das sociedades anônimas de capital, inicialmente aplicou-se os referidos testes de maneira separada, para apresentar os resultados de ambas as empresas de maneira separada e comparativa. Para isso, considerou-se a variável dependente, a MQIC e como variável independente, o tamanho da empresa, rentabilidade, endividamento, oportunidade de crescimento, internacionalização e auditoria, como variáveis explicativas de qualidade da informação contábil divulgadas pelas referidas companhias.

Em seguida aplicou-se os testes nas duas amostras conjuntamente, para isso, considerou-se a variável dependente, a MQIC e como variável independente, tipo de empresas, o tamanho da empresa, rentabilidade, endividamento, oportunidade de crescimento, internacionalização e auditoria.

Para todos os testes considerou-se o p-valor < 0,05 de significância e seguiu-se como referência na aplicação dos testes estatísticos, os autores Fávero e Belfiore (2017).

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os valores dos resultados estão apresentados de maneira separada e conjuntamente.

A forma separada, permite observar e comparar os valores dos resultados da MQIC das sociedades anônimas de capital aberto e das sociedades cooperativas, na sua particularidade, bem como, os fatores, o tamanho da empresa, rentabilidade, endividamento, oportunidade de crescimento, internacionalização e auditoria, que evidenciam uma maior qualidade da informação contábil em ambas as sociedades econômicas.

Na análise conjunta dos dados, considerou-se os dois conjuntos de dados das amostras simultaneamente. No intuito de obter os resultados sobre a qualidade da informação contábil e verificar os fatores, como: tipo empresa, tamanho da empresa, rentabilidade, endividamento, oportunidade de crescimento, internacionalização e auditoria realizadas pelas Big Four, evidenciam uma maior qualidade da informação contábil do segmento de alimentos do consumo humano. Para essa etapa da análise foi acrescentada como variável independente tipo de empresa, considerado como uma característica (Sociedade Anônimas de capital aberto e Sociedade Cooperativas) das companhias. Ou seja, o fato de a empresa apresentar como característica capital aberto ou ser uma cooperativa, os fatores evidenciam uma maior qualidade da informação contábil ou não.

Diante do esboço, ponderou-se dois momentos na apresentação da descrição e análise dos resultados.

Inicialmente, expôs os valores dos resultados da mensuração da qualidade da informação contábil das sociedades cooperativas e das sociedades anônimas de capital aberto, do segmento de alimento de consumo humano. Em função disso, demonstrou-se as médias gerais obtidas para cada uma das características qualitativas mencionadas pela MQIC, tanto das sociedades anônimas de capital aberto, quanto das sociedades cooperativas. Seguido da estatística descritivas da MQIC por característica qualitativa nas sociedades anônimas de capital aberto e nas sociedades cooperativas, tanto de forma separada, quanto conjuntamente.

Em complemento nos resultados da mensuração da qualidade da informação contábil, por características qualitativas, apresentou-se os valores do resultado da

MQIC, considerado a média geral da pontuação total obtida, por empresa e período, bem como o tamanho das empresas e cooperativas.

No segundo momento, considerou-se os fatores que evidenciam uma maior qualidade da informação contábil, mencionada pela literatura empírica. Para tal, explanou-se o resultado e a análise da estatística descritiva das variáveis não binárias, frequência das variáveis binárias, bem como, os resultados obtidos nos seguintes testes: normalidade das distribuições, verificação de outliers, correlações entre as variáveis e multicolinearidade. Bem como, os resultados da estimação dos dados em painel do modelo *Pooled* com erros-padrão robusto (POLSrob), efeitos fixos e efeitos aleatórios, para verificar o modelo válido para os conjuntos de dados da amostra das Sociedades Anônimas de Capital Aberto e Sociedades Cooperativas de tanto na forma separada, quanto conjuntamente.

Em seguida, realizou-se os testes de Chow, LM de Breush-Pagan e Hausman para o diagnóstico da estimação de dados em painel. Salienta-se que o Teste Chow define entre os modelos Pooled (POLS) e o efeitos fixos, Teste LM de Breush-Pagan define entre o POLS e o Efeitos Aleatórios e o Teste de Hausman decide entre o modelo de efeitos fixos e efeitos aleatórios (Gujarati & Porter, 2011; Wooldridge, 2016), ou seja, os referidos testes definem o modelo adequado para os conjuntos das amostras da pesquisa.

Finalizado com os resultados das regressões de dados em painel de efeitos fixos, como o modelo adequado para ambos os conjuntos das amostras de forma separada e efeitos aleatórios como modelo adequado para os conjuntos de dados das duas amostras, utilizada simultaneamente. Além disso, apresentou-se a normalidade dos resíduos e o diagnóstico de heterocedasticidade das sociedades anônimas de capital aberto e as sociedades cooperativas, tanto de forma separada, quanto conjuntamente.

4.1 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISE DA MENSURAÇÃO DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A referida seção apresenta-se o resultado e análise do objetivo específico da pesquisa, o qual é, mensurar a qualidade da informação contábil das sociedades cooperativas e das sociedades anônimas de capital aberto, do segmento de alimento

de consumo humano. Salienta-se que qualidade da informação contábil é variável dependente desta pesquisa.

A mensuração foi realizada pela métrica de qualidade da informação contábil, construída por Barbosa (2014, p.p.63-64); Barbosa, Scherer, Scarpin e Murcia (2015, p.50), atende as caraterísticas qualitativas fundamentais, considerada como, a relevância e representação fidedigna, e, também contempla a comparabilidade, como um dos atributos de melhoria na utilidade da informação contábil. Para isso, a Tabela 08 demonstra as médias gerais obtidas para cada uma das características qualitativas mencionadas pela MQIC, tanto das sociedades anônimas de capital aberto, quanto das sociedades cooperativas.

Tabela 8. Médias gerais de MQIC por característica qualitativa

Métrica da Qualidade da informação Contábil (MQIC)			
Empresas/ Característica qualitativa	**Representação fidedigna***	**Relevância****	**Comparabilidade*****
Sociedades anônimas de capital aberto			
BRF S.A.	0,15	0,31	0,41
CONSERVAS ODERICH S.A.	0,00	0,24	0,36
EXCELSIOR ALIMENTOS S.A.	0,06	0,25	0,36
JBS S.A.	0,14	0,28	0,40
J. MACEDO S.A.	0,07	0,28	0,41
JOSAPAR-JOAQUIM OLIVEIRA S.A.	0,03	0,25	0,41
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.	0,13	0,36	0,41
M.DIAS BRANCO S.A. IND COM DE ALIMENTOS S. A	0,14	0,25	0,40
Sociedades cooperativas			
CAMNPAL	0,04	0,19	0,13
CASTROLANDA	0,04	0,40	0,45
COAMO	0,04	0,24	0,39
COPACOL	0,04	0,30	0,16
COPAGRIL	0,04	0,40	0,18
COOPERALFA	0,04	0,30	0,28
C.VALE	0,04	0,36	0,18
FRÍSIA	0,04	0,36	0,33
LAR	0,05	0,37	0,26
UNITA	0,04	0,36	0,13

Nota: No índice de Barbosa (2014) e de Barbosa, Scherer, Scarpin e Murcia (2015), as pontuações máximas atribuídas às características são de 0,16*, 0,40** e 0,45***, considerando-se o arredondamento dos valores.

Fonte: Dados da pesquisa, 2021

Ao analisar os resultados da Tabela 08, considera-se que o índice de Barbosa (2014) e de Barbosa, Scherer, Scarpin e Murcia (2015), as pontuações máximas atribuídas às características qualitativas são de 0,16 a representação fidedigna, 0,40 a relevância e 0,45 a comparabilidade.

Na representação fidedigna, a empresa BRF S.A. alcançou 93,8% da pontuação máxima atribuída, sido a maior pontuação em relação as demais companhias. Seguida das empresas M. Dias Branco S.A. Ind Com De Alimentos S.A com 89,2%, JBS S.A com 87,5% e Marfrig Global Foods S.A. com 79,4% da pontuação máxima atribuída a essa característica. Já as empresas, Excelsior Alimentos S.A., J. Macedo S.A., Josapar-Joaquim Oliveira S.A. pontuaram abaixo de 45% da pontuação máxima atribuída a essa característica, e a Conservas Oderich S.A. não pontou.

Para a relevância da informação contábil a empresa Marfrig Global Foods S.A. apresentou 89,6% de pontuação máxima atribuída, sido a maior pontuação em relação as demais empresas da pesquisa. Já as demais empresas da pesquisa pontuaram entre 61% e 77%. E no que abrange a comparabilidade da informação contábil, as empresas apresentaram entre 80% e 90% da pontuação máxima atribuída, à essa característica de melhoria da qualidade da informação contábil.

Ao trata-se das sociedades cooperativas, os valores dos resultados foram os seguintes.

Na representação fidedigna todas as cooperativas apresentaram abaixo de 31% da pontuação atribuída, o que poderá ser justificado, pelo fato que a MQIC foi elaborada para empresas de capital aberto ou outros possíveis fatores.

Para a relevância da informação contábil as cooperativas CASTROLANDA e a COPAGRIL alcançaram a pontuação máxima atribuída a essa característica. Já a cooperativa LAR apresentou 92%, as cooperativas C-VALE, FRÍSIA e a UNITA abrangeram 89%, a COPACOL e a COOPERALFA 74%, a COAMO 60% e a CAMNPAL 48%.

No entanto, na comparabilidade da informação contábil a CASTROLANDA obteve a pontuação máxima atribuída a essa característica de melhoria. Já a pontuação foi de, 86% a COAMO, 72% a FRÍSIA, 61% a COOPERALFA, 57% a LAR. E as cooperativas, CAMNPAL, COPACOL, COPAGRIL, C. VALE e UNITA, apresentaram uma pontuação entre 29% e 39%, ou seja, ficaram abaixo de 50% na

pontuação máxima atribuída a essa característica de melhoria da qualidade da informação contábil.

A partir dos resultados apresentados pelas cooperativas, entende-se que as informações constantes nos relatórios financeiros analisadas carecem de representação fidedigna, a qual obteve médias baixas de 31% em comparação com a pontuação máxima atribuída a essa característica de melhoria da qualidade da informação contábil.

Salienta-se que as porcentagens descritas, tanta nas empresas S.A, quanto nas cooperativas, referem-se à pontuação obtida em relação a pontuação máxima atribuída, ou seja, é a porcentagem alcançada pelas referidas empresas e cooperativas em cada característica mencionada pela MQIC, demonstrada na Tabela 08.

Ao comparar as sociedades anônimas de capital aberto e as sociedades cooperativas, percebe-se que a maioria das empresas S.A obtiveram a maior pontuação atribuída, na comparabilidade e na relevância das informações contábeis e as cooperativas apresentaram as maiores pontuações na relevância e na comparabilidade da informação contábil.

Vale destacar que a cooperativa CASTROLANDA obteve a pontuação máxima atribuída, tanto na relevância da informação contábil, quanto na comparabilidade da informação contábil. Já a cooperativa COPAGRIL atingiu a pontuação máxima atribuída para relevância da informação contábil. Por outro lado, nenhuma das empresas S.A obteve a pontuação máxima para a representação fidedigna, relevância e comparabilidade da informação contábil, mas obtiveram uma pontuação entre 61% e 89% na relevância e na comparabilidade pontuaram entre 80% e 90%.

Em termos gerais dos valores obtidos, a Tabela 09 apresenta as estatísticas descritivas da MQIC por característica qualitativa, considerado as pontuações máximas atribuídas às características são de 0,16 a representação fidedigna, 0,40 a relevância e 0,45 a comparabilidade, conforme o índice de Barbosa (2014) e de Barbosa, Scherer, Scarpin e Murcia (2015).

Tabela 9. Estatística descritiva da MQIC por característica qualitativa

Estatística	Representação fidedigna*	Relevância**	Comparabilidade***
Sociedades anônimas de capital aberto			
Observação	48	48	48
Média	0,09	0,28	0,39
Mediana	0,09	0,25	0,41
Desv. Padrão	0,01	0,01	0,00
máximo	0,16	0,40	0,41
mínimo	0,00	0,24	0,36
Sociedades cooperativas			
Observação	60	60	60
Média	0,04	0,33	0,25
Mediana	0,04	0,36	0,18
Desv. Padrão	0,00	0,01	0,02
máximo.	0,07	0,40	0,45
mínimo	0,04	0,17	0,09
Sociedades anônimas de capital aberto e sociedades cooperativas			
Observação	108	108	108
Média	0,06	0,30	0,31
Mediana	0,04	0,29	0,36
Desv. Padrão	0,00	0,01	0,01
máximo	0,16	0,40	0,45
mínimo	0,00	0,17	0,09

Nota: No índice de Barbosa (2014) e de Barbosa, Scherer, Scarpin e Murcia (2015), as pontuações máximas atribuídas às características são de 0,16*, 0,40** e 0,45***, considerando-se o arredondamento dos valores.

Fonte: Dados da pesquisa, 2021

Conforme os resultados da tabela 09 as sociedades anônimas de capital aberto pontuaram na média geral nas características qualitativas de 0,09 a representação fidedigna, 0,28 a relevância e 0,39 a comparabilidade. As sociedades cooperativas obtiveram a média geral nas características qualitativas de 0,06 a representação fidedigna, 0,30 a relevância e 0,31 a comparabilidade.

Tanto as sociedades anônimas de capital aberto, quanto as sociedades cooperativas apresentaram valores muito próximos para as médias e medianas, com um leve desvio-padrão para a representação fidedigna, relevância e comparabilidade.

No entanto, nas sociedades anônimas de capital aberto os valores máximos e mínimos estão relativamente diferenciados na representação fidedigna, levemente próximo na relevância e próximo na comparabilidade. O que indica que as empresas privilegiam a comparabilidade das informações contábeis, seguido a relevância, mas necessitam de uma maior atenção na representação fidedigna, como uma das características fundamentais nos relatórios financeiros divulgados, para atender os seus usuários da informação contábil na tomada de decisão.

Já nas sociedades cooperativas a representação fidedigna apresentou valores próximos entre o máximo e mínimo, mas relativamente baixo em comparação a pontuação atribuída a essa característica, o que demonstra que as cooperativas ao divulgarem, seus relatórios financeiros publicamente, necessitam de uma maior atenção a essa característica de acordo com o índice de Barbosa (2014) e de Barbosa, Scherer, Scarpin e Murcia (2015). Por outro lado, o valor máximo e mínimo da relevância e comparabilidade estão relativamente distantes, o que demonstra oscilações, mas em geral, a maioria das cooperativas privilegiam a relevância e a comparabilidade nos relatórios contábeis.

Ao comparar os valores dos resultados por características qualitativas, percebe-se as sociedades anônimas de capital aberto privilegiam a comparabilidade e seguido da relevância da informação contábil, quanto às sociedades cooperativas priorizam a relevância e seguido da comparabilidade da informação contábil, mas ambas necessitam de uma atenção na representação fidedigna da informação contábil para contribuir na tomada de decisão dos seus usuários.

Ao trata-se dos resultados conjuntamente, com o intuito de observar o segmento do setor alimentício do consumo humano, os dados apresentaram valores muito próximos para as médias e medianas, com um leve desvio-padrão na representação fidedigna, relevância e comparabilidade, apesar dos valores máximo e mínimo serem relativamente diferenciados. Os referidos resultados indicam numa maneira geral o segmento do setor alimentício do consumo humano, ao divulgarem, seus relatórios financeiros publicamente, necessitam de uma maior atenção na representação fidedigna de acordo com o índice de Barbosa (2014) e de Barbosa, Scherer, Scarpin e Murcia (2015)

Diante dos resultados descritos conforme, os dados apresentados nas tabelas 8 e 9, retomar alguns pontos dos achados observados, sobre relevância, representação fidedigna e a comparabilidade da informação contábil.

O fato de as sociedades anônimas de capital aberto privilegiarem a comparabilidade dos relatórios contábeis, seguido da relevância e a representação fidedigna, vem ao encontro dos achados no estudo de Ribeiro, Carmo, Fávero e Carvalho (2016), os quais evidenciaram que, o após adoção das normas contábeis, os relatórios financeiros das empresas brasileira analisadas obtiveram um ganho significativo em termos de comparabilidade. E Ross, Shi e Xie (2019) demonstraram que a práticas de padrões contábeis e empresa maiores apresentam uma maior

comparabilidade nas informações contábeis. Portanto conforme, os achados de Ribeiro, Carmo, Fávero e Carvalho (2016) e Ross, Shi e Xie (2019), as sociedades anônimas de capital, tende a oferece relatórios financeiros adotado da comparabilidade.

Ao mencionar que as sociedades cooperativas priorizam a relevância, seguido da comparabilidade e representação fidedigna, o que vem ao encontro com que Yurisandi & Puspitasari (2015) que constataram, que a relevância e comparabilidade dos referidos relatórios, aumentaram, após a adoção das IFRS. Por outro lado, os autores observaram, que o nível de representação fidedigna apresentou uma tendência de queda. E Krismiaji, Aryani e Suhardjanto (2016) evidenciaram aumento da relevância da informação contábil após a adoção da IFRS. Portanto, conforme os achados de Yurisandi & Puspitasari (2015) e Krismiaji, Aryani e Suhardjanto (2016) e os resultados das sociedades cooperativas, há um leve indício, preliminar, que as sociedades cooperativas ao considerar as características qualitativas fundamentais e de melhoria da qualidade da informação contábil, em seus relatórios contábeis, estão observando como exemplo, a divulgação dos relatórios contábeis das empresas fora do Brasil e que seguem a IRFS, para realizarem os seus relatórios financeiros. Essa observação nos relatórios contábeis, divulgados por empresas fora do Brasil, por parte das sociedades cooperativas, poderá estar acontecendo, pelo fato, de que 70% das sociedades cooperativas da amostra realizaram exportações para esses países.

Conclui-se preliminarmente, que a divulgação dos relatórios contábeis adotado de relevância e comparabilidade e com pouca representação fidedigna, pode estar atrelado as exigências dos clientes internacionais, como um dos usuários das informações contábeis das sociedades cooperativas. Ou, pode ser por parte das sociedades cooperativas entenderem que qualidade da informação contábil adotada de características qualitativas, contribui no desenvolvimento dos seus negócios, o que vem ao encontro, do que é mencionado por Obaidat (2007) a importância das características qualitativas nos relatórios contábeis, é para o desenvolvimento da atividade econômica.

Ao comparar as sociedades anônimas de capital aberto e as sociedades cooperativas, percebe-se que a maioria das empresas obtiveram a maior porcentagem da pontuação atribuída, na comparabilidade, seguido a relevância e a representação fidedigna, observa-se que representação fidedigna apresentou a porcentagem mais baixa da pontuação atribuída, em relação as demais característica

da MQIC, mas alcançou uma pontuação acima de 50% as informações contábeis. Porém, as cooperativas apresentaram as maiores pontuações na relevância e na comparabilidade da informação contábil, quanto a representação foi abaixo de 31% da pontuação atribuída.

O que chama atenção, numa maneira geral, nos resultados da mensuração da MQIC, é como as sociedades anônimas de capital aberto e as sociedades cooperativas pontuaram em cada característica qualitativa. Considerado em termos gerais, as sociedades anônimas de capital aberto alcançaram 56% na representação fidedigna, 70% na relevância e 86% na comparabilidade. E as sociedades cooperativas obtiveram 25% na representação fidedigna, 82% na relevância e 55% na comparabilidade. O que se observa aqui, não é porcentagem alcançada em cada característica, mas a ordem e as diferenças de pontuação obtida entre as características.

Diante, destes dados gerais, retoma alguns pontos da literatura, mencionada no referencial teórico.

A relevância é uma das qualidades primária na contabilidade (FASB,1980), torna útil a informação contábil na tomada de decisão dos seus usuários (Schroeder, Clark, & Cathey, 2019), demonstra a realidade econômica da atividade (Lopes & Martins, 2017). Possui a capacidade de fazer diferença na tomada de decisão, realizada pelos seus usuários (Kam, 1990; CPC 00_R2, 2019; Gelbcke, Santos, Iudícibus & Martins, 2018), para isso, deve apresentar os dados como medidas ou descrições dos eventos contábeis e ser inédita, para informação, ter a característica de surpresa (Hendriksen & Van Breda, 1999).

A representação fidedigna compreende a confiabilidade da informação contábil como duas maneiras conjuntas: a) a medida de mensuração deve assegurar a relevância da informação; e b) a realidade econômica retratada necessita apresentar-se como completa, neutra e livre de erro (Kam,1990; CPC 00_R2, 2019).

Sobre o aspecto da mensuração assegurar a relevância da informação (Kam,1990). Cho, Kim e Lim (2010) esclarece que, tanto a relevância como a representação fidedigna são características qualitativas fundamentais interligadas e dependentes uma da outra. São propriedades da informação contábil no contexto do fenômeno econômico escolhido, para gerar e oferecer as informações úteis para a tomada de decisão, contudo, com papéis distintos no que diz a respeito na sua aplicabilidade (Cho, Kim, & Lim, 2010). Assim, a relevância faz conexão entre o

fenômeno econômico à decisão, detectando qual o fenômeno econômico que carece ser retratado nos relatórios financeiros, enquanto a representação fidedigna aborda a maneira pela qual fenômeno econômico retrato, vai ser apresentado, da forma como existiu, os números e descrições dos fatos contábeis (Obaidat, 2007; Cho, Kim & Lim, 2010).

A comparabilidade está intrínseca na representação fidedigna, pois, ao representar o fenômeno econômico relevante, deve oferecer o grau de comparabilidade (CPC 00_R2, 2019), dos eventos passados, de período em período, bem como ao longo tempo (Obaidat, 2007). Para que, dessa forma, possa auxiliar os investidores, credores, administradores na análise da realidade econômica e financeira da empresa, no processo decisório de escolha dos ativos a serem investidos ou na alocação dos seus recursos e no julgamento das informações contábeis (Barth, 2013; Unuigbokhai & Ohenhen, 2014; Ribeiro, Carmo, Fávero, & Carvalho, 2016).

De maneira resumida, a relevância da qualidade da informação contábil torna-se útil a tomada de decisão dos seus usuários (Schroeder, Clark, & Cathey, 2019) e demonstrar a realidade econômica da atividade (Lopes & Martins, 2017). A relevância e representação fidedigna, são características qualitativas fundamentais interligadas e dependentes uma da outra (Cho, Kim, & Lim, 2010). Pois, a relevância faz conexão entre o fenômeno econômico à decisão, detectando qual o fenômeno econômico que carece ser retratado nos relatórios financeiros, enquanto a representação fidedigna aborda a maneira pela qual fenômeno econômico retrato, vai ser apresentado, da forma como existiu, os números e descrições dos fatos contábeis (Obaidat, 2007; Cho, Kim & Lim, 2010). Já, a comparabilidade está intrínseca na representação fidedigna, pois, ao representar o fenômeno econômico relevante, deve oferecer o grau de comparabilidade (CPC 00_R2, 2019), dos eventos passados, de período em período, bem como ao longo tempo (Obaidat, 2007).

Portanto, ao retomar os resultados em termos gerais, em consonância com a literatura, observa-se preliminarmente indícios de uma certa lacuna, entre a teoria empírica e a aplicabilidade das características qualitativas fundamentais e de melhoria nos relatórios financeiros, tanto as sociedades anônimas de capital aberto, quanto as sociedades cooperativas. Ou seja, conforme a literatura os valores dos resultados da mensuração da MQIC, deveriam obter porcentagem na pontuação atribuídas de cada característica qualitativa, igual ou próxima, que não foi o caso dessa pesquisa.

Em complemento nos resultados da mensuração da qualidade da informação contábil, por características qualitativas, apresentou-se os valores do resultado da MQIC, considerado a média geral da pontuação total obtida, por empresa e período, bem como o tamanho das empresas e cooperativas

A Tabela 10 demonstra o valor obtido pela aplicação da Métrica da qualidade da informação contábil por empresa, bem como a média da qualidade da informação, tanto para as sociedades anônimas de capital aberto, quanto para as Sociedades Cooperativas.

Tabela 10. Resultado da métrica da qualidade da informação contábil

Métrica da Qualidade da informação Contábil							
Empresas/Ano	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**Média**
Sociedades anônimas de capital aberto							
BRF S.A.	0,84	0,84	0,84	0,84	0,84	0,95	0,86
CONSERVAS ODERICH S.A.	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60
EXCELSIOR ALIMENTOS S.A.	0,68	0,68	0,68	0,64	0,64	0,64	0,66
JBS S.A.	**0,84**	**0,84**	**0,84**	**0,84**	**0,81**	**0,81**	**0,83**
J. MACEDO S.A.	0,72	0,76	0,76	0,76	0,76	0,72	0,75
JOSAPAR-JOAQUIM OLIVEIRA S.A.	0,69	0,69	0,69	0,69	0,65	0,65	0,68
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.	**0,95**	**0,92**	**0,92**	**0,92**	**0,81**	**0,81**	**0,89**
M.DIAS BRANCO S.A. IND COM DE ALIMENTOS	0,72	0,80	0,80	0,80	0,76	0,80	0,78
Sociedades cooperativas							
CAMNPAL	0,41	0,41	0,33	0,33	0,33	0,33	0,36
CASTROLANDA	**0,88**	**0,88**	**0,88**	**0,88**	**0,88**	**0,88**	**0,88**
COAMO	0,72	0,72	0,64	0,64	0,64	0,64	0,67
COPACOL	0,50	0,36	0,50	0,50	0,50	0,64	0,50
COPAGRIL	0,61	0,61	0,61	0,61	0,61	0,61	0,61
COOPERALFA	0,59	0,41	0,79	0,70	0,52	0,64	0,61
C.VALE	0,57	0,57	0,57	0,57	0,57	0,57	0,57
FRÍSIA	0,83	0,83	0,60	0,61	0,72	0,77	0,73
LAR	0,48	0,61	0,57	0,57	0,91	0,91	0,68
UNITA	0,52	0,52	0,52	0,52	0,52	0,52	0,52

Nota: 0 a 1 é Pontuação da Métrica da Qualidade da Informação Contábil

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Quanto as Sociedades Anônimas de Capital Aberto, observa-se na Tabela 10, que a empresa CONSERVAS ODERICH S.A. manteve a qualidade da informação contábil constante no período analisado de 2015 a 2020, com uma apresentação de 0,60 de MQIC. Por outro lado, a empresa MARFRIG GLOBAL FOODS S.A. apresentou no início do período 0,95 de MQIC, mas no decorrer do período analisado apresentou redução na qualidade da informação contábil. Porém, mesmo com a

diminuição da MQIC, ela apresentou a média maior entre as empresas da amostra. Já, a empresa BRF S.A. se manteve constante no período de 2015 a 2019 e no ano de 2020 melhorou a qualidade da informação contábil, em relação aos anos anteriores. Estas referidas empresas confirmam o valor mínimo de 0,60 e máximo de 0,95 da MQIC; quanto as demais empresas, representaram oscilação da MQIC, porém essas oscilações ficaram entre o parâmetro de 0,64 a 0,81 de MQIC. O que justifica a média de 0,755 e baixo desvio- padrão apresentado posteriormente na Tabela 12 (Estatística descritivas das variáveis não-binárias). Salienta-se que a maioria das empresas analisadas, diminuíram a MQIC do período de 2015 a 2020, exceto a empresa CONSERVAS ODERICH S.A. que se manteve constante, e, a empresa BRF S.A., aumentou a qualidade da informação contábil no ano de 2020.

Ao tratar das Sociedades Cooperativas, observa-se que as cooperativas CASTROLANDA, COPAGRIL, C. VALE e UNITA apresentaram a MQIC constante ao longo dos períodos analisados. Dentre estas cooperativas, destaca-se a cooperativa CASTROLANDA, em que, a qual apresentou valor elevado na MQIC, com um valor máximo de 0,88 e manteve nos períodos analisados, sem diminuir a qualidade da informação contábil. Porém, não aumentou a MQIC, pode-se considerar a limitação da própria Métrica da Qualidade da Informação Contábil. Outra observação é a cooperativa CAMNPAL, que apresentou resultados inferiores de 0,50 da pontuação de 0 a 1 do índice.

As cooperativas, CAMNPAL, COAMO, COPACOL, COOPERALFA, FRÍSIA e a LAR apresentaram oscilações nos resultados da MQIC no período de 2015 a 2020; em destaque a cooperativa LAR, que aumentou significativamente a qualidade da informação contábil, entre o período de 2015 e 2020.

Ao observar-se os resultados em ambas as amostras, percebe-se que, as Sociedades Anônimas de Capital Aberto, obtiveram oscilações amenas na MQIC, apenas a empresa CONSERVAS ODERICH S.A., apresentou-se constante no período analisado. Ou seja, há indício de que a empresas procuraram manter um certo nível da qualidade da informação contábil, talvez explicados pelas obrigatoriedades ou até mesmo pela pressão do próprio mercado. Por outro lado, 4 das 10 Sociedades Cooperativas se mantiveram constantes, nas outras 6, houve oscilações nos valores demonstrados pela MQIC nos períodos analisados. Em destaque para as cooperativas, COOPERALFA, FRÍSIA e LAR, que apresentaram oscilações acentuadas, tanto na diminuição, quanto no aumento da qualidade da informação

contábil, mas num geral, há indícios de melhoria da qualidade da informação contábil nas Sociedades cooperativas.

As oscilações apresentadas no resultado da MQIC das sociedades cooperativas, podem estar atreladas aos diversos fatores, como: os cooperados são gestores e ao mesmo tempo usuários das informações (Bialoskorski Neto, 1994), o que podem influenciarem no conjunto de informações a serem divulgadas em cada período; as Sociedades Cooperativas detém da pouca experiência na divulgação dos relatórios financeiros ao público, em relação as sociedades anônimas de capital aberto; as cooperativas não possuem a obrigatoriedade na divulgação dos relatórios contábeis ao público em geral. Contudo, são orientadas a oferecer as informações financeiras e demonstram preocupação em divulgar os relatórios contábeis, uma vez que seguem as orientações da divulgação dos relatórios contábeis (Dickel, 2014).

Outro fator está na diferença da divulgação dos relatórios contábeis, tanto as sociedades anônimas, quanto as sociedades cooperativas, seguem normas internacionais de contabilidade, mas as empresas abertas são obrigadas a divulgarem os relatórios contábeis em conformidade com a Lei n 6.404/1976 e a lei n 11. 638/2007, e as orientações sobre as melhores práticas de elaboração e divulgação dos relatórios contábeis (CVM, 2018; CODIM, 2021), e as sociedades cooperativas não possuem a mesma obrigatoriedade

Na Tabela 11 é apresentado o ativo total de todas a empresas, bem como a média do tamanho, tanto das sociedades Anônimas de Capital Aberto, quanto das Sociedades Cooperativas.

Tabela 11. Ativo total das empresas e cooperativas

Itens	Ativo total						
ID/Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Média
				Sociedades anônimas de capital aberto			
1	40 388 014,00	42 944 936,00	45 228 481,00	42 382 377,00	41 700 631,00	49 664 906,00	43 718 224,17
2	410 643 000,00	395 425 000,00	382 942 000,00	415 410 000,00	421 967 000,00	585 685 000,00	435 345 333,33
3	54 922 000,00	69 969 000,00	81 103 000,00	89 611 000,00	121 104 000,00	148 894 000,00	94 267 166,67
4	**122 502 967 000,00**	**102 815 763 000,00**	**108 695 951 000,00**	**114 145 831 000,00**	**126 339 387 000,00**	**163 801 806 000,00**	**123 050 284 166,67**
5	1 232 958 000,00	1 112 777 000,00	1 509 340 000,00	1 698 517 000,00	1 711 262 000,00	1 527 003 000,00	1 465 309 500,00
6	1 566 240 000,00	1 667 337 000,00	1 712 639 000,00	1 815 501 000,00	1 802 268 000,00	2 031 804 000,00	1 765 964 833,33
7	**20 603 479 000,00**	**20 258 803 000,00**	**21 301 799 000,00**	**26 504 272 000,00**	**31 572 021 000,00**	**39 507 441 000,00**	**26 624 635 833,33**
8	5 099 577 000,00	5 681 045 000,00	6 089 765 000,00	7 807 466 000,00	8 101 031 000,00	9 729 858 000,00	7 084 790 333,33
				Sociedades cooperativas			
1	297 360 518,42	375 966 161,37	444 672 923,40	422 827 562,89	412 856 501,37	432 773 024,51	397 742 781,99
2	1 976 676 000,00	2 314 059 000,00	2 261 171 000,00	2 494 530 000,00	2 636 084 000,00	2 979 041 000,00	2 443 593 500,00
3	**8 188 041 164,00**	**8 526 755 606,00**	**9 483 630 605,00**	**8 706 428 013,00**	**9 976 486 487,00**	**12 254 938 854,51**	**9 522 713 454,92**
4	1 574 970 543,42	3 122 611 334,80	3 111 910 995,92	3 589 949 912,87	4 309 696 935,98	5 627 412 000,00	3 556 091 953,83
5	971 248 481,02	1 016 537 814,74	1 159 787 898,16	1 261 765 361,22	1 343 612 789,09	1 751 950 945,57	1 250 817 214,97
6	1 901 758 566,00	1 792 316 802,00	1 957 371 950,00	2 301 168 140,00	2 555 647 425,00	3 205 281 569,00	2 285 590 742,00
7	**4 618 520 235,09**	**5 046 851 605,95**	**5 362 659 702,50**	**5 762 888 242,08**	**6 015 408 666,64**	**8 130 933 000,00**	**5 822 876 908,71**
8	1 859 568 000,00	2 100 552 000,00	2 058 661 000,00	2 412 683 000,00	2 462 382 000,00	2 494 789 000,00	2 231 439 166,67
9	3 317 992 848,00	3 755 950 707,00	4 452 217 492,00	5 348 594 681,00	5 529 085 000,00	9 264 080 000,00	5 277 986 788,00
10	241 562 874,06	291 491 899,04	356 645 059,74	518 256 479,00	539 411 681,93	498 475 298,20	407 640 548,66

Nota: Sociedades Anônimas de Capital Aberto: 1 =Brf S.A.; 2 = Conservas Oderich S.A.; 3 = Excelsior Alimentos S.A.; 4 =J bs S.A.; 5 = J. Macedo S.A.; 6 = Josapar-Joaquim Oliveira S.A.; 7 = Marfrig Global Foods S.A.; e o 8 = M. Dias Branco S.A. Ind Com De Alimentos.
Sociedades Cooperativas: 1= CAMNPAL; 2 = CASTROLANDA; 3 = COAMO; 4 = COPACOL; 5 = COPAGRIL; 6 = COOPERALFA; 7 = C. VALE; 8 = FRÍSIA; 9 = LAR e o 10 = UNITA.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ao observar o tamanho das Sociedades Anônimas de Capital aberto na Tabela 11, percebe-se que as empresas JBS S.A e Marfrig Global Foods S.A possuem o ativo total superior às demais empresas da amostra. Entretanto, o ativo total da empresa Marfrig Global Foods S.A é superior às demais empresas da amostra, mas bem inferior da empresa JBS S.A. As demais empresas de capital aberto apresentaram em média, entre 40,71 milhões e 7,08 bilhões de ativo total. Ao verificar as Tabelas 10 e 11, e comparar o tamanho das empresas e com os valores dos resultados da MQIC, os dados demostraram que a maior empresa, não apresentou a maior pontuação na MQIC. Já segunda maior empresa, neste caso a empresa Marfrig Global Foods S.A, foi a qual apresentou à maior pontuação na MQIC, com uma média de 0,89 do índice. Esses achados preliminares são ao contrário do esperado, pois estudos anteriores demonstraram que, empresas maiores, tendem a evidenciarem uma maior qualidade da informação contábil (Queiroz & Almeida, 2017; Oliveira, 2019).

No conjunto de dados das empresas de capital aberto, há indícios que a qualidade da informação contábil não está atrelada ao fator tamanho das empresas. Pois, a empresa BRF S.A possui o menor ativo total, com uma média de 43,71 milhões e apresentou a segunda maior pontuação, na média de 0,86 de MQIC no período analisado, o que é próximo da primeira pontuação de 0,89, apresentado pela empresa Marfrig Global Foods S.A, com uma média de 26,62 bilhões de ativo total.

Ao tratar o tamanho das Sociedades Cooperativas na Tabela 11, percebe-se que a cooperativa COAMO apresentou o maior ativo total, com 9,52 bilhões de média. E, as demais cooperativas ficaram na média, entre 397 milhões e 5,8 bilhões de ativo total.

Ao relacionar o fator tamanho com a MQIC para as Sociedades Cooperativas, apresentado nas Tabelas 10 e 11, a cooperativa COAMO possui 9,52 bilhões, com o maior ativo total entre as cooperativas da amostra, apresentou uma pontuação de 0,67 na MQIC no período analisado, a qual não foi a maior pontuação do índice. A pontuação maior na MQIC foi da cooperativa CASTROLANDA, com 0,88 de média, a qual possui em média 2,44 bilhões em ativo total. Portanto, há indícios nas sociedades cooperativas da amostra, que a qualidade da informação contábil não está atrelada ao fator tamanho das cooperativas.

Portanto, conclui-se para os conjuntos de dados das amostras, tanto da Sociedades Anônimas de Capital Aberto, quanto das Sociedades Cooperativas, pertencentes ao segmento de alimentício de consumo humano, a qualidade da

informação contábil não está atrelada ao tamanho das empresas analisadas. Fato esse, que as empresas e cooperativas que possuem menos ativos são as que evidenciam informações dotadas de melhor qualidade, em termos de representação fidedigna, relevância e comparabilidade.

Esses resultados preliminares são diferentes dos resultados evidenciados pela literatura empírica, de que o tamanho apresenta uma relação positiva e significativa com a qualidade da informação contábil (Murcia & Santos, 2009; Echobu, Okika, & Mailafia, 2017; Echobu, Okika, & Mailafia, 2017; Queiroz, & Almeida, 2017; Ekwueme, & Aniefor, 2019). E, com o que infere Oliveira (2019), de que a qualidade da informação contábil pode estar atrelada ao tamanho da empresa, pois compreende que quanto maior a empresa, maior será a qualidade da informação contábil.

4.2 RESULTADO E ANÁLISE DE DADOS DA MQIC E DOS FATORES QUE EVIDENCIAM A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Para a análise considerou-se como variável dependente a qualidade da informação contábil (Métrica da Qualidade da Informação Contábil). E as variáveis independentes, os fatores que evidenciam uma maior qualidade da informação contábil, mencionada na literatura empírica, como, tamanho da empresa, rentabilidade do patrimônio líquido, endividamento, oportunidade de crescimento, auditoria realizada por empresas Big Four e exportações. Diante disso, segue os resultados obtidos na estatística descritiva e estatística inferencial, para atender o objetivo geral da pesquisa, o qual é, verificar os fatores que evidenciam a qualidade da informação contábil, nas sociedades cooperativas e nas sociedades anônimas de capital aberto, do segmento de alimento do consumo humano**.**

4.2.1 Estatística descritiva da MQIC e fatores que evidenciam a qualidade da informação contábil

A Tabela 12 apresenta a estatísticas descritivas das variáveis não binárias, como a Métrica da Qualidade da Informação Contábil (MQIC), tamanho da empresa (Tam), Rentabilidade do Patrimônio Líquido (ROE), endividamento (ENDIV) e oportunidade de crescimento (OC).

Tabela 12. Estatística descritivas das variáveis não-binárias

Variáveis	MQIC	TAM	ROE	ENDIV	OC
Sociedades Anônimas de Capital Aberto					
Nº de Obs.	48	48	48	48	48
Média	0,755	22,153	0,121	0,357	0,642
Mediana	0,760	21,892	0,117	0,428	0,037
Desv,Padrão	0,015	0,336	0,029	0,029	0,859
mínimo	0,600	17,821	-0,464	0,000	-15,311
máxima	0,950	25,822	0,856	0,704	37,570
Sociedades Cooperativas					
Nº de Obs.	60	60	60	60	60
Média	0,611	21,476	0,044	0,433	0,494
Mediana	0,605	21,583	0,034	0,420	0,206
Desv.Padrão	0,020	0,135	0,005	0,025	0,129
mínimo	0,330	19,303	0,004	0,000	-0,643
máximo	0,910	23,229	0,257	0,785	5,186
Sociedades Anônimas de Capital aberto e Sociedades Cooperativas					
Nº de Obs.	108	108	108	108	108
Média	0,68	21,78	0,08	0,40	0,56
Mediana	0,65	21,58	0,05	0,42	0,11
Desv,Padrão	0,15	1,76	0,14	0,20	4,02
mínimo	0,33	17,82	-0,46	0,00	-15,31
máximo	0,95	25,82	0,86	0,79	37,57

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Ao tratar-se das Sociedades anônimas de capital, a Tabela 12 demonstra que a média da MQIC foi de 0,755, numa pontuação 0 a 1 do índice. Com um desvio padrão de 0,015, o qual indica uma baixa dispersão em relação à média, ou seja, os dados estão próximos da média. Com um valor mínimo de 0,60 e o máximo de 0,95.

As empresas de capital aberto possuem em média 22,153 de tamanho, com um desvio padrão de 0,336, o que indica uma elevada dispersão em relação à média. Justifica-se pelo fato que a empresa JBS S.A possui um volume significativo de ativo total, bem superior às demais empresas da amostra. O valor mínimo foi de 17,82 e valor máximo de 25,82 do ativo total. Também, as empresas apresentaram 0,121 de rentabilidade e 0,357 de endividamento, e ambas com um desvio-padrão de 0,029, o qual indica uma baixa dispersão em relação à média.

Ou seja, há indício pelo fato que empresas competirem no mesmo mercado, elas apresentem semelhanças na rentabilidade e até mesmo no nível de endividamento. Por outro lado, a oportunidade de crescimento apresentou a média de 0,64, com um desvio-padrão de 0,85, o qual indica uma alta dispersão em relação à média, e com valor mínimo de -15,31 e valor máximo de 37,57.

As Sociedades Cooperativas apresentaram em média 0,611 de MQIC, numa pontuação de 0 a 1 do índice, com desvio-padrão de 0,020, o qual indica uma baixa dispersão em relação à média, apesar que o seu valor mínimo, foi de 0,33 e valor máximo de 0,91.

Também, as sociedades cooperativas demonstraram em média 21,476 de tamanho e o desvio padrão de 0,135, com mínimo de 19,303 e o máximo de 23,229. Possuem em média de 0,044 de rentabilidade e o desvio padrão de 0,005, com mínimo de 0,004 e o máximo de 0,257, com uma média de endividamento de 0,433 e desvio padrão de 0,025 e a média de oportunidade de crescimento de 0,484 e o desvio padrão, com mínimo de -0,643 e o máximo de 5,643. O desvio padrão para ambas as variáveis, indicou uma baixa dispersão em relação à média, apesar que apresentaram uma distância elevada entre o valor mínimo e valor máximo, exceto o valor do ativo total. Pela média e o desvio padrão encontrados nos resultados das cooperativas, há indício que as sociedades cooperativas possuem um comportamento econômico semelhante, entre ambas, o que precisa instigar melhor essa percepção.

Ao observar as empresas das amostras, separadamente, percebe-se que as Sociedades Anônimas de Capital Aberto alcançaram um valor maior de MQIC em relação às Sociedades Cooperativas. Entretanto, as empresas apresentam uma pontuação regular no quesito qualidade da informação contábil, já que estão acima de 0,50 de média da MQIC, que varia 0 a 1 de pontuação. Justifica-se pelo fato que as empresas de capital abertas são obrigadas a divulgarem os relatórios contábeis em conformidade com a Lei n 6.404/1976 e a lei n 11. 638/2007, e as orientações sobre as melhores práticas de elaboração e divulgação dos relatórios contábeis (CVM, 2018; CODIM, 2021), e as sociedades cooperativas não possuem a mesma obrigatoriedade.

Ao verificar o tamanho de ambas as empresas, identifica-se uma aproximação dos valores dos ativos totais, ou seja, possuem ativos totais semelhantes na maioria das empresas, exceto a empresa JBS S.A, que apresentou o ativo total superior em relação às demais empresa da amostra. Pelo fato de que a referida empresa detém vários empreendimentos, além do Brasil, nos Estados Unidos, Canadá, Ásia, Europa, Áustria, Nova Zelândia e outros. O que difere a empresa JBS S.A das demais empresas da amostra, por possuir produção fora do Brasil e a maioria das outras empresas realizam apenas a exportação para os mesmos países de atuação da empresa JBS S.A, das Sociedades Anônimas de Capital Aberto.

Também Sociedades Anônimas de Capital Aberto apresentaram uma maior rentabilidade e oportunidade de crescimento em relação as Sociedades Cooperativas. Por outro lado, as Sociedades Cooperativas apresentaram um endividamento superior em relação as Sociedades Anônimas de Capital Aberto.

Ao trata-se dos resultados conjuntamente, ou seja, o conjunto de amostra das Sociedades Anônimas e das Sociedades Cooperativas ao mesmo tempo, as empresas obtiveram a média na MQIC de 0,68, numa pontuação 0 a 1 do índice. Com uma mediana 0,65, considerado próximo da média. Já o desvio padrão foi de 0,15, o qual indica uma baixa dispersão em relação à média, ou seja, os dados estão próximos da média, apesar de que o valor mínimo foi de 0,33 e o máximo de 0,95. Os referidos resultados demonstram de uma maneira geral, as empresas e as cooperativas do segmento alimentício do consumo humano privilegiam a qualidade da informação contábil divulgadas.

O tamanho médio das empresas é de 21,78, com o desvio padrão de 21,58, o que indica elevada dispersão em relação à média. Com mínimo de 17,82 e o máximo de 25,82. Salienta-se para o tamanho, utilizou-se logaritmo para o ativo total.

Apresentaram em média 0,08 de rentabilidade e a mediana de 0,05, com desvio padrão de 0,14, o valor mínimo de -0,46 e valor máximo de 0,86. O endividamento médio foi de 0,40 e a mediana 0,42, com um desvio padrão de 0,20, o que indica uma moderada dispersão em relação à média, com o mínimo de 0,00 e o máximo de 0,79.

A oportunidade de crescimento apresentou média de 0,56 e a mediana 0,11, como desvio padrão de 4,02. Tanto a mediana, quanto o desvio padrão indicaram uma elevada dispersão em relação à média, fato é que valor mínimo é de -15,31 e o valor máximo de 37,57.

A Tabela 13 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis binárias, como a internacionalização (INTERN), tipo de empresa (TipEmpr) e a Big Four. Em que são demonstrados os valores da porcentagem da internacionalização, tipo de empresa e auditoria realizadas pelas Big Four, em ambas as amostras. Ressalta-se a variável tipo de empresa foi somente para os conjuntos de dados das amostras simultaneamente, e lembra-se que todas as empresas da amostra são auditadas, mas algumas são auditadas por auditores independente e outras pelas Big Four.

Tabela 13. Frequências das variáveis binárias

Variáveis	Dummy	Freq.	Percent	Cum.
Sociedades Anônimas de Capital Aberto				
INTERN	não	6	12,5	12,5
	sim	42	87,5	100
	Total	48	100	
BIG FOUR	não	20	41,67	41,67
	sim	28	58,33	100
	Total	48	100	
Sociedades Cooperativas				
INTERN	0	18	30	30
	1	42	70	100
	Total	60	100	
BIG FOUR	0	56	93,33	93,33
	1	4	6,67	100
	Total	60	100	
Sociedades Anônimas de Capital aberto e Sociedades Cooperativas				
TIPO EMPRESA	S. C	60	55,56	55,56
	S. A	48	44,44	100
	Total	108	100,00	
INTERN	não	24	22,22	22,22
	sim	84	77,78	100
	Total	108	100,00	
BIG FOUR	não	76	70,37	70,37
	sim	32	29,63	100
	Total	108	100	

Nota: S.C: Sociedade Cooperativas, S. A: Sociedades Anônimas de Capital

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Na Tabela 13, as Sociedades Anônimas de Capital Aberto demonstraram 87,5 % de internacionalização, ou seja, 87,5% das empresas de capital aberto realizam exportações dos seus produtos. Exceto uma das empresas, que além de realizar as exportações, possui empresas de produção em outros países, como por exemplo, nos Estados Unidos e na Áustria. Também 58,33% das empresas de capital aberto são auditadas pelas Big Four e 41,67% são auditadas por auditores independentes.

Por outro lado, as Sociedades Cooperativas apresentaram 70% de internacionalização, ou seja, 70% das Cooperativas da amostra da pesquisa fazem exportações, e 30% delas atendem somente o mercado nacional. Ao tratar de auditoria, 93,33% das cooperativas da amostra são auditadas por Firmas de auditoria independentes nacionais (não *Big Four*) e apenas 6,67% foram auditadas pelas *Big Four.* Na sequência é apresentada a análise com tratamento estatístico dos dados.

Conjuntamente, as empresas da amostra representam 55,56 sociedades cooperativas e 44,44 sociedades anônimas de capital aberto. Do total das empresas,

77,78 realizam exportação e 22,22 atendem o mercado interno e 70,37% das empresas não são auditadas por firmas independentes e apenas 29,63% são auditadas por alguma das empresas Big Four.

4.2.2 Normalidade das distribuições, verificação de outliers, correlações entre as variáveis e multicolinearidade

Aplicou-se o teste de normalidade das distribuições, teste Hadimvo para a verificação de outliers, diagnóstico de linearidade com a matriz de correlações entre as variáveis e testou fator de inflação de variância (VIF) para multicolinearidade.

A Tabela 14 demonstra o valor da normalidade de distribuições das variáveis, dos conjuntos de dados das amostras, tanto das Sociedades Anônimas de Capital Aberto, quanto das Sociedades Cooperativas, de forma separada e simultaneamente.

Tabela 14. Normalidade das distribuições

Sociedades anônimas de capital aberto					
Mardia mSkewness	31,141	chi2(35)	270,216	Prob>chi2	0,00
Mardia mKurtosis	61,814	chi2(1)	123,251	Prob>chi2	0,00
Henze-Zirkler	2,324	chi2(1)	126,941	Prob>chi2	0,00
Doornik-Hansen		chi2(10)	195,853	Prob>chi2	0,00
Sociedades Cooperativas					
Mardia mSkewness	21,262	chi2(35)	226,976	Prob>chi2	0,00
Mardia mKurtosis	54,052	chi2(1)	77,783	Prob>chi2	0,00
Henze-Zirkler	2,348	chi2(1)	135,022	Prob>chi2	0,00
Doornik-Hansen		chi2(10)	135,364	Prob>chi2	0,00
Sociedades Anônimas de Capital aberto e Sociedades Cooperativas					
Mardia mSkewness	61.33769	chi2(35)	1145.254	Prob>chi2	0,00
Mardia mKurtosis	113.1911	chi2(1)	2358.196	Prob>chi2	0,00
Henze-Zirkler	4.741437	chi2(1)	447.353	Prob>chi2	0,00
Doornik-Hansen		chi2(10)	918.098	Prob>chi2	0,00

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Ao trata-se os resultados separadas, o Teste de Márdia para simetria e achatamento apresentou o *p-valor* 0,00 < 0,05 de significância, o que rejeita a hipótese nula de normalidade da distribuição, ou seja, há ausência de normalidade de distribuição nos conjuntos de dados, tanto das Sociedades Anônimas de Capital Aberto, quanto para as Sociedades Cooperativas.

Para isso, realizou teste Hadi para a verificação da presença de outliers, evidenciado a presença de seis outliers para as sociedades anônimas de capital

aberto e quatro outliers para as sociedades cooperativas. Entretanto, mesmo retirados os outliers, o teste de normalidade não apresentou melhora.

Portanto, decidiu-se manter todo o conjunto de dados das amostras, tanto das sociedades anônimas de capital aberto, quanto das sociedades cooperativas, não seguido o pressuposto da normalidade de distribuição.

Ao expor os dados de forma conjunta, o Teste de Márdia para simetria e achatamento apresentou o resultado do *p-valor* 0,00 < 0,05 de significância, o que rejeita a hipótese nula de normalidade da distribuição, ou seja, há ausência de normalidade nos conjuntos de dados da amostra.

Realizou-se o teste Hadi para a verificação da presença de outliers nos conjuntos de dados das amostras. Os resultados do teste de Hadi, apresentaram a presença de 31 outliers. Excluiu-se os outliers e se reaplicou novamente o Teste de Márdia, para a simetria e o achatamento da distribuição das variáveis. Como não apresentou normalidade na distribuição das variáveis, decidiu-se manter todos os conjuntos das amostras, ao mesmo tempo, não seguido o pressuposto da normalidade de distribuição.

A decisão de manter todos os conjuntos das amostras, não seguido os pressupostos da normalidade de distribuição, seja de forma separada ou conjuntamente, está de acordo com Wooldridge (2016), em que o autor menciona, que a distribuição não normal é minimizada na amostra acima de 30 observações. Por isso, seguiu o Modelo longitudinal linear de regressão para dados em painel (Fávero & Belfiore, 2017).

A Tabela 15 demonstra os valores dos resultados da Matriz de correlação das variáveis e o teste VIF (*Variance Inflation Factor*) para verificação de multicolinearidade. Salienta-se que variável tipo de empresa (tipoempr), utilizou-se somente nos conjuntos de dados das amostras simultaneamente.

Tabela 15. Matriz de correlação das variáveis e multicolinearidade

Sociedades anônimas de capital aberto									
Variáveis	**mqic**	**tipEmpr**	**tam**	**roe**	**endiv**	**oc**	**intern**	**Aud**	**VIF**
mqic	1,000								...
TipEmpr		...							...
tam	0,824	...	1,000						2,360
	0,000	...							
roe	-0,314	...	-0,249	1,000					1,270
	0,030	...	0,088						
endiv	0,487	...	0,651	-0,287	1,000				2,600
	0,001	...	0,000	0,048					
oc	-0,129	...	-0,129	0,132	0,024	1,000			1,100
	0,382	..	0,384	0,370	0,874				
intern	0,357	...	0,630	-0,292	0,677	0,030	1,000		2,140
	0,013	...	0,000	0,044	0,000	0,837			
Aud	0,344	...	0,212	-0,267	-0,107	0,029	0,064	1,000	1,330
	0,017	...	0,148	0,067	0,470	0,845	0,666		
Sociedades cooperativas									
Variáveis	**mqic**	**tipEmpr**	**tam**	**roe**	**endiv**	**oc**	**intern**	**Aud**	**VIF**
mqic	1,000								
tipEempr		...							
tam	0,439	...	1,000						3,180
	0,001	...							
roe	0,174	...	0,161	1,000					1,750
	0,184	...	0,218						
endiv	-0,562	...	-0,712	-0,407	1,000				2,850
	0,000	...	0,000	0,001					
oc	-0,021	...	-0,120	0,364	0,064	1,000			1,250
	0,876	...	0,362	0,004	0,629				
intern	0,200	...	0,351	-0,371	0,052	-0,077	1,000		1,690
	0,126	...	0,006	0,004	0,692	0,561			
Aud	0,264	...	0,218	-0,058	-0,068	-0,032	0,029	1,000	1,100
	0,042	...	0,094	0,662	0,605	0,806	0,825		
Sociedades anônimas de capital aberto e sociedades cooperativas									
Variáveis	**mqic**	**tipEmpr**	**tam**	**roe**	**endiv**	**oc**	**intern**	**aud**	**VIF**
mqic	1,000								
tipEmpr	0,470	1,000							1,760
	0,000								
tam	0,557	0,192	1,000						1,390
	0,000	0,047							
roe	0,023	0,268	-0,139	1,000					1,300
	0,811	0,005	0,152						
endiv	-0,258	-0,190	0,113	-0,292	1,000				1,210
	0,007	0,049	0,242	0,002					
oc	-0,050	0,018	-0,117	0,141	0,020	1,000			1,050
	0,605	0,850	0,228	0,145	0,834				
intern	0,307	0,209	0,460	-0,153	0,229	0,008	1,000		1,400
	0,001	0,030	0,000	0,113	0,017	0,934			
aud	0,456	0,562	0,281	-0,035	-0,178	0,029	0,152	1,000	1,670
	0,000	0,000	0,003	0,718	0,066	0,770	0,117		

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Para análise dos resultados da correlação entre as variáveis da Tabela 15, considerou os coeficientes, que apresentaram o p-valor < 0,05.

As sociedades anônimas de capital aberto, demonstram a existência de uma forte relação positiva e significativa (p-valor < 0,05) entre a variável MQIC com o tamanho. Uma relação positiva moderada e significativa (p-valor < 0,05), entre MQIC com as variáveis endividamento (endiv) e auditoria (big four).

Ao tratar da correlação entre as variáveis explicativas na tabela 15, existe uma relação positiva substancial e significativa (p-valor < 0,05), entre tamanho (tam) com as variáveis, endividamento (endiv) e a internacionalização (intern), também a variável endividamento apresentou relação positiva substancial e significativa (p-valor < 0,05) com a variável internacionalização (intern), e a rentabilidade apresentou-se uma relação negativa baixa e significativa (p-valor < 0,05).

Ao referir-se aos resultados da análise de correlação das variáveis da Tabela 15 para as sociedades cooperativas, a MQIC apresentou-se uma relação positiva moderada e significativa (p-valor < 0,05) com o tamanho das cooperativas e uma relação negativa substancial e significativa (p-valor < 0,05) com o endividamento. Já com a auditoria (aud) foi uma relação positiva baixa e significativa (p-valor < 0,05).

Ao tratar da correlação entre as variáveis explicativas, o tamanho (tam) apresentou uma relação negativa muito forte e significativa (p-valor < 0,05) com o endividamento (endiv), e a com a auditoria foi uma relação positiva moderada e significativa (p- valor <0,5).

A variável rentabilidade (roe) apresentou uma relação negativa moderada e significativa (p-valor < 0,05) com o endividamento (endiv), uma relação negativa moderada e significativa (p-valor < 0,05) com a internacionalização (intern), e uma relação positiva moderada e significativa (p-valor < 0,05) com a variável oportunidade de crescimento.

Ao reportar os resultados conjuntamente, para as empresas e cooperativas das amostras ao mesmo tempo, os valores demonstram a existência de relação positiva moderada e significativa (p-valor < 0,05) entre a MQIC com as variáveis, o tipo da empresa (tipoEmpr), internacionalização (intern) e auditoria (aud). Uma relação positiva substancial e significativa (p-valor < 0,05), entre MQIC com a variável tamanho (tam). Por outro lado, uma relação negativa baixa e significativa (p-valor < 0,05) com a variável endividamento.

Já a correlação entre as variáveis explicativas da tabela 15, existe uma relação positiva baixa e significativa (p-valor < 0,05), entre a variável tipo de empresa (tipEmpr) com as variáveis, tamanho (tam), rentabilidade (roe) e a internacionalização (internac). Com a variável auditoria (aud) foi uma relação positiva substancial e significativa (p-valor < 0,05) e a endividamento apresentou a relação negativa baixa e significativa (p-valor < 0,05).

A variável, tamanho (tam) apresentou uma relação positiva moderada e significativa (p-valor < 0,05) com a endividamento e positiva baixa e significativa (p-valor < 0,05) com a auditoria (big four).

A variável rentabilidade apresentou uma relação negativa baixa e significativa (p-valor < 0,05) com a variável endividamento (endiv). E a variável endividamento apresentou uma relação positiva baixa e significativa (p-valor < 0,05) com a internacionalização.

Os referidos resultados da matriz de correlação, tanto das sociedades anônimas de capital aberto, quanto das sociedades cooperativas de forma separadas e conjuntamente, indicaram indícios de multicolinearidade entre as variáveis independentes.

Em função dos resultados da matriz de correlação, realizou-se o teste VIF para os conjuntos das amostras separadas e conjuntamente, em que, o valor do teste VIF acima de 5 indica problemas de multicolinearidade (Fávero, & Belfiore, 2017).

Portanto, os conjuntos de dados das amostras separadas e conjuntamente, demonstraram ausência de multicolinearidade, de acordo com os valores dos resultados do VIF apresentado na Tabela 15, o que atende um dos pressupostos de modelo regressão de dados em painel válido.

4.2.3 Estimações e testes de diagnóstico de dados em painel

Para dados em painéis seguiram seis etapas, subdividas em duas partes.

A parte I realizou-se as estimações dos dados em painel: i. a regressão com dados em painel com o efeito *Pooled*, com erros-padrão robusto; ii. regressão com dados em painel com o efeito fixo; iii. regressão com dados em painel com o efeito aleatório. Para a verificação do qual modelo é válido para o conjunto de dados das amostras.

Na parte II realizou-se os testes de diagnóstico de dados em painel com os seguintes testes: i. Teste de Breush-Pagan, compara o efeito aleatório com o efeito *pooling; ii* Teste de Chow, compara o efeito fixo com o efeito *POLS; iii.* Teste de Hausman, compara o efeito aleatório com o efeito fixo.

Diante do esboço da parte I e II, a Tabela 16 apresenta os resultados das estimações e os testes de diagnósticos de dados em Painel dos conjuntos das amostras das sociedades anônimas de capital aberto e das sociedades cooperativas, tanto de forma separadas, quanto conjuntamente.

Tabela 16.Estimação de dados em painéis e teste de diagnósticos

Sociedades anônimas de capital aberto					
Parte I	**POLSrob**	Prob > F	não	Modelo não válido	**Modelo estimado**
		F	não		
		R²	0,764		
	EF	Prob > F	0,000	Efeito fixo	
		F	(7,35) = 17,73		
		R² -W	0,285		
	EA	Prob > F	0,000	Efeito aleatório	Efeito fixo Efeito aleatório
		Wald chi2(6)	132,890		
		Theta	0,000		
		R²W	0,046		
Parte II	**Breush-Pagan**	chibar2(01)	0,000	não válido	**Modelo adequado**
		Prob>Chibar2	1,000		
	Chow	F	(7,35) = 17,73	Efeito fixo	
		Prob>F	0,000		
	Hausman	chi2(5)	30,070	Efeito fixo	Efeito fixo
		Prob>chi2 =	0,000		
Sociedades cooperativas					
Parte I	**POLSrob**	Prob > F	0,014	Efeito fixo	**Modelo estimado**
		F	(6,9) = 5,21		
		R²	0,442		
	EF	Prob > F	0,000	Efeito fixo	
		F	(9,45) =11,13		
		R² -W	0,241		
	EA	Prob > F	0,007	Efeito aleatório	Efeito fixo Efeito aleatório
		Wald chi2(6)	17,680		
		Theta	0,628		
		R²W	0,202		
Parte II	**Breush-Pagan**	chibar2(01)	23,390	Efeito Aleatório	**Modelo adequado**
		Prob>Chibar2	0,000		
	Chow	F	(9,45) = 11,13	Efeito Aleatório	
		Prob>F	0,000		
	Hausman	chi2(5)	12,080	Efeito fixo	Efeito fixo
		Prob>chi2 =	0,034		

Continua

Conclusão

Sociedades anônimas de capital aberto e sociedades cooperativas					
Parte I	**POLSrob**	Prob > F	0,00	Efeito fixo	**Modelo estimado**
		F (7,17)	12,31		
		R²	0,527		
	EF	Prob > F	0,0267	Efeito fixo	
		F (17,85)	13,11		
		R² -W	0,136		
	EA	Prob>chi2	0,00	Efeito aleatório	
		Wald chi2(7)	29,950		
		Theta	0,769		Efeito fixo
		R²W	0,135		Efeito aleatório
Parte II	**Breush-Pagan**	chibar2(01)	0	Não contribuí	**Modelo Adequado**
		Prob>Chibar2	0		
	Chow	F (17,85)	13,11	Efeito fixo	
		Prob>F	0,000		
	Hausman	chi2(5)	0,91	Efeito Aleatório	
		Prob>chi2	0,964		Efeito aleatório

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Conforme os resultados das estimações e testes diagnósticos de dados em painel expostos na Tabela 16. O modelo de efeitos fixo mostrou-se válido (F (7,35) =17,73, Prob>F=0,00) às sociedades anônimas de capital aberto, e válido (F (9,45) =11,13, Prob>F=0,00) às sociedades cooperativas, ou seja, a estimação de Efeito Fixo é um modelo que explica 100% para os conjuntos de dados das amostras separadas, bem como, o teste de Hausman confirma que modelo adequado é o efeito fixo. Entretanto, a para os conjuntos de dados das amostras simultaneamente as estimações e os testes de diagnósticos demonstraram que efeitos aleatórios em dados em painel, como o modelo adequado.

Conclui-se que o modelo adequado para os conjuntos de dados das amostras de forma separadas, é o efeito fixo de dados em painel, tanto às sociedades anônimas de capital aberto, quanto às sociedades cooperativas. Ao utiliza-se os conjuntos dados das amostras simultaneamente, o modelo de Efeito Aleatório de dados em painel, foi o modelo mais indicado de acordo com as estimações e teste de Hausman.

4.2.4 Resultado e análise das regressões de dados em Painel

Os resultados das regressões de dados em painel, estão expostos na Tabela 17. A regressão MQIC com efeito fixo de dados em Painel para as sociedades anônimas de capital aberto e sociedades cooperativas de forma separadas, e a

regressão MQIC com efeito Aleatório de dados em painel para os conjuntos de dados das amostras simultaneamente. Salienta-se que a variável tipo de empresa, considerado apenas nos testes que utilizou os conjuntos de dados da amostra simultaneamente.

Tabela 17. Regressão MQIC com dados em painel

MQIC				
Dados em Painel		**EF**	**EF**	**EA**
Variáveis Independentes		**S. A**	**S.C**	**S.A e S.C**
Tipo de empresa	Coeficiente	...	...	0,074
	Erro Padrão	...	...	0,057
	Estatística t	...	...	1,300
	P-valor	...	...	0,193
TAM	Coeficiente	-0,007	0,013	0,037
	Erro Padrão	0,027	0,047	0,015
	Estatística t	-0,260	0,270	2,530
	P-valor	0,794	0,786	**0,012**
ROE	Coeficiente	-0,053	-0,233	-0,050
	Erro Padrão	0,026	0,511	0,052
	Estatística t	-2,020	-0,460	-0,970
	P-valor	**0,05**	0,651	0,333
Endiv	Coeficiente	-0,208	0,022	-0,129
	Erro Padrão	0,095	0,143	0,081
	Estatística t	-2,190	0,150	-1,590
	P-valor	**0,036**	0,881	0,113
Intern	Coeficiente	0,000	0,000	0,000
	Erro Padrão	(omitted)	(omitted)	0,002
	Estatística t			0,030
	P-valor			0,977
OC	Coeficiente	0,000	0,017	0,022
	Erro Padrão	0,001	0,013	0,072
	Estatística t	-0,160	1,290	0,300
	P-valor	0,875	0,203	0,763
Aud	Coeficiente	0,020	0,158	0,067
	Erro Padrão	0,015	0,050	0,022
	Estatística t	1,350	3,160	3,010
	P-valor	0,187	0,003	**0,003**
Const.	Coeficiente	0,982	0,319	-0,150
	Erro Padrão	0,593	1, 012	0,304
	Estatística t	1,660	0,310	-0,490
	P-valor	0,107	0,754	0,623
	R^2 within	0,285	0,241	0,135
	R^2 between	0,367	0,013	0,590
	R^2 overall	0,254	0,069	0,514
	Theta	...	...	0,769
	Teste F	17,73	11,13	29,95
	Prob>F	**0,000**	**0,000**	**0,000**
	Amostra n	48	60	108

Nota: S.A = sociedades anônimas de capital aberto; S.C= sociedades cooperativas.
S.A e S.C = Resultado das duas amostras juntas; EF = Efeito Fixos; EA=Efeito Aleatório

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Conforme a Tabela 17, os resultados dos valores de R²*within* = 0,285 e o R² *between* = 0,367 para as sociedades anônimas de capital aberto. A variação *between* apresentou-se maior do que a variação *within*, indicando que a qualidade da informação contábil varia mais entre as empresas no período analisado, do que a qualidade da informação contábil individual de cada empresa ao longo do tempo. Por outro lado, as sociedades cooperativas apresentaram R²*within* = 0,241 e o R² *between* = 0,013, em que, a variação *between* é menor do que a variação *within*, a qual indica que a qualidade da informação contábil individual de cada cooperativa varia mais ao longo do tempo, do que a variação entre as cooperativas ao longo do tempo, ou seja, as cooperativas apresentam uma diferença maior na qualidade da informação de um ano para o outro, em relação elas mesmas, do que a outras cooperativas.

Ao considerar os conjuntos de dados das amostras simultaneamente os resultados dos valores de R²*within* = 0,13 e o R² *between* = 0,59. A variação *between* apresentou-se maior do que a variação *within*, o que indica, que a qualidade da informação contábil varia mais entre as empresas no período analisado, do que a qualidade da informação contábil individual de cada empresa ao longo do tempo, ou seja, há diferença na qualidade da informação contábil entre as empresas das amostras.

Ao visualizar os efeitos não observáveis da decomposição da variância das observações *(within* e o *between*), conclui-se que as empresas das sociedades anônimas de capital aberto apresentam diferenças maior da qualidade da informação contábil entre as empresas, do que em relação a elas mesmas ao longo do período. Por outro lado, as sociedades cooperativas apresentam uma diferença maior na qualidade da informação de um período ao outro período, em relação elas mesmas, do que entre outras cooperativas. Portanto, o resultado do *within* e o *between*, tanto nas sociedades anônimas de capital aberto, quanto sociedades cooperativas, confirma o que já apresentado nos resultados da métrica da qualidade da informação contábil na Tabela 10. Em que, as empresas de capital aberto apresentaram os valores constantes na pontuação da MQIC ao longo do período, quanto as cooperativas demonstraram oscilações nos valores da pontuação da MQIC a longo do período.

Ao tratar dos fatores determinantes que evidenciam a qualidade da informação nas Sociedades Anônima de capital aberto e nas Sociedades Cooperativas, tanto forma separada, quanto conjuntamente.

O tipo de empresa, considerado como capital aberto ou cooperativa, como uma característica das empresas, não apresentou efeito significativo (p-valor 0,19 > 0,05). Salienta-se ao considerar somente a variável dependente MQIC e variável independente tipo de empresa, demonstra significância no p-valor < 0,05, mas na maneira que vai acrescentando outras variáveis, essa significância foi diminuindo proporcionalmente, até não apresentar significância. Isso demonstra indício, que o fato ter como característica capital aberto ou ser uma cooperativa, não garante voluntariamente uma maior qualidade da informação contábil, ou seja, existe outros fatores que corroboram na evidenciação das informações dotadas de melhor qualidade, em termos de representação fidedigna, relevância e comparabilidade.

Portanto, esperava-se que a variável tipo de empresa, considerado como característica capital aberto e capital fechado (cooperativa), apresentasse nível de significância de 0,5%, pelo fato que as empresas abertas são obrigadas a divulgarem os relatórios contábeis em conformidade com a Lei n 6.404/1976 e a lei n 11. 638/07, e as orientações sobre as melhores práticas de elaboração e divulgação dos relatórios contábeis (CVM, 2018; CODIM, 2021), e as sociedades cooperativas não possuem a mesma obrigatoriedade. No entanto, ressalta nas sociedades cooperativas, o associado possui a função de ser gestor, proprietário e usuário ao mesmo tempo (Bialoskorski Neto, 1994; Oliveira, 2019) e usuários das normas internacionais de contabilidade, o que reforça a qualidade da informação contábil, fazendo com que as sociedades cooperativas mantenham um nível na MQIC próximo ou igual as empresas de capital aberto.

O tamanho que teve como *proxy* o logaritmo natural do ativo não demonstrou efeito significativo sobre a qualidade da informação contábil, tanto nas Sociedades Anônimas de Capital Aberto (p-valor 0,79 > 0,05), quanto nas Sociedades Cooperativas (p-valor 0,786 > 0,05), como já evidenciado na estatística descritiva da pesquisa, em que, as maiores empresas não alcançaram a maior pontuação do índice da MQIC. O resultado corrobora com a constatação de Mahboub (2017) ao pesquisar a qualidade da informação no setor bancário Libanês, identificou que o tamanho não foi significativo para explicar a qualidade da informação dos relatórios financeiros. Apesar que o estudo Mahboub (2017) foi realizado em outro país, que possui legislação diferente, mas os resultados da referida pesquisa, indica que poderá ocorrer aqui no Brasil, e em outro setor, que o caso desde estudo.

Entretanto, ao considerar os conjuntos de dados das amostras simultaneamente, a variável, tamanho das empresas representados pelo ativo total, demonstraram efeito significativo sobre a qualidade da informação contábil (p-valor 0,01< 0,05). Conforme os resultados de Murcia e Santos (2009); Echobu, Okika e Mailafia (2017); Echobu, Okika e Mailafia (2017); Ekwueme e Aniefor (2019), em que, o tamanho da empresa apresenta uma relação positiva e significativa com a qualidade da informação contábil. Oliveira (2019) ressalta que a qualidade da informação contábil pode estar atrelada ao tamanho da empresa, pois compreende que quanto maior a empresa, maior será a qualidade da informação contábil. Nessa mesma linha, Queiroz e Almeida (2017) afirmaram que o tamanho da empresa impacta de maneira positiva na qualidade da informação contábil.

De acordo com os resultados dessa pesquisa e os estudos anteriores, observa-se preliminarmente, que o tamanho da empresa corrobora na evidenciação de melhor qualidade da informação contábil, dependendo do foco da pesquisa. Quando foco da pesquisa for realizada a um setor com característica específica separada, que é o caso desse estudo, ao demonstra os resultados das sociedades anônimas de capital aberto e sociedades cooperativas forma separada, o valor dos resultados não apresentaram significância para o tamanho da empresa, o que condiz aos achados de Mahboub (2017) ao pesquisar a qualidade da informação no setor bancário Libanês. No entanto, ao ampliar os dados da amostra para vários setores ou inserir empresas com características diferentes (capital aberto, capital fechado, maiores empresas), o tamanho das empresas tende a influenciar na qualidade da informação contábil, que foi caso também dessa pesquisa, ao considerar os conjuntos de dados das amostras simultaneamente, os valores dos resultados apresentaram significância, o que corrobora com os achados de Murcia e Santos (2009); Echobu, Okika e Mailafia (2017); Echobu, Okika e Mailafia (2017); Ekwueme e Aniefor (2019); e Oliveira (2019)

A rentabilidade apresentou efeito significativo sobre a qualidade da informação contábil com o p-valor 0,05 = 0,05 às Sociedades Anônimas de Capital aberto. O que contribui com os achados de Mahboub (2017) e Elsiddig, (2020), os quais, evidenciaram que a rentabilidade apresentou uma relação significativa com a qualidade da informação contábil.

Por outro lado, a rentabilidade não demonstrou efeito significativo (p-valor *0,65 > 0,05)* sobre a qualidade da informação contábil nas Sociedades Cooperativas. Também, ao referir resultados conjuntos de dados das amostras simultaneamente a

rentabilidade não demonstrou efeito significativo (p-valor *0,33 > 0,05)* sobre a qualidade da informação contábil para o segmento alimentício do consumo Humano. Esse resultado foi de acordo com Murcia e Santos (2009); Rover e Santos (2014), os quais evidenciaram que a rentabilidade não explica o nível de *disclosure* voluntário nas 100 maiores companhias de capital aberto no Brasil.

Uma possível explicação dos referidos resultados da variável rentabilidade, pode-se justificar no objetivo e a finalidade da constituição de cada negócio. Em que, o objetivo da constituição das sociedades cooperativas é fazer uma mudança do meio econômico-social (Pinho,2001) e o objetivo da constituição das sociedades de capital aberto define como atuação do sistema econômico, respaldadas na remuneração do capital investido e na obtenção de lucro (Panzutti, 1996), com decisões "[...] pautadas no poder do grupo controlador, sócios ou acionistas, de acordo com a quantidade de capital aplicada na empresa" (Hümmelgen, 2016, p.82). Num cenário de poder e de interesses, não dependendo do compromisso com a comunidade local, mas sim aquela região gera maior riqueza, a fim de aumentar os seus lucros (Schneider, 2012).

O endividamento demonstrou efeito significativo (p-valor 0,03 < 0,05) sobre a qualidade da informação contábil das Sociedades Anônimas de Capital Aberto. Conforme colocado por Mahboub (2017), em que, o maior endividamento, proporciona uma melhor qualidade dos relatórios financeiros.

No entanto, nas sociedades Cooperativas, o endividamento não apontou efeito significativo (p-valor 0,88 > 0,05) sobre a qualidade da informação contábil, bem como, conjuntamente, sociedades anônimas de capital aberto e sociedades cooperativas, o endividamento não demonstrou efeito significativo (p-valor 0,11 > 0,05) sobre a qualidade da informação contábil. Esse resultado foi de acordo com os resultados de Murcia e Santos (2009), que também não encontrou significância estatísticas entre o endividamento no nível de *disclosure* voluntário, nas companhias de capital aberto no Brasil.

A oportunidade de crescimento não apresentou efeito significativo na qualidade da informação contábil nas sociedades anônimas de capital aberto (p-valor 0,87 > 0,05) e nas sociedades cooperativas (p-valor 0,20 > 0,05). Também não apontou resultados com efeito significativo (p-valor 0,97 > 0,05) para os conjuntos de dados das amostras simultaneamente. Os achados corroboram, com resultados de Rover e Santos (2014), os quais não evidenciaram influência significativa da oportunidade de crescimento no *disclosure* da informação socioambiental. Conclui-se que a

oportunidade de crescimento não influencia na qualidade da informação econômica de ambas as empresas, como não influenciou na informação socioambiental pesquisada por Rover e Santos em 2014, nas empresas de capital aberto.

Conjuntamente, a internacionalização não manifestou efeito significativo (p-valor 0,76 > 0,05) sobre a qualidade da informação contábil. Oposto ao esperado e ao contrário, encontrado nas pesquisas de Murcia e Santos (2009), Mazzioni e Klann (2016), em que a internacionalização é um fator determinante para explicar a qualidade da informação contábil. Justifica o oposto do esperado, pois a variável surgiu dos estudos de Murcia e Santos (2009) aplicado em 2007, e de Mazzioni e Klann (2016) com dados de 2005 a 2012, além do período considerados pelos autores, serem antes, durante e pós convergência contábil. Murcia e Santos (2009) realizou a mensuração pelo *disclosure* voluntário, Mazzioni e Klann (2016) consideram os atributos da qualidade da informação contábil, a persistência, previsibilidade e suavização dos lucros, enquanto essa pesquisa considerou atributos da qualidade da informação contábil as características qualitativas.

A auditoria realizada por empresas Big Four não manifestou efeito significativo (p-valor 0,18 > 0,05) sobre a qualidade da informação contábil das Sociedades Anônimas de Capital aberto. Entretanto, nas Sociedades Cooperativas a auditoria realizada por empresas Big Four, apontou efeito significativo (p-valor 0,00 < 0,05) sobre a qualidade da informação contábil. E conjuntamente as Sociedades Anônimas de Capital aberto e Sociedades Cooperativas, a auditoria realizada pelas empresas Big Four, manifestou efeito significativo (p-valor 0,00 < 0,05) sobre a qualidade da informação contábil.

Os valores obtidos nas Sociedades Anônimas de Capital aberto foram ao contrário, encontrado por Fathi (2013); Rover e dos Santos (2014); Moura, Zanchi, Mazzioni, Macêdo e Krueger (2017), os quais, identificaram que a melhor qualidade da informação contábil, pertence às empresas auditadas por *big four*. Por outro lado, os resultados obtidos nas Sociedades Cooperativas separadamente e conjuntamente (Sociedades Anônimas de Capital aberto e Sociedades Cooperativas) corroboram com evidenciado por Fathi (2013); Rover e dos Santos (2014); Moura, Zanchi, Mazzioni, Macêdo e Krueger (2017), em as empresas auditadas pelas Big Four, tendem a apresentar uma melhor qualidade da informação contábil.

O referido resultado da auditoria realizada por Big Four nas sociedades cooperativas, confirma a observação evidenciada na coleta de dados da Métrica da

qualidade da informação. Em que, a cooperativa COPACOL foi auditada pela empresa Big Four somente no ano de 2020, de modo que, no mesmo ano apresentou uma pontuação na MQIC superior aos anos anteriores, auditadas por firmas independentes e não Big Four. Também a cooperativa LAR foi auditada nos anos de 2019 e 2020, pela firma Big Four, apresentou aumento de 0,57 para 0,91 a pontuação da MQIC.

Porém, a cooperativa Frísia foi auditada pela Big Four no ano 2017, diminui a MQIC de 0,83 para 0,60, na pontuação do índice. A possível explicação da diminuição da qualidade da informação para a cooperativa Frísia, pode estar nas características das sociedades cooperativas e decisões de política interna. Em que, as cooperativas concentram-se na organização comunitária de pessoas produtoras de trabalho, as quais planejam e criam uma administração para servir os interesses dos seus cooperados (Bialoskorski Neto 1994). Além disso, o associado possui a função de ser gestor, proprietário e usuário ao mesmo tempo (Bialoskorski Neto, 1994; Oliveira, 2019). Em função disso, as informações econômicas e financeiras da cooperativa devem apresentar-se conforme as normas contábeis e fiscais, com clareza e precisão, para auxiliar os associados na tomada de decisão. Fato esse, que observado na coletada de dados, que as sociedades Cooperativas divulgam, além dos relatórios contábeis, um conjunto de informações extras, representados em forma de gráfico: vendas, exportação, índice de endividamento, liquidez, rentabilidade, investimento, crescimento, produção por área e produção geral, previsões orçamentárias, riquezas distribuídas e entre outras informações do interesse dos associados. Nos anos que foram auditadas pela Big Four, não apresentaram esses conjuntos de informações, que são o hábito das maiorias das cooperativas da amostra no período analisado. Isso fez com que a cooperativa Frísia diminuísse a qualidade da informação da pontuação na MQIC, no ano que foi auditada pela Big Four.

Portanto, ao observa-se os valores dos resultados separadas, ou seja, dados das sociedades anônimas de capital aberto e os dados das sociedades cooperativas, ficou evidenciado que os fatores, rentabilidade e o endividamento, tendem a aumentar a qualidade da informação contábil, nas sociedades anônimas de capital aberto. Já o fator auditoria realizada pela Big Four, tende a divulgar uma melhor qualidade da informação contábil nas Sociedades Cooperativas.

Entretanto, ao considerar os conjuntos de dados das amostras simultaneamente, evidencia os fatores, como tamanho e auditoria, realizadas pelas

Big Four, tendem a apresentar uma maior qualidade da informação contábil, nas empresas do segmento de alimento do consumo humano**.**

Diante dos resultados demonstrados na pesquisa, ao considerar como fatores determinantes: tamanho da empresa, rentabilidade, endividamento, oportunidade de crescimento, internacionalização e auditoria. Aceita-se a hipótese da pesquisa, em que, há fatores que evidenciam uma maior qualidade da informação contábil, das Sociedades Anônimas de capital aberto e Sociedades Cooperativas do ramo de alimentos do consumo humano.

Salienta-se os referidos fatores tendem a influenciar de maneira diferentes conforme as características e finalidade das empresas, bem como, se analisar o setor como um todo. Que foi o caso dessa pesquisa, em que, os fatores que evidenciam uma maior qualidade da informação contábil nas sociedades anônimas de capital aberto, não são os mesmos fatores, que evidenciam uma maior qualidade da informação nas sociedades cooperativas, bem como, ao analisar os resultados conjuntamente, os fatores também a mudaram, pois passaram a refletir aquele setor econômico como um todo.

4.2.5 Normalidade dos resíduos, diagnóstico de autocorrelação e heterocedasticidade

Na Tabela 18 é apresentado os testes de normalidade dos resíduos e a Tabela 19 demonstra o teste Wooldridge para verificação da autocorrelação, bem como o teste de Teste de Wald para heterocedasticidade, para os conjuntos de dados das amostras, tanto das Sociedades Anônimas de capital aberto, quanto das Sociedades Cooperativas, de forma separadas, bem como simultaneamente.

Tabela 18. Teste de normalidade dos resíduos

	Kolmogorov-Smirnov				
Variáveis	**MQIC**	**TAM**	**ROE**	**ENDIV**	**OC**
Sociedades anônimas de capital aberto					
Estatística	0,13	0,13	0,13	0,15	0,40
df	48	48	48	48	48
Sig.	0,04	0,06	0,04	0,01	0,00
Sociedades cooperativas					
Estatística	0,16	0,11	0,25	0,15	0,23
df	60	60	60	60	60
Sig.	0,00	0,06	0,00	0,00	0,00
Sociedades anônimas de capital aberto e sociedades cooperativas					
Estatística	0,09	0,07	0,23	0,08	0,36
df	108	108	108	108	108
Sig.	0,03	0,20	0,00	0,05	0,00

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O resultado do Teste de Normalidade dos Resíduos dos conjuntos das amostras da pesquisa, tanto de forma separado, quanto simultaneamente, manifestaram ausência de normalidade de resíduos para todas as variáveis do Modelo, exceto a variável tamanho que apresentou normalidade. Portanto, não seguiu os pressupostos de normalidade dos resíduos.

Tabela 19. Diagnóstico de autocorrelação e heterocedasticidade

Empresa	**Autocorrelação** **Teste de Wooldridge**	**HETEROCEDASTICIDADE** **Teste de Wald**
Sociedades anônimas de capital aberto	F (1 7) = 7,410 Prob > F = 0,03	chi2 (18) = 1,00 Prob > chi2 = 0,00
Sociedades Cooperativas	F (1 9) = 7,886 Prob > F = 0,02	chi2 (8) = 754,32 Prob > chi2 = 0,00
Sociedades anônimas de capital e sociedades cooperativas	F (1, 1 7) = 3,357 Prob > F = 0,084	chi2 (18) = 1,00 Prob > chi2 = 0,00

Nota: Considerado p-valor > 0,05

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Ao considerar o p-valor menor que 0,05, o Teste de Wooldridge para autocorrelação rejeitou a hipótese nula de ausência de autocorrelação. O Teste de Wald para a heterocedasticidade rejeitou a hipótese nula de ausência de heterocedasticidade.

5 CONSIDERAÇÃO FINAL

A pesquisa teve o propósito de verificar os fatores que evidenciam a qualidade da informação contábil, nas sociedades cooperativas e nas sociedades anônimas de capital aberto, do segmento de alimento do consumo humano.

Em função disso, mensurou-se a qualidade da informação contábil pela Métrica da Qualidade da Informação Contábil, construída pela Barbosa (2014); Barbosa, Scherer, Scarpin e Murcia (2015) e determinou-se os fatores explicativos da qualidade da informação contábil, evidenciados na literatura empírica nacional e internacional (Múrcia, & Santos, 2009; Isidro, & Raonic, 2012; Rover, & Santos, 2014; Christensen, Lee, Walker, & Zeng, 2015; Moura, Ziliotto, & Mazzioni, 2016; Mazzioni, & Klann, 2016; Mazzioni, & Klann, 2016; Moura, Zanchi, Mazzioni, Macêdo, & Krueger, 2017; Queiroz & Almeida, 2017; Mahboub, 2017; Ross, Shi & Xie, 2019; Oliveira, 2019; Brandalize, Flach & Sallaberry, 2021).

Os fatores escolhidos da literatura para a evidenciação da qualidade da informação contábil, tanto nas Sociedades Anônimas de Capital Aberto, quanto nas Sociedades Cooperativas, são o tamanho da empresa, rentabilidade, endividamento, oportunidade de crescimento, internacionalização e auditoria, para a análise estatísticas descritivas e testes econométricos.

Salienta-se que mensuração da qualidade da informação contábil, foi realizada pela métrica de qualidade da informação contábil, construída por Barbosa (2014, p.p.63-64); Barbosa, Scherer, Scarpin e Murcia (2015, p.50), visto que, atende as caraterísticas qualitativas fundamentais, considerada como, a relevância e representação fidedigna, e, também contempla a comparabilidade, como um dos atributos de melhoria na utilidade da informação contábil.

Ao referir-se aos resultados da mensuração da qualidade da informação contábil. As sociedades anônimas de capital aberto pontuaram na média geral nas características qualitativas de 0,09 a representação fidedigna, 0,28 a relevância e 0,39 a comparabilidade. As sociedades cooperativas obtiveram a média geral nas características qualitativas de 0,06 a representação fidedigna, 0,30 a relevância e 0,31 a comparabilidade. Tanto os resultados das sociedades anônimas de capital aberto, quanto das sociedades cooperativas, referem-se ao índice de Barbosa (2014) e de Barbosa, Scherer, Scarpin e Murcia (2015), em que, as pontuações máximas

atribuídas às características qualitativas são de 0,16 a representação fidedigna, 0,40 a relevância e 0,45 a comparabilidade.

Ao comparar as sociedades anônimas de capital aberto e as sociedades cooperativas, percebe-se que a maioria das empresas obtiveram a maior porcentagem da pontuação atribuída, na comparabilidade, seguido a relevância e a representação fidedigna, observa-se que representação fidedigna apresentou a porcentagem mais baixa da pontuação atribuída, em relação as demais característica da MQIC, mas alcançou uma pontuação acima de 50% da pontuação atribuída. Porém, as cooperativas apresentaram as maiores pontuações na relevância e na comparabilidade da informação contábil, e a representação foi abaixo de 31% da pontuação atribuída.

O que chama atenção numa maneira geral, nos resultados da mensuração da MQIC, é como as empresas e cooperativas pontuaram em cada características qualitativas. Considerado em termos gerais, as sociedades anônimas de capital aberto alcançaram 56% na representação fidedigna, 70% na relevância e 86% na comparabilidade. E as sociedades cooperativas obtiveram 25% na representação fidedigna, 82% na relevância e 55% na comparabilidade. O que se observa aqui, não é porcentagem alcançada em cada característica, mas a ordem e as diferenças de pontuação obtida entre as características.

Visto que, a relevância da qualidade da informação contábil torna-se útil a tomada de decisão dos seus usuários (Schroeder, Clark, & Cathey, 2019) e demonstrar a realidade econômica da atividade (Lopes & Martins, 2017). A relevância e representação fidedigna, são características qualitativas fundamentais interligadas e dependentes uma da outra (Cho, Kim, & Lim, 2010). Pois, a relevância faz conexão entre o fenômeno econômico à decisão, detectando qual o fenômeno econômico que carece ser retratado nos relatórios financeiros, enquanto a representação fidedigna aborda a maneira pela qual fenômeno econômico retrato, vai ser apresentado, da forma como existiu, os números e descrições dos fatos contábeis (Obaidat, 2007; Cho, Kim & Lim, 2010). Já, a comparabilidade está intrínseca na representação fidedigna, pois, ao representar o fenômeno econômico relevante, deve oferecer o grau de comparabilidade (CPC 00_R2, 2019), dos eventos passados, de período em período, bem como ao longo tempo (Obaidat, 2007).

Portanto, ao retomar os resultados em termos gerais, em consonância com a literatura, observa-se preliminarmente indícios de uma certa lacuna, entre a teoria

empírica e a aplicabilidade das características qualitativa fundamentais e de melhoria nos relatórios financeiros, tanto as sociedades anônimas de capital aberto, quanto as sociedades. Ou seja, conforme a literatura os valores dos resultados da mensuração da MQIC, deveriam obter porcentagem na pontuação atribuídas de cada característica qualitativa, igual ou diferença mínima, que não foi o caso desse pesquisa.

Ao referir os resultados dos fatores que evidenciam a qualidade da informação contábil, nas sociedades cooperativas e nas sociedades anônimas de capital aberto, do segmento de alimento do consumo humano. Inicialmente os resultados e análises foram demonstrados de forma separadas e comparativa, ou seja, uma exclusiva para o conjunto de dados da amostra das sociedades anônimas de capital aberto, e a outra somente ao conjunto de dados das sociedades cooperativas. Em função disto, evidenciou-se que os fatores, rentabilidade e o endividamento, tendem a aumentar a qualidade da informação contábil, nas sociedades anônimas de capital aberto. Já o fator auditoria realizada pela Big Four, tende a divulgar uma melhor qualidade da informação contábil das sociedades cooperativas.

Finalizou-se com os resultados e análises dos conjuntos de dados das amostras, ao mesmo tempo, considerado os fatores explicativos da qualidade da informação contábil, tipo de empresa, o tamanho da empresa, rentabilidade, endividamento, oportunidade de crescimento, internacionalização e auditoria. Assim, evidenciou-se que os fatores tamanho e auditoria, realizadas pelas Big Four, tendem a apresentar uma maior qualidade da informação contábil, nas empresas do segmento de alimento do consumo humano.

Diante dos resultados demonstrados na pesquisa, aceita-se a hipótese da pesquisa, em que fatores determinantes evidenciam uma maior qualidade da informação contábil das Sociedades Anônimas de capital aberto e Sociedades Cooperativas do ramo de alimentos do consumo humano. Refere-se tanto na análise dos conjuntos de dados das amostras separadas, quanto na análise dos conjuntos de dados das amostras, ao mesmo tempo.

Observa-se que os fatores (rentabilidade e o endividamento) evidenciam uma melhor qualidade da informação contábil nas sociedades anônimas de capital aberto, são diferentes, do fator (auditoria) que evidência uma melhor a qualidade da informação contábil nas sociedades cooperativas, ou seja, os fatores que evidenciam uma melhor qualidade da informação não são os mesmos, para ambas as empresas.

No entanto, ao considerar os conjuntos das amostras, ao mesmo tempo, esperava-se, que os fatores, rentabilidade, endividamento e auditoria, evidenciassem uma melhor qualidade da informação contábil, ao tratar dos mesmos conjuntos de dados das amostras, mas não foi completamente o esperado. Haja visto que, o tamanho e a auditoria, realizados pelas Big Four, tendem a apresentar uma maior qualidade da informação contábil, para conjunto das empresas.

Diante desses resultados, há indício que a qualidade da informação contábil, evidenciada pela característica das empresas ou até mesmo por segmento ou setor, tendem a ser diferente do que, as evidenciadas nas empresas em geral. O que justifica a maioria dos fatores evidenciados, serem ao contrário do esperado, e até mesmo oposto, do mencionado pela literatura empírica.

Salienta-se que os resultados são limitados pelos conjuntos de dados das amostras, pelas variáveis, métricas da qualidade da informação, técnicas empregadas na análise, o número de observações e por considerar somente as cooperativas da região Sul do Brasil. Para pesquisas futuras, sugere-se reaplicar a pesquisa, ampliando o número da amostrada, considerando todas as cooperativas do Brasil e evidenciar outros fatores.

REFERÊNCIAS

Almeida, J. E. F. (2010). Qualidade na informação contábil em ambientes competitivos. 2010. 174 fls. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis), Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração, e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Altoé, S. M. L., Ribeiro, F., & Colauto, R. D. (2015). Tempestividade da informação contábil e prática da suavização de resultados: um estudo no mercado de capitais brasileiro. *Revista Mineira de Contabilidade*, 16(3), 17-25.

Alves, F. I. A. B., Guedes, Y. R., & Souza, J. L. (2018). Política de Dividendos: Estudo dos Fatores Determinantes para as Empresas Atuantes no Setor de Utilidade Pública. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, *8*(1), 4-23.

Albuquerque Filho, A. R., Ribeiro Macedo, F. F. R., Moura, G. D. D., Bracht Fank, D. R., & Heberle, E. L. (2019). Fatores determinantes da intangibilidade em companhias abertas familiares. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, 23(2), 37-52.

Assaf Neto, A. (2019). Mercado financeiro. (14a ed). São Paulo: Atlas.

Azar, N., Zakaria, Z., & Sulaiman (2019). The Quality of Accounting Information: Relevance or Value-Relevance? *Asian Journal of Accounting Perspectives,* 12 (1), 1-21.

Baioco, V. G., & Almeida, J. E. F. D. (2017). Efeitos do comitê de auditoria e do conselho fiscal na qualidade da informação contábil no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, *28*(74), 229-248.

Baptista, E. M. B. (2008). Análise do Perfil das Empresas Brasileiras Segundo o Nível de Gerenciamento de Resultados. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Ball, R.; Brown, P. (1968). An empirical evaluation of accounting income numbers. Journal of Accounting Research. (6).159 -178.

Ball, R., Kothari, S. P., & Robin, A. (2000). The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. *Journal of accounting and economics*, *29*(1), 1-51.

Ball, R. (2016). IFRS–10 years later. Accounting and Business Research, 46(5), 545-571.

Barua, A. (2006). Using the FASB's qualitative characteristics in earnings quality measures. Available at SSRN 815784.

Barros, C. M. E., & Colauto, R. D. (2019). A influência do board interlocking na qualidade da informação contábil em empresas brasileiras. Revista Universo Contábil, 15(1), 106-130.

Barth, M. E.; Beaver, W. H.; Landsman, W. R. (2001). The relevance of value-relevance literature for financial accounting standard setting: another view. Journal of Accounting and Economics, v.31, p. 77-104.

Barth, M. E., Landsman, W. R., & Lang, M. H. (2008). International accounting standards and accounting quality. Journal of Accounting Research, 46(3), 467-498.

Barth, ME (2013). Comparabilidade global em relatórios financeiros: o quê, por quê, como e quando? *China Journal of Accounting Studies*, *1* (1), 2-12.

Barbosa, J.S. (2014). *Métrica de Qualidade da Informação Contábil Sob a Ótica dos Analistas Fundamentalistas: Estudo Comparativo Com Modelo Basu (1997).* Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Programa de Pós-Graduação em – Área de Concentração Contabilidade e Finanças, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

Barbosa, J. S., Scherer, L. M., Scarpin, J. E., & Murcia, F. D. R. (2015). Construção de métrica para avaliação da qualidade da informação contábil sob a ótica de analistas fundamentalistas. Revista de Contabilidade e Organizações, 9(24), 42-55.

Basu, S. (1997). The Conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. *Journal of Accounting and Economics,* 24 (1), 3-37.

Beatty, A., & Harris, D. G. (1999). The effects of taxes, agency costs and information asymmetry on earnings management: A comparison of public and private firms. *Review of Accounting Studies*, *4*(3), 299-326.

Beest, F. V., Braam, G. J. M., & Boelens, S. (2009). Quality of Financial Reporting: measuring qualitative characteristics., *Nijmegen Center for Economics (NiCE) Institute for Management Research Radboud University Nijmegen.* Working Paper.

Bialoskorski Neto, S. (1994) *Agribusiness cooperativo: economia, doutrina e estratégias de gestão.* 135f. Dissertação (Mestrado em Agronomia). Departamento à Escola Superior de Agricultura “Luiz Queiroz, da Universidade de São Paulo, Piracicaba, São Paulo, Brasil.

Bharath, S. T., Sunder, J., & Sunder, S. V. (2008). Accounting quality and debt contracting. *The Accounting Review*, *83*(1), 1-28.

Brandão, I. F., Assunção, R. R., Ponte, V. M. R., & Rebouças, P. (2013). Fatores determinantes do disclosure de guidance das companhias listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, *10*(21), 87-114.

Brandalize, T., Flach, L., & Sallaberry, J. D. (2021). Análise dos determinantes no grau de evidenciação do risco de crédito em centrais de cooperativas de crédito. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, *8*(15), 01-34.

Bressan, V. G. F., Lopes, A. L. M., & Menezes, M. R. (2013). Análise de eficiência das cooperativas de crédito brasileiras utilizando informações contábeis. In *1º Congresso Integrado de Contabilidade-Governador Valadares/MG, Anais*.

Bressan, V. G. F., Santos, L. S. Z., & Bressan, A. A. (2015). Gerenciamento de resultados para evitar divulgar perdas: um estudo das cooperativas de crédito filiadas à CONFESOL. In 53º Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de economia, Administração e Sociologia Rural. "Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento. João Pessoa, 26 a 29 de julho de 2015. PB. Brasil. Recuperado de http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.5/1/4506.pdf.

Bressan, V. G. F., Bressan, A. A., & da Silva Júnior, J. M. (2015). Evitar Divulgar Perdas: Foi Uma Estratégia Utilizada na Última Década pelas Cooperativas de Crédito Filiadas ao Sicredi? *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, *2*(3), 27-42.

Beuren, I. M. (2010). Coletas de. Coleta, Análise e Interpretação dos Dados. In: Beuren, I. M. (Org.) Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas. p. 43-76.

Bortoleto, F. C (2015). Poder discricionário e gerenciamento de resultados em cooperativas agropecuárias: uma aplicação no estado do Paraná (Dissertação de mestrado da Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto.

Bushman, R. et al. (2004). Financial accounting information, organizational complexity and corporate governance systems. Journal of Accounting and Economics, 37(2).167-201.

Chaddad, F. (2012). Advancing the theory of the cooperative organization: the cooperative as a true hybrid. Annals of Public and Cooperative Economics, 83(4), 445-461.

Carpes Dani, A., Pamplona, E., & Cunha, P. R. (2019). Influência da estrutura de auditoria, conselho de administração e qualidade da informação contábil no *Índice Market To Book Value* de empresas brasileiras listadas na b3. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças,* 7(2).

Carvalho, F. L. D. (2012). *Qualidade das informações contábeis, restrição financeira e decisões de investimento: evidências para a América Latina*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Área de Concentração em Economia, Organização e Gestão Conhecimento. Escola de Engenharia de São Carlos da Universidades de São Paulo. São Carlos. São Paulo.

Christensen, J. A., & Demski, J. S. (2003). Accounting Theory: Na Information Content Perspective. Boston: McGraw-Hill/Irwin.

Christensen, J. (2010). Conceptual frameworks of accounting from an information perspective. Accounting and Business Research, 40(3), 287-299.

Christensen, H. B., Lee, E., Walker, M., & Zeng, C. (2015). Incentives or standards: What determines accounting quality changes around IFRS adoption? European Accounting Review, 24(1), 31-61.

Cooper, D. R., & Schindler, P. S. (2003). Métodos de Pesquisa em Administração. Porto Alegre: Bookman.

Cho, M., Kim, O., & Lim, S. C. (2010). Two conflicting definitions of relevance in the FASB Conceptual Framework. *Journal of Accounting and Public Policy*, 29(6), 604-611.

Comitê Pronunciamentos Contábeis (CPC) (2019). *Pronunciamento técnico CPC 00 (R2), de 10 de dezembro de 2019*. Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. Recuperado de: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf.

Comissão De Valores Mobiliários (CVM). (2018). Ofício Circular, a Superintendência de Relações com Empresas (SEP), nº02/2018. Orientações gerais sobre procedimentos a serem observados pelas companhias abertas, estrangeiras e incentivadas. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2018. RJ. Recuperado de http://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/oficios-circulares/sep/oc-sep-0218.html

Comissão De Valores Mobiliários (CVM). (2021). Ofício Circular, a Superintendência de Relações com Empresas (SEP), nº01/2021 Orientações gerais sobre procedimentos a serem observados pelas companhias abertas, estrangeiras e incentivadas. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2021. RJ. Recuperado de http://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/oficios-circulares/sep/oc-sep-0121.html.

Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado (CODIM). (2018). Pronunciamento de Orientação, Revisão (R2) de 06 de dezembro de 2018. Ementa: melhores práticas para a elaboração e divulgação do relatório anual: Procedimentos para preparação de relatório anual, como forma de contribuir para a adoção de boas práticas de divulgação de informações, prestação de contas e governança corporativa. Recuperado de 174-PO-N13-Elaboracao-e-Divulgacao-do-Relatorio-Anual-R2.pdf (codim.org.br).

Damascena, L. G., Duarte, F. C. D. L., & Paulo, E. (2017). Meta-análise dos Efeitos da Adoção das IFRS na Qualidade da Informação Contábil no Brasil. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, 22(1), 28-48.

Dhaliwal, D., Huang, S., Khurana, I. K., & Pereira, R. (2014). Product market competition and conditional conservatism. *Review of Accounting Studies*, *19*(4), 1309-1345.

Decreto-lei n.59, de 21 de novembro de 1966 (1966). Define a política nacional de cooperativismo, cria o Conselho Nacional do Cooperativismo e dá outras Providências. Brasília, DF. Recuperado em 10 maio, 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0059.htm.

Decreto n. 60.597, de 19 de abril de 1967 (1967). Regulamenta o Decreto-lei nº 59, de 21 de novembro de 1966. Brasília, DF. Recuperado em 10 maio, 2020, de https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60597-19-abril-1967-401464-publicacaooriginal-1-pe.html.

Demski, JS (1998). Manipulação de medidas de desempenho. *Contemporary Accounting Research*, *15* (3), 261-285.

Dechow, P. M., & Dichev, I. D. (2002). The quality of accruals and earnings: The role of accrual estimation errors. *The accounting review*, *77*(s-1), 35-59.

Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants, and their consequences. *Journal of accounting and economics*, *50*(2-3), 344-401.

Dechow, P. M., & Skinner, D. J. (2000). Earnings management: Reconciling the views of accounting academics, practitioners, and regulators. *Accounting Horizons*, *14*(2), 235-250.

Dickel, D. (2014). Manual de contabilidade para as cooperativas agropecuárias. 2. ed. atualizada. – Porto Alegre: Sescoop/RS.

Diniz, M. M., & Girão, L. D. A. (2019). Persistência das Sobras: Uma análise nas Cooperativas de Crédito singulares brasileiras. In Anais do USP International Conference in Accounting.

Dhaliwal, D., Huang, S., Khurana, I. K., & Pereira, R. (2014). Product market competition and conditional conservatism. *Review of Accounting Studies*, *19*(4), 1309-1345.

Echobu, J., Okika, N. P., & Mailafia, L. (2017). Determinants of financial reporting quality: Evidence from listed agriculture and natural resources firms in Nigeria. *International Journal of Scientific Research in Social Sciences & Management Studies*, *2*(1), 66-82.

Ekwueme, C. M., & Aniefor, S. J. (2019). Determinants of financial reporting quality: Evidence from listed manufacturing firms in Nigeria. *Journal of Global Accounting Department of Accountancy*, *6*(2).

Elsiddig, A. I. (2020). The qualitative characteristics of accounting information, earnings quality, and Islamic banking performance: Evidence from the gulf banking sector. *International Journal of Financial Studies*, 8(2), 30.

Eckel, N. (1981). The income smoothing hypothesis revisited. *Abacus*, v. 17, n. 1, p. 28-40.

Fajardo, S. (2016). A ação das cooperativas agropecuárias na modernização da agricultura no estado do Paraná, Brasil. GeoTextos, 12(1).

Farias, F. R. (2015). O cooperativismo agropecuário no sul do Brasil. Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE. Presidente Prudente: UFGD Editora, 6104-6129.

Fávero, L. P.; Belfiore, P. (2017). *Manual de Análise de dados: Estatística e modelagem Multivariada com Excel, SPSS e Stata.* (1ed). Rio de Janeiro. Elsevier.

Fathi, J. (2013). The determinants of the quality of financial information disclosed by French listed companies. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, *4*(2), 319-319.

Financial Accounting Standards Board (FASB). (1980). Original pronouncements as amended. Statement of Financial Accounting Concepts No. 2. Qualitative Characteristics of Accounting Information.

Financial Accounting Standards Board (FASB) (1980) “Qualitative Characteristics of Accounting Information,” Statement of Financial Accounting Concepts No. 2, May 1980, in Summary of Principal Conclusions.

Financial Accounting Standards Board (FASB) Concepts Statement No. 2, May 1980. Qualitative Characteristics of Accounting Information, Norwalk, CT. Financial Accounting Standards Board

Financial Accounting Standards Board (FASB) (2008). Exposure Draft, May 2008. Conceptual Framework for Financial Reporting: Objective of Financial Reporting and Qualitative Characteristics and Constraints of Decision-Useful Financial Reporting Information, Norwalk, CT.

Ferreira, G. D., Carmo, C.H.S., Zanolla, E. & Moura, P. J.P(2020). Qualidade da Informação Contábil: Uma Análise Bibliométrica das Pesquisas com Cooperativa. In *Anais do XX USP International Conference in Accounting “Accounting as a Governance mechanism*.” São Paulo. São Paulo. Brasil. Recuperado de: https://congressousp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2519.pdf.

Flores, E., Braunbeck, G. & Carvalho. (2018). Teoria da contabilidade: em busca dos fundamentos do fenômeno contábil. In. Flores, E., Braunbeck, G. & Carvalho (Org.). *Teoria da contabilidade financeira: fundamentos e aplicações.* (v.1, 1 ed, pp. 1-23). São Paulo: Atlas.

Gabriel, F. (2011). Impacto da adesão às práticas recomendadas de governança corporativa no índice de qualidade da informação contábil. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia,

Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo. Brasil. Recuperado de http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-09022012-195619/pt-br.php.

Gelbcke, E. R., Santos, A. D., Iudícibus, S. D., & Martins, E. (2018). Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC.

Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas.

Gogola Neto et al. (2020). *Cenário Cooperativismo Paranaense: Ramo Agropecuário.* Recuperado de: http://www.paranacooperativo.coop.br/PPC/images/Comunicacao/2021/cenarios_cooperativismo_pr/cenario_consolidado_cooperativismo_paranaense_dez_2020.pdf.

Gonçalves, J. C., Batista, B. L. L., da Silva Macedo, M. A., & da Costa Marques, J. A. V. (2014). Análise do impacto do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil: um estudo com base na relevância da informação contábil. *Revista Universo Contábil*, *10*(3), 25-43.

Gonçalves, W. D. B., & Lemes, S. (2018). A Relação dos Gastos com P&D com a Qualidade da Informação Contábil. Contabilidade Vista & Revista, 29(2), 68-95.

Góis, A.D, Flores E., Oliveira, H.C.S., & Nasu, V. H. (2018). O que é teoria da contabilidade? In. Flores, E., Braunbeck, G. & Carvalho (Org.). *Teoria da contabilidade financeira: fundamentos e aplicações*. (v.1, 1 ed, pp. 45-76). São Paulo: Atlas.

Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011*). Basic Econometrics. (5*. ed) New York, EUA. McGraw-Hill.

Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting Horizons*, *13*(4), 365-383.

Hendriksen, E. S. & Van Breda, M. F. (1999). Teoria da contabilidade. (5 ed) São Paulo: Atlas.

Hümmelgen, B. (2016). Cooperativismo: um agente de mudança. *Revista Urutágua*, (34), 74-86. https://doi.org/10.4025/revurut.vi34.29626.

Iudícibus, S. (2010). Teoria da Contabilidade. (10 ed). São Paulo: Atlas.

Iudícibus, S. D., & Ricardino Filho, Á. A. (2002). A primeira lei das sociedades anônimas no Brasil: lei nº 1.083-22 de agosto de 1860. *Revista Contabilidade & Finanças,* 13(29), 7-25.

Isidro, H., & Raonic, I. (2012). Firm incentives, institutional complexity, and the quality of “harmonized” accounting numbers. *The International Journal of Accounting,* 47(4), 407-436.

Kam, V. (1990*). Accounting theory.* New York: Illinois: IE-WILEY.

Klann, R. C., & Salla, N. M. (2014). Convergência voluntária às normas internacionais de contabilidade em sociedades cooperativas: correlação entre padrões e práticas. *ConTexto*, *14*(26).

Kirschenheiter, M., & Melumad, N. D. (2002). Can “big bath” and earnings smoothing co-exist as equilibrium financial reporting strategies? *Journal of Accounting Research*, *40*(3), 761-796.

Krismiaji, Y., Aryani, A. & Suhardjanto, D. (2016). International Financial Reporting Standards, board governance, and accounting Quality A preliminary Indonesian evidence. *Asian Review of Accounting. 24 (4).474-497.*

Krismiaji, Wiratno, D. H., & Ashari, S. (2019). Ownership Concentration, Firm Size, and Information Value Relevance: Indonesian Evidence. *Journal of Accounting and Investment,* 20(2), 99-113.

Lei n.1.083, de 22 de agosto de 1860 (1860). Contendo providencias sobre os Bancos de emissão, meio circulante e diversas Companhias e Sociedades. Rio de Janeiro, RJ. Recuperado em 15 fevereiro, 2021, de. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim1083.htm.

Lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940 (1940). Dispõe sobre as sociedades por ações. Rio de Janeiro, RJ, 26 set.1940. Recuperado em 15 fevereiro, 2021, de. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2627.htm.

Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (1971). Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 10 março, 2020, de. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm.

Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (1976). Dispõe sobre as sociedades por ações. Brasília, DF. Recuperado em 10 março, 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm.

Lei n. 9.457, de 5 de maio de 1997 (1997). Altera dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Brasília, DF. Recuperado em 10 março, 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9457.htm.

Lei n.10303, de 31 de outubro de 2001 (2001). Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Brasília, DF. Recuperado em 10 março de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10303.htm.

Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (2007). Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília, DF. Recuperado em 10 maio, 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm.

Lei n. 13.818, de 24 de abril de 2019 (2019). Altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas), para dispor sobre as publicações obrigatórias e ampliar para R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) o valor máximo admitido de patrimônio líquido para que a sociedade anônima de capital fechado faça jus ao regime simplificado de publicidade de atos societários. Brasília, DF. Recuperado em 10 maio, 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13818.htm.

Lima (2010). A relevância da informação contábil e o processo de Convergência para as normas IFRS no Brasil.236 F. Tese (Doutorado). Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo. Brasil.

Lopes, A. B & Martins, E. (2017). Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem. (2 ed). São Paulo: Atlas.

Lopes, A.B. & Iudícibus, S. (2017). Teoria Avançada da Contabilidade. São Paulo: Atlas.

Londero, P. R., & dos Santos, A. (2018). ICPC 14: Os Impactos dessa Norma Contábil nas Sociedades Cooperativas Agropecuárias. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, *14*(1), 91-112.

Maia, S.C., Fully Bressan, V. G., Lamounier, W. M., & Braga, M. J. (2013). Earnings management in Brazilian credit unions. Brazilian Business Review (English Edition), 10(4), 96-116.

Macedo, A. S. M., Machado Veras, M. A., & Machado Reis, M. (2013). Análise da relevância da informação contábil no Brasil num contexto de convergência às normas internacionais de contabilidade. *Revista Universo Contábil*, *9*(1), 65-85.

Mahboub, R. M. (2017). Main determinants of financial reporting quality in the Lebanese banking sector. *European Research Studies Journal. 20 (4),* pp. *706-726.*

Marciukaityte, D., & Park, J. C. (2009). Market competition and earnings management. *Available at SSRN 1361905*.

Marques, V. A., da Silva Bicalho, E. M., Peixoto, N. G. M., & Amaral, H. F. (2017). Estrutura de Capital e Qualidade da Informação Contábil: Evidências Empíricas no Mercado Brasileiro no período de 2008-2014. Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting, 3(5).

Martins, G. D. A., & Theóphilo, C. R. (2018). Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. (3 ed). São Paulo: Atlas.

Mazzioni, S., & Klann, R. C. (2016). Determinantes da qualidade da informação contábil sob a perspectiva das características empresariais. *Enfoque: Reflexão Contábil,* 35(1), 55-73.

Mazzioni, S., & Klann, R. C. (2016). Determinantes da qualidade da informação contábil no contexto internacional. Revista Contemporânea de Contabilidade, 13(29), 03-32.

Mazzioni, S., & Klann, R. C. (2018). Aspectos da qualidade da informação contábil no contexto internacional. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 20(1), 92-111.

Matarazzo, D. C. (2017). *Análise financeira de* balanços: abordagem gerencial. (7. ed). São Paulo: Atlas.

Meek, G., Roberts, C. & Gray, S. (1995). Factors Influencing Voluntary Annual Report Disclosures By U.S., U.K., and Continental European Multinational Corporations. J Int Bus Stud 26, 555–572. https://doi.org/10.1057/palgrave.jibs.8490186.

Ménard, C. (2007). Cooperatives: Hierarchies or hybrids? In *Vertical markets and cooperative hierarchies* (pp. 1-18). Springer, Dordrecht.

Menegário, A. H. (2000). *Emprego de indicadores socioeconômicos na avaliação financeira de cooperativas agropecuárias*. 137 f. Dissertação de mestrado em Economia Aplicada. Departamento à Escola Superior de Agricultura “Luiz Queiroz, da Universidade de São Paulo, Piracicaba, São Paulo, Brasil.

Mezzadri, A.J. *et al*. (2021). 50 Maiores Empresas de Agronegócio do Brasil. Recuperado de: https://forbes.com.br/listas/2018/07/10-das-melhores-empresas-de-agronegocio-do-brasil/#foto13.

McNichols, M. F. (2002). Discussion of the quality of accruals and earnings: The role of accrual estimation errors. *The accounting review*, *77*(s-1), 61-69.

Miko, N. U., & Kamardin, H. (2015). Impact of audit committee and audit quality on preventing earnings management in the pre-and post-Nigerian corporate governance code 2011. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, *172*, pp. 651-657.

Moura, G. D., Zanchi, M. M., Mazzioni, S., Macêdo, F. F., & Krueger, S. D. (2017). Determinantes da qualidade da informação contábil em grandes companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (Repec), 11(3).

Moura, G. D., Ziliotto, K., & Mazzioni, S. (2016). Fatores determinantes da qualidade da informação contábil em companhias abertas listadas na BM&FBovespa. Revista de Contabilidade e Organizações, 10(27), 17-30.

Munhoz, T. R. (2015). Gerenciamento de resultados em cooperativas agropecuárias do estado Paraná. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Programa de Pós-Graduação em – Área de Concentração Contabilidade e Finanças, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

Murcia, F. D. R. Fatores Determinantes do nível de disclosure voluntário de companhias abertas no Brasil (2009). Tese de doutorado em Contabilidade, Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, departamento de contabilidade e atuária da faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.

Murcia, F. D. R., & dos Santos, A. (2009). Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC), 3(2), 72-95.

Myers, J. N., Myers, L. A., & Skinner, D. J. (2007). Earnings momentum and earnings management. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, *22*(2), 249-284.

Nardi, P. C. C., Amadi, A. F., & da Silva, R. L. M. (2019). Análise da relação entre as características qualitativas da informação contábil e o audit delay. *Advances in Scientific and Applied Accounting, 1(3), 101-119.*

Niyama, J. & Silva, C. A. T (2018). Teoria da contabilidade. (3 ed). São Paulo: Atlas.

Nobes, C. W., & Stadler, C. (2015). The qualitative characteristics of financial information, and managers' accounting decisions: evidence from IFRS policy changes. *Accounting and Business Research,* 45(5), 572-601

Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) (2020). *Anuário do cooperativismo Brasileiro, Sistema OCB 2020.* Recuperado de: *https://www.ocb.org.br/publicacao/79/anuario-do-cooperativismo-brasileiro.*

Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Santa Catarina (*OCESC*) *Prestação de Contas e Relatório de Atividades 2019.* Recuperado de: http://admin.ocesc.org.br/padrao_itens/arquivos/916.pdf.

Organização Das Cooperativas Do Estado Do Paraná (OCEPAR) (1997). O cooperativismo paranaense. Curitiba: [s.n.].

Obaidat, A. N. (2007). Accounting information qualitative characteristics gap: Evidence from Jordan. International Management Review, 3(2).

Oliveira, D.P.R. (2019). Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática. (7ed). São Paulo: Atlas.

Oliveira, K. P. S. (2019). *Risco de informação, custo de capital próprio e a incerteza do ambiente informacional***.** Tese (Doutorado em Ciências Contábeis).

Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil.

Olszak, M., Chodnicka-Jaworska, P., Kowalska, I., & Świtała, F. (2018). Bank-type specific determinants of sensitivity of loan-loss provisions to business cycle. *The European Journal of Finance*, *24*(17), 1672-1698.

Osasere, A. O., & Ilaboya, O. J. (2018). IFRS Adoption and Financial Reporting Quality: IASB Qualitative Characteristics Approach. *Accounting & Taxation Review. 2 (3).*

Orsato, R. (2020). *Efeito da estrutura de capital sobre a qualidade da informação contábil evidenciada por empresas brasileiras de capital aberto*. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Curitiba. Paraná. Recuperado de https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/66412.

Ramos, F. M., & Caramori, R. (2017). Relation between the market risk and the quality of accounting information for the brazilian financial institutions. *Revista de Administração FACES Journal*, *16*(4).

Ramos, FM, & Klann, RC (2019). Relação entre a qualidade da informação contábil e as características organizacionais das entidades do terceiro setor. *Organizações & Sociedade*, *26*, 09-27.

Rodrigues, A. A. D.O.N, Ferreira, R. D. C. L., Mantovani, T. B., & Krauter, E. (2016). Uma comparação da qualidade da informação contábil entre as empresas de capital misto e as de controle privado no Brasil. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, 1(6), 76-91.

Rufino, M. A., & Monte, P. A. (2014). Fatores que explicam a divulgação de informações voluntárias das 100 empresas com ações mais negociadas na BM&FBOVESPA. In *Anais eletrônicos do Congresso ANPCONT,* VIII Congresso Anpcont, Rio de Janeiro, *Rio de Janeiro*, Brasil. Recuperado de: https://anpcont.org.br/pdf/2014/CUE239.pdf.

Paixão, J. A., da Costa Fernandes, S., & Rosalem, V. (2017). Estratégia de diversificação para manutenção dos fins cooperativistas. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas,* 4(8), 141-154.

Panzutti, R. (1996). Estratégias de financiamento das cooperativas agrícolas no Estado de São Paulo: caso da cooperativa dos agricultores da Região de Orlândia. 265 fls. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, São Paulo.

Panzutti, R. (1999). O caráter da agroindústria cooperativa e suas especificidades. *Pensamento & Realidade*, *5*.

Panzutti, R. (2005). Cooperativa: um empreendimento participativo. 2. ed. São Paulo: OCESP/SESCOOP.

Pargendler, M. (2006). Cinco mitos sobre a história das sociedades anônimas no Brasil. Harvard Law Review, 119(5), 1333-1403.

Penman, S. H., & Zhang, X. J. (2002). Accounting conservatism, the quality of earnings, and stock returns. *The accounting review*, *77*(2), 237-264.

Pinho, D. B. (2001). *Cooperativismo: fundamentos doutrinários e teóricos*. *Projeto Memória Viva, Série de estudo e Pesquisa*. ISSN 0102-6879. São Paulo: Instituto de Cooperativismo e Associativismo.

Potin, S. A., Bortolon, P. M., & Sarlo Neto, A. (2016). Hedge Accounting no Mercado Acionário Brasileiro: Efeitos na Qualidade da Informação Contábil, Disclosure e Assimetria de Informação. *Revista Contabilidade & Finanças*, 27(71), 202-216.

Queiroz, J. M., & de Almeida, J. E. F. (2017). Efeitos das Hipóteses da Teoria Positiva da Contabilidade na qualidade da informação contábil. Revista Universo Contábil, 13(3), 50-69.

Ramos, F. M., & Klann, R. C. (2019). Relationship between quality in accounting information and organizational characteristics of the third sector entities. *Organizações & Sociedade*, 26(88), 9-27.

Rezende, C. F., Pereira, V. S., & Penedo, A. S. T. (2020). Internacionalização de Empresas e Riquezas dos Acionistas. Future Studies Research Journal: Trends and Strategies, 12(1), 152-174.

Ribeiro, A. M., do Carmo, C. H. S., Fávero, L. P. L., & de Carvalho, L. N. G. (2016). Comparabilidade x uniformidade dos relatórios financeiros: uma análise empírica durante o período de transição regulatória da contabilidade brasileira ao padrão internacional. Advances in Scientific and Applied Accounting, 9(3), 262-282.

Ribeiro, K. Á., do Nascimento, D. C., & da Silva, J. F. B. (2013). Cooperativismo agropecuário e suas contribuições para o empoderamento dos agricultores familiares no submédio São Francisco: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI–Petrolina/PE. *Revista Teoria e Evidência Econômica*, *19*(40).

Rodrigues, R (1995). Revendo princípios e valores. *In:* Campolina, C., *et al*. (org.). *Ciclo de Debates Autogestão: Associativismo e Cooperativismo.* pp. 69-82). Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Rover, S., & dos Santos, A. (2014). Revisitando os determinantes do disclosure voluntário socioambiental no Brasil: em busca de robustez na mensuração da variável socioambiental. *Contabilometria*, 1(2).

Ross, J., Shi, L., & Xie, H. (2019). The determinants of accounting comparability around the world. Asian Review of Accounting, 28 (1), pp. 69-88.

Rufino, M. A., & Machado, M. R. (2015). Fatores Determinantes da Divulgação de Informações Voluntária Social: Evidências Empíricas no Brasil. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC), 9(4).

Rufino, M. A., & Monte, P. A. D. (2015). Fatores que explicam a divulgação voluntária das 100 empresas com ações mais negociadas na BM&FBovespa. Sociedade, Contabilidade e Gestão, 9(3).

Salotti, B.M, et.al. (2019). Contabilidade financeira. São Paulo. Atlas.

Sampieri, R. H., Collado, C. H., Lucio, P. B., Murad, F. C., & Garcia, A. G. Q. (2006). Metodologia de pesquisa. Tradução: Fátima Conceição Mural, Melissa Kassner & Sheila Clara Dystyler Ladeira. São Paulo: McGraw-Hill.

Santana, A. G., Bezerra, F. A., Teixeira, S. A., & Cunha, P. R. D. (2014). Auditoria independente e a qualidade da informação na divulgação das demonstrações contábeis: estudo comparativo entre empresas brasileiras auditadas pelas *big four* e não big four. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*. 19 (3),70 - 87.

Santos, A., Gouveia, F.H.C & Vieira, P.S. (2018). *Contabilidade da Sociedades Cooperativas: aspectos gerais e prestação de contas.* (2a ed.). São Paulo: Atlas.

Santos, D. C. D., Guimarães, G. O. M., & Macedo, M. A. D. S. (2019). Gerenciamento Tributário e Qualidade da Informação Contábil: Análise do Impacto da Agressividade Tributária na Capacidade Informacional do Lucro para o Mercado Brasileiro de Capitais. Pensar Contábil, 21(74).

Santos, L. S. Z. & Guerra, C. M. A. (2018). Gerenciamento de resultados e eficiência: um estudo nas cooperativas de crédito filiadas ao sistema Unicred. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas, 5(10), 19-32.

Sistema da Organização das Cooperativas Brasileiras, Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo e a Confederação Nacional das Cooperativas (Sistema OCB), (2021). *Sete Princípios do Cooperativismo. Sistema OCB 2021*. Recuperado de: https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo.

Sistema da Organização das Cooperativas Brasileiras, Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo e a Confederação Nacional das Cooperativas (Sistema OCB), (2020). *Anuário do cooperativismo Brasileiro, Sistema OCB 2020.* Recuperado de: https://materiais.somoscooperativismo.coop.br/anuario-do-cooperativismo.

Sistema OCERGS (Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul). *Expressão do Cooperativismo Gaúcho 2020: Ano-Base 2019.* Recuperado de: https://www.sescooprs.coop.br/app/uploads/2020/07/expressao-cooperativismo-gaucho-2020-ano-base-2019-consolidado.pdf.

Silva, A. C. P. (2002). Cooperativismo e Autonomia: pela transformação das práticas e dos objetivos associativistas no espaço rural brasileiro. *Geo UERJ*, (12), 33.

Silva, J. P. D. (2018). Influência da Teoria da Contabilidade na estrutura conceitual do IASB: uma análise histórica, comparativa e interpretativa. Tese de Doutorado do Programa de Pós- Graduação em Ciências Contábeis do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília. Brasília.

Silva, A. A. (2010). Estrutura, Análise e Interpretação das demonstrações Contábeis. (2. ed) São Paulo: Altas

Silva, J. P., Bonfim, M. P., Niyama, J. K., & Tibúrcio Silva, C. A. (2017). Adoção ao padrão IFRS e earnings quality: a persistência do lucro das empresas listadas na BM&FBovespa. *Revista de Contabilidade e Organizações*, *11*(29), 46-55.

Schneider, J. O. (2012). A doutrina do cooperativismo: análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais. *Cadernos Gestão Social*, 3(2), 251-273.

Scherer, L. M., Munhoz, T. R., & Roth, T. C. (2014). Fatores explicativos da divulgação de ativos biológicos e produtos agrícolas em empresas de capital aberto e fechado. In VIII Congresso Anpcont, Rio de Janeiro, 17 a 20 de agosto de 2014 (pp. 1-18). RJ. Brasil. Recuperado de: http://anpcont.org.br/pdf/2014/CUE302.pdf.

Schipper, K. (1989). Earnings management. *Accounting horizons*, *3*(4), 91.

Schipper, K., & Vincent, L. (2003). Earnings quality. *Accounting horizons*, *17*, 97-110.

Schultz, C. A., de Oliveira Marques, T., Murcia, F. D. R., & Hofer, E. (2012). Disclosure voluntário de informações ambientais, econômicas e sociais em cooperativas do setor agropecuário. Teoria e Prática em Administração (TPA), 2(2), 56-77.

Schroeder, R. G., Clark, M. W., & Cathey, J. M. (2019). Financial accounting theory and analysis: text and cases. John Wiley & Sons.

Scott, W. R., & Scott, W. R. (2015). Financial accounting theory. Canada. Pearson.

Soderstrom, NS, & Sun, KJ (2007). IFRS Adoption and Accounting Quality: A Review, European Accounting Review, 16: 4, 675-702, DOI: 10.1080 / 09638180701706732.

Souza Junior, W.D.d., Costa, R. F. D. S., Richetti,T. C.d. S. & Asta, D.D.(2018). O impacto do gerenciamento de resultado por decisões operacionais no desempenho financeiro das cooperativas agropecuárias do Paraná. In. XII Congresso AnpCont, João Pessoa, 09 a 12 de junho de 2018. PB. Brasil. Recuperado de http://anpcont.org.br/pdf/2018_CUE252.pdf.

Unuigbokhai, A.O, & Ohenhen, P.E (2014). Accounting information qualitative characteristics gap: investors' and auditors' perspective.

Vallim, E. L., Macedo, M. Á. D. S., & Kolozsvari, A. C. (2020). Qualidade da informação contábil: o impacto das diferenças temporais do alongamento dos accruals em sua capacidade preditiva. Pensar Contábil.

Van Beest, F., Braam, G., & Boelens, S. (2009). Quality of financial reporting: Measuring qualitative characteristics. *Nijmegen Center for Economics* – Institute for Management Research, Radbound University Nijmejen. Nice Working Paper, n. 09-108.

Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. Journal of accounting and economics, 32(1-3), 97-180.

Yurisandi, T., & Puspitasari, E. (2015). Financial Reporting Quality-Before and After IFRS Adoption Using NiCE Qualitative Characteristics Measurement. Procedia-Social and Behavioral Sciences, 211, 644-652.

Zdanowicz, J.E. (2014). Gestão Financeira para Cooperativas: enfoques contábil e gerencial. São Paulo: Atlas.

Zangheri, E., *et al*. (2001). Gestão Cooperativa: eficiência empresarial X associação de pessoas. *Projeto Memória Viva, Série de estudo e Pesquisa*. ISSN 0102-6860. São Paulo: Instituto de Cooperativismo e Associativismo.

Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1986). *Positive accounting theory.* Prentice-hall.

Wang, K., Sewon, O., & Claiborne, M. C. (2008). Determinants and consequences of voluntary disclosure in an emerging market: Evidence from China. Journal of International Accounting, Auditing and Taxation, 17(1), 14-30.

Wooldridge, J. M. (2016). Introductory econometrics: A modern approach. (6 ed). Tradução Priscila Rodrigues da Silva Lopes e Livia Marina Koeppl. São Paulo. Cengage Learning.